



Relatório e Contas

009



Relatório e Contas

09



Praia de Pomene

Índice

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	5
1. Principais Indicadores de Gestão	9
2. Sumário Executivo	11
3. Apresentação do BCI	13
4. Enquadramento Macroeconómico	21
Economia internacional	21
Economia moçambicana	22
Taxas de juro	25
Evolução cambial	26
Sistema financeiro moçambicano	27
5. Estratégia e Negócio	29
Visão estratégica 2008-2012	29
Comunicação	30
Tecnologia	33
6. Produtos e Canais	35
Introdução	35
Produtos e serviços	35
Canais electrónicos	37
7. Análise Financeira	41
Resultados e rentabilidade	41
Rendimentos Operacionais	41
Evolução do balanço	43
8. Gestão dos Riscos	47
Introdução	47
Risco de Crédito	47
Risco de Liquidez	48
Gestão de Capital	48
9. Proposta de Aplicação de Resultados	49
10. Eventos Subsequentes	51
11. Demonstrações Financeiras em base individual	55
12. Demonstrações Financeiras em base consolidada	107
13. Relatório dos Auditores Independentes	111
14. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	112



Província da Zambézia - Quelimane



Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

O ano de 2009 foi fundamentalmente um ano de transformação e de crescimento. E se em nenhuma organização é fácil realizar qualquer um destes objectivos por si só, realizá-los em simultâneo é muito mais difícil. Mas o BCI fê-lo.

Fomos capazes de dar início e de afirmar um novo modelo de governação, num amplo processo de transformação de um Banco que durante uma década foi um Banco orientado para Empresas e Particulares de elevados rendimentos, para um Banco que hoje já ninguém tem dúvidas ser um Banco Universal, orientado para todos os Segmentos de mercado.

Encetámos um processo de segmentação e de construção de propostas de valor para os principais segmentos: Condições Especiais para Funcionários Públicos; Nova Oferta de Poupança; Estruturação da Oferta dos Protocolos; Financiamentos para Estudos de Pós-graduação; e estamos a trabalhar para a muito curto prazo ter operacionais as Ofertas BCI Exclusivo, BCI Private e BCI Negócios.

Concebemos e aplicámos modelos de atenção específicos para cada um desses Segmentos, criando:

- O novo espaço BCI Private, em Maputo, dirigido a Clientes Particulares com elevado envolvimento, com especialização de serviços e gestores dedicados.
- O conceito dos Centros BCI Corporate, especificamente dirigidos às Grandes

e Médias Empresas, já existente em Nampula e Maputo e que em breve expandiremos para outras cidades,

- Os espaços BCI Negócios, dirigidos a Pequenas Empresas e a Empresários em Nome Individual, com Gestores de Cliente próprios;
- Os espaços BCI Exclusivo, dirigidos a clientes *Affluent*, também com Gestores de Clientes próprios;

Definimos objectivos comerciais ambiciosos e, com o empenho e dedicação de todos os Colaboradores, alcançámo-los e ultrapassámo-los mesmo em diversos âmbitos.

Desenhámos um plano de expansão da Rede Comercial e de o concretizar de forma equilibrada, entre o crescimento nas zonas urbanas e a presença nas zonas rurais, em Distritos onde a Banca estava ausente ou era manifestamente insuficiente.

Apresentámos ao mercado uma marca nova, rejuvenescida, com um posicionamento claro, dirigido a todos os moçambicanos, com as nossas cores, os nossos valores incorporados, uma comunicação forte, presente e eficaz, no apoio à dinamização comercial.

Contribuímos simultaneamente para o desenvolvimento económico e social do país, através das nossas opções de investimento, promovendo a criação de postos de trabalho directos e indirectos, com o conjunto das parcerias estabelecidas.

Mantivemo-nos atentos às Comunidades onde nos inserimos e mostrámos permanentemente uma atitude de responsabilidade social, não só através da actuação de todos os dias, mas também através de largas dezenas de acções e iniciativas que apoiámos. Com esse apoio puderam concretizar-se, em benefício de milhares de concidadãos nossos, crianças, jovens, idosos, portadores de deficiências, doentes, mais carenciados, etc., contribuindo para minorar o seu sofrimento, para oferecer maior conforto e qualidade de vida, melhores condições para aprender, para praticar desporto, para aceder à cultura ou à saúde, áreas que privilegiamos. Neste campo, aliás, cabe-me agradecer reconhecidamente a dedicação que muitos Colaboradores imprimiram nestas acções, de forma voluntária e fraterna.

Estabelecemos Protocolos de Cooperação com dezenas de entidades públicas e privadas, assegurando a sua fidelização ao BCI e garantindo novas oportunidades para o envolvimento comercial dos seus funcionários.

Assumimos o papel de um Banco de retalho, orientado para o Cliente Particular e para os Pequenos Negócios, o que implicou maior agilidade e simplificação de processos, assim como Gestores comerciais dedicados.

Demos um novo ritmo e visibilidade às nossas Mediatecas de Maputo e da Beira, levando o acesso à leitura e à Internet a milhares de estudantes que, desta forma se desenvolvem com mais qualidade e competências, melhoram a qualidade da sua formação e tornam-se assim cidadãos mais activos e mais produtivos, em prol da sociedade, em geral, dos serviços públicos e das empresas, que tanto carecem de quadros e colaboradores qualificados.

E ao mesmo tempo que fomos capazes de fazer tudo isto (quando todo este esforço poderia comprometer temporariamente os resultados), conseguimos, no quadro de implementação do Projecto Líder, crescer:

- Crescemos em número de Agências, terminando o ano com 71 (67 Agên-

cias e 4 Centros Corporate), mais 42% do que no final do ano anterior (50).

- Crescemos em número de Clientes, mais de 136.000 no final de 2009, quando terminámos 2008 com 85.000, o que representa um crescimento de 66%.
- Crescemos em número de ATM e em número de POS, atingindo 133 e 1.339 respectivamente, um aumento de 38% e 22% relativamente ao final de 2008.
- Crescemos naturalmente em número de transacções em ATM e em POS, o que significou mais 46% e 53%, respectivamente, em relação ao ano anterior.
- Crescemos em número de cartões de débito emitidos, terminando ano com cerca de 139 mil, um crescimento acima de 70%, e em número de cartões de crédito emitidos, que atingiram cerca de 14.500, correspondendo a um crescimento extraordinário de mais de 800% relativamente ao ano de 2008, facto que revela, por si, a confiança cada vez mais crescente dos nossos clientes.
- Crescemos igualmente em quota de mercado, atingido, em Dezembro de 2009, de 34,0% no Crédito, quando em Dezembro do ano passado era de 30,9%, de 25,3% nos Depósitos, quando no final de 2008 era de 24,2% e de 24,7% no volume total de activos, contra 23% em Dezembro de 2008.

O Activo líquido do BCI totalizou 34,72 mil milhões de meticais no final de 2009, o que corresponde a um aumento de 10,89 mil milhões de meticais (46%) face a igual data do ano anterior, assente, em grande parte, na evolução da carteira de Crédito a Clientes.

Os resultados líquidos do Banco atingiram 716,4 milhões de meticais, contra 516,2 milhões em 2008, o que corresponde a um crescimento de 39%, e o rácio de solvabilidade registou uma melhoria comparativa de 13.2% relativamente ao ano anterior, passando de 11,54% em 2008 para 13,55% em Dezembro de 2009, e manteve-se acima dos 8% recomendados pelo Banco de Moçambique. Estes factos

comprovam a solidez financeira do BCI, consubstanciada num ROA de 2,31% e ROE de 30,17%.

Podemos, assim, considerar que o balanço geral da implementação do Projecto Líder, nos primeiros treze meses, é largamente positivo, que as acções desenvolvidas tiveram subjacente a orientação estratégica definida e que os resultados alcançados estão gradualmente a convergir para os objectivos e metas traçados no Plano Estratégico, a dez anos, para o Banco.

Tudo isto só foi possível porque a participação de todos os Colaboradores, a cada momento da sua acção quotidiana, contribuiu para accionar uma cadeia de valor que, de uma forma integrada, alavancou toda a dinâmica do BCI.

Um banco de sucesso só é possível com pessoas de sucesso. Foi nesse sentido que foram orientados os vectores estratégicos da área de Recursos Humanos. A relevância do seu contributo prendeu-se, desde logo, com a abordagem profissional e integrada que se procurou conferir a matérias relevantes como o clima e a cultura organizacional, a gestão da mudança, o desenvolvimento de competências e a adopção das práticas melhor ajustadas ao contexto sócio-cultural e organizacional do BCI.

A ideia fundamental que nos assistiu foi a de conceber políticas e procedimentos otimizados que permitissem, por um lado, potenciar um melhor desempenho dos colaboradores e, por outro, criar as condições para a sua própria realização pessoal e profissional, num clima de satisfação que constituísse o esteio de todo o sucesso do BCI no futuro.

Esta intervenção foi levada a efeito em aspectos tão multifacetados, porém necessariamente integrados, como o recrutamento e a selecção, o acolhimento de novos colaboradores, a gestão do conhecimento, a avaliação do potencial, a gestão das carreiras, a operacionalização de um sistema de compensações e incentivos, entre outros.

Os nossos clientes são a razão do nosso Banco. Temos recebido com frequência, dos clientes habituais e fidelizados e também dos nossos novos clientes, mensagens de apoio e de encorajamento pelo trabalho que temos vindo a desenvolver. A todos os nossos clientes e amigos, uma palavra de apreço pela confiança em nós depositada e aqui fica, de forma renovada, o nosso compromisso de tudo fazer para os servir cada vez melhor.

Uma referência particular vai também ao apoio que temos recebido dos accionistas do Banco.

Em 2010, procuraremos consolidar esta trajectória de aproximação à liderança do sistema bancário moçambicano, continuando o esforço de actualização e ajustamento das nossas estruturas e sistemas, introduzindo melhorias nos processos, metodologias e circuitos de trabalho, e continuando a apostar no desenvolvimento do conhecimento para o crescimento pessoal e profissional dos Colaboradores do BCI.

Mas procuraremos também não cercar a nossa ambição, pelo que procuraremos desenvolver novas estratégias de intervenção no mercado, inovando no domínio dos produtos e serviços oferecidos, continuando o nosso projecto de expansão da rede, diversificando os domínios de actuação de forma a alargar o nosso leque de potenciais clientes e, finalmente, iniciar novas frentes de trabalho, como a internacionalização da nossa actividade, acompanhando as necessidades dos nossos Clientes residentes no estrangeiro.

Estou certo de que poderemos contar com o empenhamento de todos os Colaboradores do BCI, sem excepção, e com uma actuação convergente de toda as equipas para atingirmos essas metas e superarmos os desafios que se nos colocam. Em conjunto, faremos do BCI o melhor Banco de Moçambique e, em resultado disso, o mais orientado para o desenvolvimento das pessoas, das famílias e das empresas moçambicanas.

Ibraímo Ibraímo
Presidente da Comissão Executiva do BCI



Árvore do Embondeiro

1. Principais indicadores de gestão



Valores em Milhares de MT

Principais Indicadores de Gestão	2007	2008	2009	Var. (%)	
				2007-2008	2008-2009
Activo Total (Líquido)	18.850.842	23.993.125	34.722.681	27%	45%
Volume de negócios	25.005.589	32.229.507	49.064.891	29%	52%
Crédito a Clientes (Líquido)	8.622.805	13.246.863	23.698.192	54%	79%
Recursos de Clientes	16.382.784	18.982.644	25.366.700	16%	34%
Volume de negócios por colaborador	34.973	38.232	47.962	9%	25%
Situação Líquida	1.590.811	1.936.401	2.532.619	22%	31%
Quota de Mercado no Crédito a Clientes	29%	31%	34%	1,92 pp	3,08 pp
Quota de Mercado em Depósitos	23%	24%	25%	1,23 pp	1,08 pp
Quota de Mercado em Activos	23%	23%	25%	-0,21 pp	1,60 pp
Rendimentos operacionais (Produto Bancário)	1.653.321	1.926.796	2.475.884	17%	28%
Encargos Administrativos	923.624	1.149.965	845.961	25%	-26%
Resultados antes de impostos	478.175	625.134	854.115	31%	37%
Lucro Líquido	433.065	516.224	716.464	19%	39%
Rendibilidade do Activo Total Médio (ROAA)	2.65%	2.42%	2.31%	-0,24 pp	-0,11 pp
Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROEA)	29.09%	29.27%	30.20%	0,18 pp	0,93 pp
Rácio Capital / Activos	8.44%	8.13%	7.29%	-0,31 pp	-0,84 pp
Rácio de Solvabilidade	9.49%	11.54%	13.55%	2,05 pp	2,01 pp
Fundos Próprios	1.098.327	1.594.902	2.481.604	45%	56%
Activos Ponderados pelo Risco	9.395.558	11.801.192	16.520.355	26%	40%
Crédito Vencido (em % do Crédito a Clientes)	2.87%	1.32%	1.07%	-2,00 pp	-0,25 pp
Cobertura do Crédito Vencido pela Imparidade de crédito	236.22%	338.10%	252.12%	102,00 pp	-86,00 pp
N.º de Agências	41	50	71	22%	42%
N.º de ATMs	85	108	149	27%	38%
N.º de POS	882	1.062	1.345	20%	27%
N.º de Colaboradores	715	843	1,023	18%	21%
N.º de Clientes	90.238	85.758	142.154	-5%	66%
Produto Bancário por colaborador	2.312	2.286	2.420	-1%	6%
Custos de Estrutura/Produto Bancário	55.86%	59.68%	60.97%	3,82 pp	1,29 pp
Custos com Pessoal/Produto Bancário	29.33%	23.34%	26.80%	-5,99 pp	3,46 pp
Custos de Funcionamento/Produto Bancário	26.53%	36.34%	34.17%	9,81 pp	-2,17 pp

Fonte: DCT, GPC



Maputo

2. Sumário Executivo

No momento de se efectuar um balanço do exercício de 2009, apesar da envolvente macroeconómica e do impacto da mesma nos mercados financeiros (aumento do custo de funding e descida das taxas de referência, com consequências na margem financeira e na rentabilidade) pode-se afirmar que o BCI cumpriu com os seus objectivos: expandiu a rede de distribuição (mais 21 agências e Centros Corporate); aumentou o número de clientes em 66%; reforçou a quota de mercado; procedeu ao reforço das competências do quadro humano do banco, e procedeu à alteração da política de abordagem segmentada do mercado, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados a cada segmento, em função das necessidades específicas de cada um.

Síntese das Demonstrações Financeiras

Os Resultados Líquidos do BCI em 2009 totalizaram 716,46 milhões de meticais, tendo aumentado 39% face ao ano transacto, apesar do forte aumento dos custos resultante da implementação do ambicioso programa de expansão da Rede Comercial e do investimento da implementação de medidas e políticas de Recursos Humanos e Formação.

A Margem Financeira elevou-se a 1,46 mil milhões de meticais (+15%, quando comparado com o homólogo). Esta foi pressionada pelo aumento do custo médio dos recursos, enquanto o ajustamento dos *spreads* de crédito (para reflectir a subida dos custos de funding) ocorreu de forma gradual e incompleta. Este impacto negativo foi compensado pelo aumento do volume de negócios.

Os Resultados em Operações Financeiras apresentaram um valor positivo de 516,22 milhões de meticais, o que representa um crescimento de 259,44 milhões de Meticais face ao ano anterior (+ 101%).

Em resultado da evolução descrita, o Produto da Actividade Bancária totalizou 2,48 mil milhões de meticais, registando um aumento de 29% quando comparado com 2008.

Em relação a 2008, os Custos Operativos somaram 1,51 mil milhões de meticais, registando um acréscimo de 351,1 milhões de meticais (+30%), comportamento resultante dos aumentos verificados nos Custos com Pessoal (+48%), nos Outros Gastos Administrativos (17%) e nas Depreciações e Amortizações (32%). Os aumentos de custos com pessoal derivaram do aumento do número de colaboradores e da alteração da estrutura de carreiras e do sistema de incentivos.

O rácio de eficiência do BCI – *cost-to-income* – aumentou de 59,7% no exercício anterior para 60,97%, reflectindo o esperado impacto resultante da significativa expansão da rede comercial e do investimento nos Recursos Humanos.

Tendo em consideração os valores alcançados pelo produto da actividade e os custos operativos, o Resultado Bruto de exploração foi de MT 854,11 milhões de meticais, valor significativamente superior ao do ano anterior (+37%).

A Dotação para Provisões e a Imparidade de outros activos ascenderam, no seu conjunto, a MT 117,03 milhões de meticais, correspondente a uma redução de MT 34,67 milhões face ao ano precedente, incluindo-se neste último agregado cerca de MT 92,04 milhões de meticais relativos à Imparidade do crédito, líquida de reversões.

A Rendibilidade Líquida dos Capitais Próprios (ROE) situou-se em 30,17% (35,97% antes de impostos) e a rendibilidade líquida do activo (ROA) em 2,31% (2,76% antes de impostos).

O Activo líquido do BCI totalizou MT 34,72 mil milhões de meticais no final de 2009, o que corresponde a um aumento de MT 10,89 mil milhões (+46%) face

a igual data do ano anterior, assente, em grande parte, na evolução da carteira de Crédito a Clientes (+79%).

Em consequência do aumento da carteira de crédito, o rácio de conversão dos depósitos em crédito ascendeu em Dezembro de 2009 a 96,3% (contra 77,5% em 2008). O valor do rácio ficou afectado pelo facto da carteira de crédito de médio e longo prazo incluir 3,74 mil milhões de Meticais de créditos concedidos com recurso a *funding* obtido especificamente para tal junto de instituições financeiras internacionais. Expurgando o efeito destes créditos, o rácio de conversão dos depósitos em crédito seria de 81,5%.

A qualidade dos activos medida pelo rácio de crédito com incumprimento fixou-se em 1,1%, enquanto o rácio de crédito vencido com mais de 90 dias foi de 1,0%, contra 1,19 em Dezembro de 2008. O grau de cobertura de crédito vencido cifrou-se em 252,12%, contra 338,10% registado um ano antes.

As Aplicações em Títulos, ascenderam a MT 2,91 mil milhões de meticais, valor inferior em 18% ao registado no ano anterior.

Em termos de *funding*, os recursos totais captados pelo BCI (excluindo o mercado monetário interbancário e os recursos subordinados) totalizaram MT 26,17 mil milhões de meticais, (+34,9%) que um ano antes, distribuídos por recursos de balanço, com 25,37 mil milhões (+34,2%) e "fora do balanço", com 0,8 mil milhões (+63,3%).

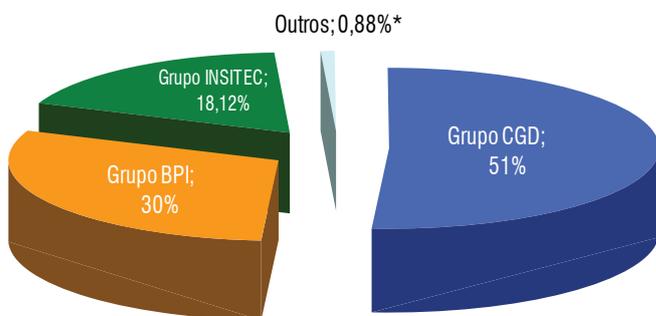
Os Capitais Próprios ascenderam a MT 2,53 mil milhões de meticais, montante superior ao registado no ano anterior em MT 1,94 milhões de meticais (+31,0%).

Em Dezembro de 2009, o Rácio de Solvabilidade, determinado no quadro regulamentar do Banco de Moçambique, fixou-se em 13,55%. (2,01 pontos percentuais com relação ao ano anterior), o que denota a solidez da Instituição. Para este resultado contribuíram a retenção de 75% dos Resultados Líquidos de 2008, no valor de MT 387,17 milhões de meticais, bem como a emissão obrigacionista subordinada no montante de 216 milhões de meticais (com maturidade de 10 anos) e a contratação de um empréstimo subordinado no valor de USD 8,5 mios.

3. Apresentação do BCI

Estrutura societária

O valor do capital e a estrutura accionista do BCI permaneceram inalterados em 2009. Assim sendo, o capital social é de trezentos e vinte e um milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, quinhentos e setenta meticais e é representado por 32.142.857 acções com o valor nominal de dez meticais cada, repartindo-se do seguinte modo:



*Outros: Accionistas privados e empregados

A PARBANCA SGPS, SA é participada do grupo Caixa Geral de Depósitos, o maior grupo bancário e segurador português. Este grupo encontra-se presente em 23 países e desenvolve a sua actividade numa óptica de banca universal. O Grupo Caixa Geral de Depósitos encontra-se presente de forma integrada em todos os quadrantes do negócio bancário, nomeadamente: Banca de Investimento, Corretagem e Capital de Risco, Imobiliário, Seguros, Gestão de Activos, Crédito Especializado, Comércio Electrónico e Actividades Culturais. Em termos internacionais, destacam-se as participações dominantes em Instituições Financeiras localizadas em Espanha, Macau, Cabo Verde, África do Sul e Moçambique. Em Macau, a CGD é Proprietária do BNU – Banco Nacional Ultramarino que é o banco emissor de moeda do território.

De acordo com a mais recente avaliação efectuada pela *Global Finance*, que desenvolve este tipo de pesquisa há 17 anos usando *inputs* de diversas instituições especializadas, incluindo as agências de *rating* Moody's, Standard & Poor's e Fitch, a CGD é o 34º banco mais seguro do mundo,

O Grupo BPI é o terceiro maior grupo bancário privado português. Este grupo desenvolve igualmente a sua actividade numa óptica de banca universal, através de uma rede de distribuição multicanal totalmente integrada e abrangendo todos os quadrantes do negócio bancário. A nível internacional o BPI possui actividade, entre outros países, em Angola através do Banco de Fomento, no qual detém 50,1% do capital. De relembrar que em 2007, o BPI desempenhou um importante papel no processo de reversão da empresa Hidroeléctrica de Cahora Bassa ao Estado Moçambicano. Para além deste projecto de capital importância para Moçambique, o Banco BPI continua activamente envolvido no estudo de um conjunto de projectos estruturantes em Moçambique, ligados a diversos sectores.

A SCI – Sociedade de Controlo e Gestão de Participações Financeiras, SA, empresa moçambicana, é detida a 100% pelo Grupo INSITEC, grupo este de referência em Moçambique. O mesmo congrega na sua estrutura três sub-holdings: a Insitec Imobiliária, a Insitec Investimentos e a Insitec Participadas. A Insitec Imobiliária é especializada na gestão de projectos de desenvolvimento imobiliário de qualidade; a Insitec Investimentos agrupa mais de uma dezena de empresas e marcas líderes nacionais, que operam em diversos sectores da economia; enquanto que a Insitec Participadas congrega todas as participadas dos sectores financeiro, energia e comunicações.

Rating dos Accionistas Financeiros

CGD

As notações de rating atribuídas à CGD pelas agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch Rating apresentam-se como segue:

Notação de Rating da CGD		
Agências	Longo Prazo	Curto Prazo
Standards & Poor's	A+	A-1
Moody's	Aa2	P-1
Fitch rating	AA-	F1+

Fonte: www.cgd.pt

A CGD continua a apresentar as notações de rating mais elevadas da Banca Portuguesa, reflectindo a elevada solidez financeira, competitividade e capacidade de geração de resultados.

BPI

Resultante da solidez financeira, da posição competitiva e da sua capacidade de geração de resultados o Grupo BPI tem mantido nos últimos anos elevadas notações de rating por parte das agências Moody's, Fitch Rating e Standard & Poor's.

Notação de Rating do BPI		
Agências	Longo Prazo	Curto Prazo
Standards & Poor's	A	A-1
Moody's	A1	P-1
Fitch rating	A+	F1

Fonte: www.bancobpi.pt

Enquanto a Fitch Rating atribui ao BPI o rating A+, que se traduz em crédito de elevada qualidade e baixo risco, a Moody's e a Standard & Poor's colocam o BPI nos níveis A e A1 a longo prazo, acreditando que a instituição apresenta investimentos de nível médio/superior e que o mesmo possui uma forte capacidade para cumprir as suas obrigações financeiras.

A solidez financeira do Grupo BPI reflecte-se no facto do seu rating manter-se inalterável desde 2007, não tendo sofrido portanto qualquer revisão em baixa na sequência da crise internacional.

Órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2009 os Órgãos Sociais do BCI apresentavam a seguinte estrutura:

Órgãos sociais

Mesa da Assembleia-geral:

Presidente: António Vitorino
Secretário: Hernâni da Costa Loureiro
Secretário: Telmo Manuel Ferreira

Conselho de Administração:

Presidente: Celso Ismael Correia
Vice-Presidente: Francisco Marques Bandeira
Vice-Presidente: António Domingues
Vice-Presidente: Ibraímo Ibraímo
Vogais: João Luis Jorge
Duarte César Fonseca
Eduardo França Magaia
Eugénio dos Santos Ramos
Jorge Humberto Tomé
Celeste Lopes Cardona

Comissão Executiva:

Presidente: Ibraímo Ibraímo
Administradores: João Luis Jorge
Duarte César Fonseca

Conselho Fiscal:

Presidente: José Manuel Toscano
Vogal: Kátia Gonçalves Ribeiro
Vogal: Joaquim Taveira de Sousa

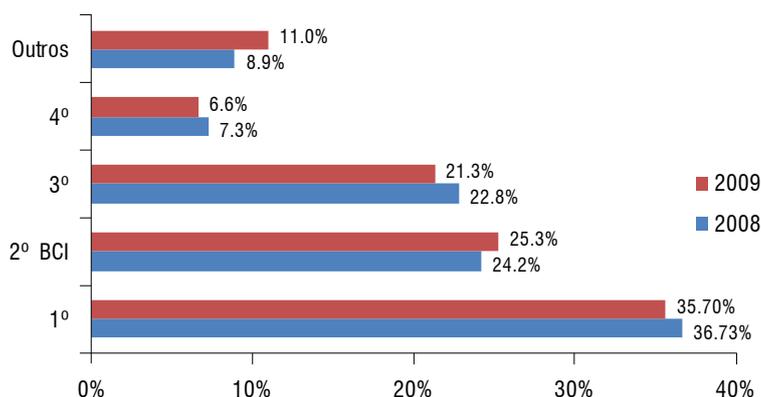
Acresce referir que até 30 de Setembro de 2009 a Comissão Executiva e o Conselho de Administração contaram com a colaboração do Dr. Fernando Torrão Alves, o qual desempenhou as funções de Vogal de ambos os Órgãos.

Dimensão do BCI

Durante o ano findo o BCI consolidou a sua posição de mercado, detendo em 31 de Dezembro de 2009 as seguintes quotas de Mercado:

Depósitos: 25,3%

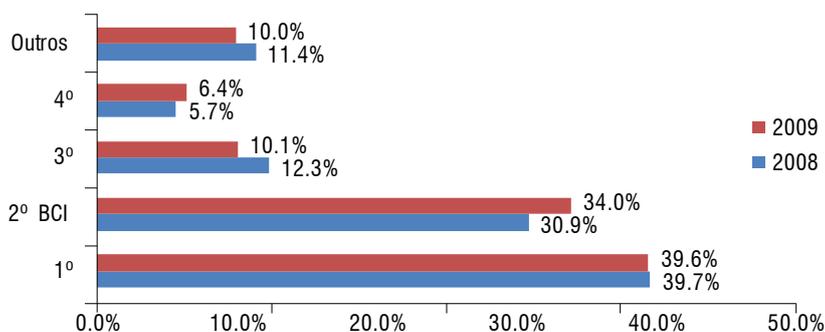
Depósitos



Fonte: Banco de Moçambique

Crédito: 34,0%

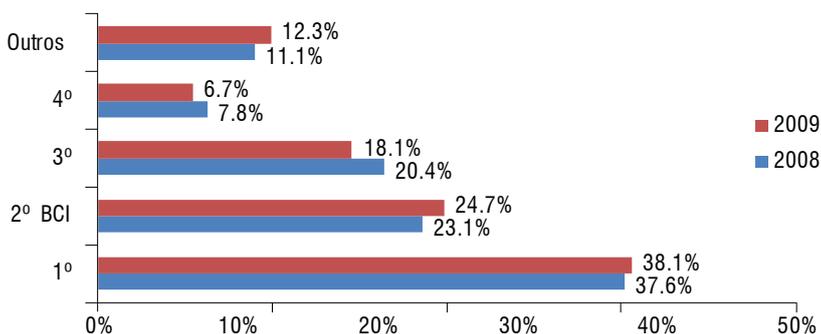
Créditos



Fonte: Banco de Moçambique

Activos: 24,7%

Activos



Fonte: Banco de Moçambique

Rede de distribuição

A actividade de banca comercial – preponderantemente focada na captação de recursos de Clientes e na concessão de crédito a particulares, empresas e institucionais – é desenvolvida pelo BCI, apoiada numa rede de distribuição multicanal que inclui redes físicas especializadas com ampla cobertura geográfica, assegurando assim uma elevada proximidade aos Clientes. O Banco possui a segunda maior rede física de Agências a operar em Moçambique.

Em termos de rede física, para além das agências tradicionais, o BCI possui Centros Corporate, que se constituem como espaços de atendimento dirigidos a Clientes empresariais, disponibilizando equipas especializadas na resposta às necessidades das empresas.

Com o reforço da rede de Centros Corporate, o BCI pretende reforçar a proximidade e a capacidade de resposta aos seus Clientes empresariais.

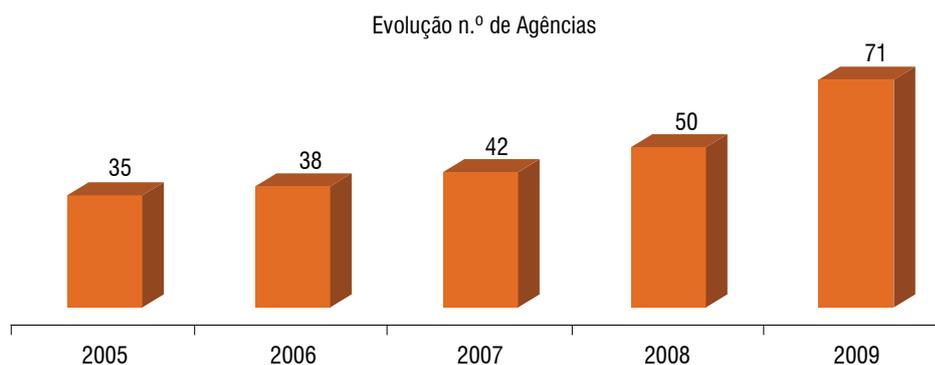
Nos últimos 2 anos, o BCI aumentou

em 73% a rede de agências tradicionais e Centros Corporate. Foram abertos, nesse período, 26 agências e 4 Centros Corporate.

A rede comercial do BCI era constituída, no final de 2009, por 67 Agências e 4 Centros Corporate, após o reforço de 21 unidades no presente ano. Privilegiou-se neste reforço, em especial, as denominadas zonas rurais, com 13 agências inauguradas. Abriram-se cinco novas agências em Maputo e uma na cidade da Matola.

As agências inauguradas em zonas rurais, encontram-se instaladas nas seguintes localidades: Chibuto, Songo, Massingir, Morrumbala, Manhiça, Moatize, Inhassoro, Quissico, Dondo, Inharrime, Bilene, Ponta D'Ouro e Mocuba.

Desta forma, está ser implementado um dos principais vectores estratégicos definidos no plano Estratégico 2008-2012, o qual preconiza a necessidade do BCI garantir uma boa implantação física no mercado, contribuindo desta forma para a bancarização do país.



Distribuição Geográfica da Rede de Agências:



Recursos Humanos

A Administração do BCI assume que o contributo do Capital Humano da empresa é o factor determinante para a viabilização dos seus objectivos estratégicos e, em

particular, para o sucesso do projecto de mudança em curso.

A assumpção da importância estratégica das pessoas conduziu a que no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, e no quadro do Projecto Líder,

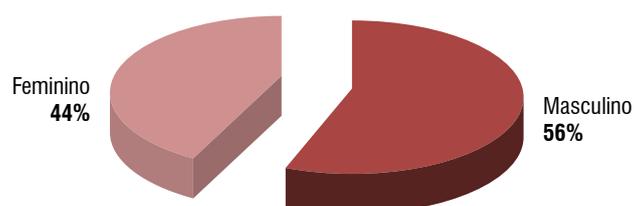
fosse desenvolvida uma intensa actividade de concepção e implementação das bases para a criação de um Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, consentâneo com a nova dinâmica e estrutura organizacionais, e que se traduziu na definição de um conjunto de políticas, abrangentes e alinhadas, que vão desde o Recrutamento Interno e Externo, Estágios Profissionais, Formação, Desenvolvimento de Competências, Avaliação de Desempenho, Compensação e Incentivos, entre outras.

No final do período em análise, os indicadores do quadro de pessoal apontam para um total de 1.023 colaboradores, um incremento de 180 (21,35%) relativamente a 31 de Dezembro de 2008. Mantém-se a tendência da maior concentração do efectivo na rede comercial (640 elementos – 62,6%) por contraposição com os serviços centrais (383 colaboradores – 37,4%), o que constitui o reflexo natural de uma política de expansão maioritariamente focalizada na rede de retalho.

Não obstante o significativo crescimento do número de colaboradores, o rácio “n.º de colaboradores por agência” tem vindo a decrescer, situando-se no final do período em análise em 15,5, o que reflecte o sucesso da implementação do plano de expansão da rede comercial – consubstanciado na abertura de 21 novas agências – e em mais aproveitamento racional dos recursos humanos disponíveis.

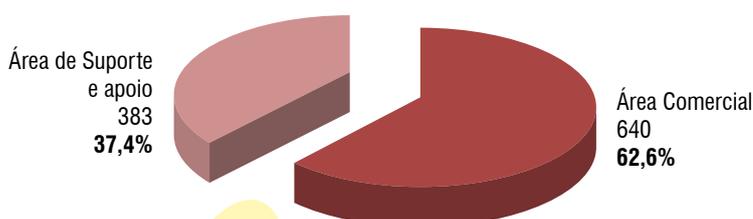
A estrutura de género apresenta uma predominância de colaboradores do sexo masculino (571 elementos – 55,8%), enquanto que os colaboradores do sexo feminino totalizam 452 elementos – 44,2%.

Nº de Colab.	
Masculino	571
Feminino	452



Como corolário do investimento que se tem vindo a realizar com o objectivo de melhorar as competências pessoais e profissionais dos colaboradores, através da frequência de cursos académicos de nível superior, em muitos casos patrocinados pelo Banco, a percentagem de elementos que concluíram graus de frequência universitária conheceu, de Dezembro de 2008 a Dezembro de 2009, um incremento de 6,4% passando de 10,3% a 16,7%. Não obstante, o grosso dos colaboradores continua a ser representado por aqueles que concluíram o nível médio (81%).

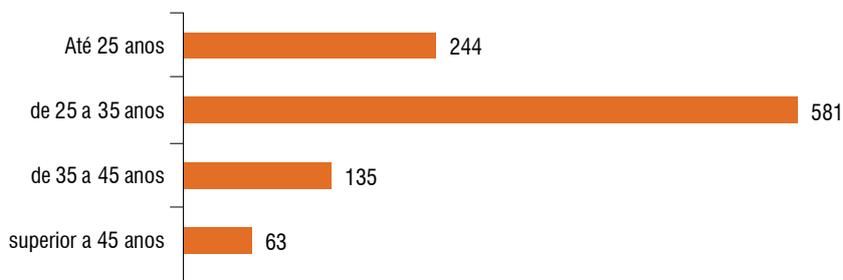
	M	M%	F	F%	Total	%
Area Comercial	321	56,2%	319	70,6%	640	62,6%
Área de Suporte e de Apoio	250	43,8%	133	29,4%	383	37,4%
	571	100%	452	100%	1023	100%



	M	M%	F	F%	Total	%
1º Ciclo / Técnico Básico	29	5,1%	6	1,3%	35	3,4%
2º Ciclo	372	65,1%	304	67,3%	676	66,1%
Técnico Médio	90	15,8%	52	11,5%	142	13,9%
Bacharelato	13	2,3%	27	6,0%	40	3,9%
Licenciatura	56	9,8%	55	12,2%	111	10,9%
Pós-Graduação	5	0,9%	3	0,7%	8	0,8%
Mestrado	6	1,1%	5	1,11%	11	1,1%
Total	571	100%	452	100%	1023	100%

Os indicadores da composição etária e da antiguidade dos colaboradores também reflectem a aposta do Banco em jovens com elevado potencial de progressão na carreira. Com efeito, pouco mais de 80%

do efectivo tem idade inferior a 35 anos, sendo o escalão etário mais significativo representado por colaboradores com entre 25 e 35 anos (56,8%).



Por outro lado, 68% dos colaboradores têm até 4 anos de actividade no Banco.

	M	M%	F	F%	Total	%
Menos de 2 anos de actividade no Banco	232	40,6%	186	41,2%	418	40,9%
De 2 a 4 anos de actividade no Banco	186	32,6%	91	20,1%	277	27,1%
De 5 a 7 anos de actividade no Banco	48	8,4%	79	17,5%	127	12,4%
De 8 a 10 anos de actividade no Banco	58	10,2%	57	12,6%	115	11,2%
Mais de 11 anos de actividade no Banco	47	8,2%	39	8,6%	86	8,4%
Total	571	100%	452	100%	1023	100%

No quadro de uma visão orientada para o fomento e desenvolvimento de uma cultura de excelência para o reforço contínuo das competências técnicas, tecnológicas, comportamentais e de conhecimento, e bem assim para a própria realização pessoal e profissional dos colaboradores, a actividade formativa no BCI conheceu em 2009 um forte incremento, que se traduziu na realização de 101 acções que envolveram 1.484 participantes, oriundos de todos os segmentos funcionais da empresa. O volume de formação fixou-se em mais de 79.713 horas, mais 56,2% que em 2008, maioritariamente realizadas internamente com recurso a quadros da empresa.

Refira-se, no concernente à política de benefícios sociais, o alargamento do

universo de beneficiários da comparticipação do Banco em despesas de saúde (assistência médica e medicamentosa). No exercício em referência o número total de abrangidos – colaboradores e respectivo agregado familiar – cifrou-se em 2.055 elementos – mais 268 (cerca de 15%) do que no exercício anterior.

Finalmente, o acesso dos colaboradores ao crédito para fins sociais, com condições bonificadas, conheceu igualmente um incremento, em número de operações, de cerca de 32%, situando-se nos valores abaixo indicados.

	Operações	Valor (MZN)
Crédito à Habitação	151	100.100.532,56
Crédito ao Consumo	369	73.916.288,96
Total	520	174.016.821,52

Responsabilidade social

A Responsabilidade Social é uma componente indissociável da actividade corrente do BCI, na qual está sempre presente a preocupação com o desenvolvimento económico e social das Comunidades em que o Banco está inserido, o apoio no acesso à Educação, à Cultura, à Saúde, ao Desporto e para a preservação do Meio Ambiente.

Neste âmbito, o apoio a escolas, a oferta de equipamentos a hospitais e mesmo a reabilitação de instituições públicas, fizeram parte da acção do BCI ao longo de 2009, sempre na expectativa de dar o seu contributo ao desenvolvimento da sociedade moçambicana.

Ao nível social, o BCI apoiou, entre outras instituições, a Casa do Gaiato, o Rotary Club de Maputo (na compra de 100 cadeiras de rodas), a Associação dos Surdos de Moçambique e a Direcção Nacional dos Serviços Sociais da PRM.

De destacar, igualmente, a oferta de 500 computadores (Magalhães) ao Ministério da Ciência e Tecnologia destinados aos Centros de Investigação Tecnológica sob a tutela deste Ministério, em todo o país.

A nível da Educação, o BCI patrocinou a premiação dos melhores estudantes de diversas licenciaturas, das seguintes Universidades: Universidade Eduardo Mondlane, Universidade A Politécnica, ISCTEM, Instituto Superior de Tecnologias e Gestão, Instituto Superior de Administração Pública e Universidade Pedagógica; como forma de reconhecer o esforço e empenho dos

melhores estudantes e incentivar os restantes à dedicação pela aquisição do conhecimento técnico e científico.

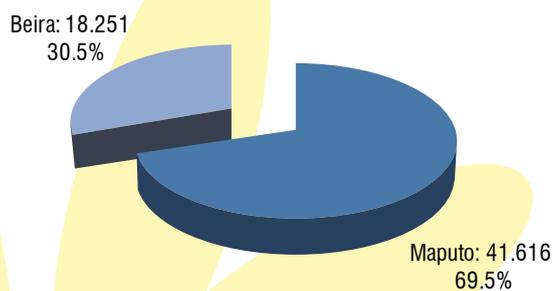
O Hospital Central de Nampula, beneficiou da reabilitação de um espaço para acolher o Serviço de Urgências de Pediatria, com zona de estacionamento.

No final do ano, com a compreensão dos seus clientes e parceiros, o BCI prescindiu da habitual Oferta de brindes de Natal e canalizou a verba reservada a esse fim para uma acção solidária em todo o país. Com a participação activa da Comissão executiva e de Colaboradores do Banco, fez-se a entrega de cabazes solidários e brinquedos a mais de 1.500 crianças internadas nas pediatrias dos Hospitais Provinciais de Moçambique (em Maputo foi abrangido o Hospital Geral de Mavalane).

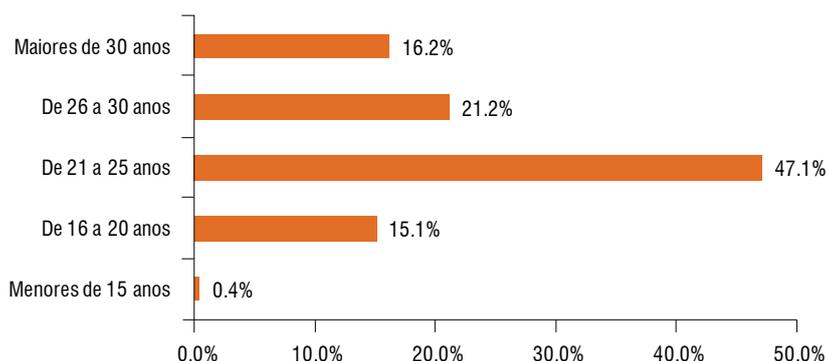
Mediateca

Ainda no contexto da responsabilidade social corporativa do BCI, durante o ano de 2009 foram realizadas na Mediateca de Maputo diversas exposições e outros eventos de carácter cultural e académico, sendo de destacar as exposições do Mestre Chichorro, do pintor Chalucwane e dos alunos da Escola Nacional de Artes Visuais.

A Mediateca de Maputo aumentou a sua capacidade, passando de 40 para 67 lugares, sendo 55 para leitura e 12 para internet. Deste modo, as duas Mediatecas, Maputo e Beira, dispõem de 101 lugares para o público, sendo 67 em Maputo e 34 na Beira.



Utentes das mediatecas em 2009: Distribuição etária



4. Enquadramento Macro-económico

Economia internacional

Em 2009 assistiu-se à retoma da actividade económica mundial, tendo os principais blocos económicos mundiais saído do período de recessão no terceiro trimestre. A retoma deve ser vista à luz dos fortes estímulos de política económica adoptados pelas autoridades económicas e políticas dos diversos países.

A tendência de revisão das projecções para o crescimento económico efectuadas pelos principais organismos internacionais mantém-se positivas e em alta. O cenário do Fundo Monetário Internacional (FMI), apresentado em Outubro de 2009, reflecte esta tendência de crescimento da economia mundial:

As projecções de Novembro da Organização para o Desenvolvimento Económico (OCDE) são ainda mais optimistas que as do FMI. Por exemplo, projecta-se para os Estados Unidos e para a Zona Euro um crescimento de 2,5% e 0,9%, respectivamente.

Em regra, para 2010 e não obstante a manutenção de alguns riscos, prevê-se uma melhoria significativa da actividade económica mundial, a qual deverá assentar essencialmente no desempenho das economias do Brasil, China, Índia e Coreia do Sul.

EUA - O FMI projecta para 2009 uma contracção do PIB na ordem de 2,5%. Para 2010, prevê-se a retoma moderada da actividade económica (1,5%), apesar de permanecerem alguns factores de incerteza, nomeadamente o desempenho do mercado de emprego, a recuperação do mercado imobiliário e a evolução do dólar americano.

Zona Euro - 2009 foi um ano de contracção muito expressiva da actividade económica (-4,2%, de acordo com o FMI). O facto do Euro se encontrar bastante apreciado em relação às moedas dos principais parceiros da região, retira competitividade às suas exportações, o que condiciona a capacidade de crescer por esta via. A tendência do agravamento do

	PIB				Inflação			
	Real 2007	Real 2008	Est. 2009	Proj. 2010	Real 2007	Real 2008	Est. 2009	Proj. 2010
Países	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
Economias desenvolvidas	2,7	0,6	-3,4	1,3	2,2	3,4	0,1	1,1
EUA	2,1	0,4	-2,7	1,5	2,9	3,8	-0,4	1,7
Região EURO	2,7	0,7	-4,2	0,3	2,1	3,3	0,3	0,8
Japão	2,3	-0,7	-5,4	1,7	0,0	1,4	-1,1	-0,8
Reino Unido	2,6	0,7	-4,4	0,9	2,3	3,6	1,9	1,5
Economias asiáticas recém industrializadas	5,7	1,5	-2,4	3,6	2,2	4,5	1,0	1,9
Mercados Emergentes	8,3	6,0	1,7	5,1	6,4	9,3	5,5	4,9
África	6,3	5,2	1,7	4,0	6,0	10,3	9,0	6,5
África Sub-Sahariana	7,0	5,5	1,3	4,1	6,8	11,9	10,5	7,3
África do Sul	5,1	3,1	-2,2	1,7	7,1	11,5	7,2	6,2
Países Asiáticos em vias de Desenvolvimento	9,8	6,7	5,0	6,8	4,9	7,0	2,7	3,2
China	13,0	9,0	8,5	9,0	4,8	5,9	-0,1	0,6
Índia	9,4	7,3	5,4	6,4	6,4	8,3	8,7	8,4
Médio Oriente	6,2	5,4	2,0	4,2	11,2	15,0	8,3	6,6
Hemisfério Ocidental	5,7	4,2	-2,5	2,9	5,4	7,9	6,1	5,2
Brasil	5,7	5,1	-0,7	3,5	3,6	5,7	4,8	4,1
México	3,3	1,3	-7,3	3,3	4,0	5,1	5,4	3,5

Fonte: FMI, World Economic Outlook, October 2009

desemprego condiciona ainda a retoma da actividade. Assim, a economia da Zona Euro deverá recuperar moderadamente em 2010, com um crescimento em torno de 0,3% (conforme últimas projecções do FMI).

Japão - Segundo a OCDE, a economia nipónica terá registado uma contracção de 1.1% em 2009, estimando-se que em 2010 e 2011 cresça na ordem dos 1.4% e 2.2%, respectivamente. As perspectivas para a evolução dos preços e do emprego mantêm-se desfavoráveis, no cenário deflacionário em que o país se encontra envolvido, podendo a taxa de desemprego vir a manter-se em torno dos 5.5% até 2011.

Economias Emergentes - Em 2009, o PIB das economias dos países emergentes e em desenvolvimento deverá crescer apenas 2,1%, contrariamente às projecções anteriores de 4.4% e após uma expansão de 5,8% em 2008. Contribuem para esta evolução o crescimento de cerca de 1,75% previsto após uma ligeira contracção verificada no primeiro semestre. Para 2010 projecta-se que o crescimento real do PIB seja em torno dos 5%. Os principais impulsionadores deste crescimento deverão ser a China e a Índia. A par destas economias, espera-se uma modesta recuperação de algumas outras economias emergentes, apoiadas pela política de estímulo e melhoramento das condições do comércio global e financeiro. De um modo geral, as economias emergentes e em desenvolvimento deverão continuar a liderar o processo de recuperação económica mundial, com o forte impulso de alguns países asiáticos. No entanto, o ritmo de recuperação é considerado lento e a actividade económica continua bastante abaixo de níveis registados anteriormente ao início da crise mundial.

África - Em conformidade com as projecções do FMI as economias do con-

tinente africano desaceleraram de forma significativa em 2009, em resultado da crise financeira e do comércio global. De acordo com o grau de integração dos respectivos sistemas financeiros ou do grau de abertura ao exterior, o impacto da crise na actividade económica de cada país foi maior ou menor. A taxa de crescimento do PIB deverá desacelerar para 1,75%, depois de ter registado um crescimento médio nos últimos cinco anos de 6%. Não obstante a desaceleração da economia, o desempenho registado reflecte os resultados dos esforços de estabilização da política fiscal e controle da inflação feitos nos últimos anos por muitos países africanos.

De acordo com o FMI, em 2010 deverá consolidar a recuperação das economias africanas, em função da retoma das exportações resultante da melhoria da procura internacional.

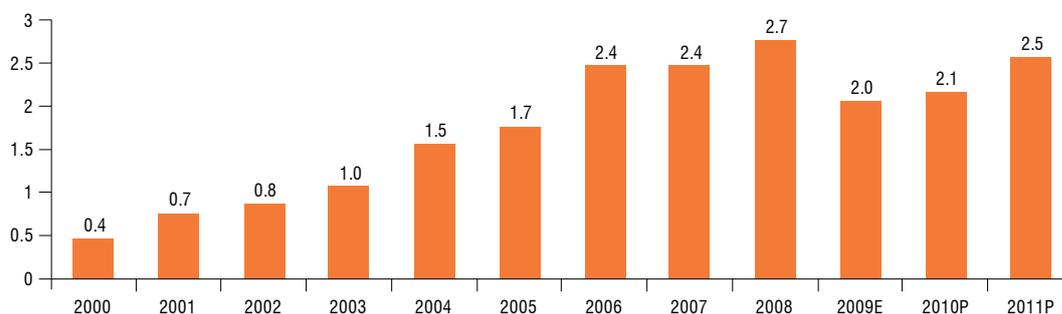
Economia moçambicana

O impacto da crise mundial

Em 2009 o crescimento económico deverá abrandar para 5%, o que reflecte a resiliência da economia moçambicana face à crise económica global. No período compreendido entre 2004 e 2008 o PIB aumentou, em média mais de 7,5%. Para os próximos anos o FMI espera uma recuperação gradual do crescimento até atingir o patamar dos 6,5%.

O impacto da crise foi restrito aos canais de transmissão do sector real da economia, através do sector externo. O sector financeiro do país não foi afectado pela crise em virtude do mesmo estar pouco integrado no sistema financeiro mundial. No sector real, foram observados declínios significativos nas receitas de exportações, fluxos de entrada de capital privado e ajuda financeira a projectos.

Receitas de Exportações de Moçambique
(Mil Milhões de USD)



Fonte: FMI, Relatório n.º 9/327 de Dezembro 2009

Moçambique também se ressentiu com os impactos resultantes da contracção da economia sul-africana, que teve como consequência a queda nas receitas do turismo e no investimento directo estrangeiro.

Evolução e Perspectivas Macro-económicas

Embora os efeitos da crise transmitidos pelos canais indirectos tenham sido mais acentuados que o seu impacto directo (queda das exportações e do investimento financiado com recursos externos), a pronta alteração das políticas macro-económicas, no sentido de conter os efeitos secundários na economia interna, permite afirmar que o crescimento do PIB moçambicano será superior ao inicialmente estimado.

No primeiro semestre de 2009, as receitas superaram as expectativas e até ao final de Setembro o programa fiscal mantinha-se dentro das previsões.

Com vista a acomodar o aumento do crédito ao sector privado, parcialmente decorrente da substituição das fontes externas de crédito por fontes internas, o Banco Central adoptou medidas de política monetária bastante mais brandas que o previsto. Desta forma, foi possível cumprir com o critério de avaliação de desempenho relativamente às reservas internacionais líquidas

no fecho do primeiro semestre de 2009, não obstante ter ultrapassado a meta relativa à base monetária, a qual veio a observar uma melhoria em Setembro.

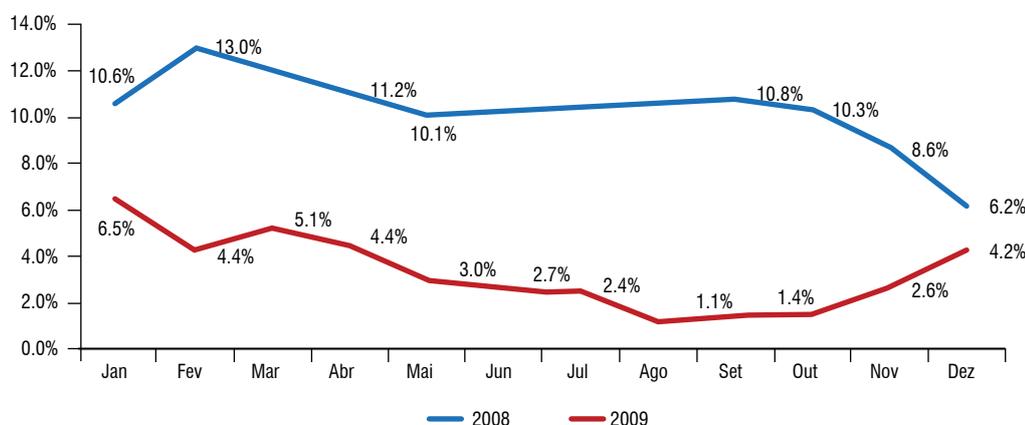
No que respeita ao crescimento do PIB real em 2009, as projecções são cautelosas e indicam uma ligeira baixa, para cerca de 5%, o que representa um crescimento do nível de actividade económica abaixo da tendência.

Até ao final do primeiro Semestre de 2009, a economia moçambicana cresceu em termos homólogos 5.1%, tendo para tal contribuído maioritariamente o sector da Agricultura, na ordem dos 70%, (+12.4% que o período homólogo), impulsionado pelo aumento da produção agrícola coadjuvado pelos esforços envidados pelas autoridades no desenvolvimento do Sector e pelas condições climatéricas favoráveis. Com uma participação de 10% no PIB, seguiram-se os sectores de Administração Pública, Electricidade e Água e Serviços Financeiros.

Inflação

Reflectindo o impacto da redução dos preços do petróleo e seus derivados, bem como da evolução da economia Sul-Africana, a taxa de inflação situou-se em 4,2% no fecho do ano, correspondente a uma redução de 200 pontos base em relação ao período homólogo.

Inflação Homóloga



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Índice de Preços ao Consumidor na Cidade de Maputo)

Presume-se que as pressões inflacionistas subjacentes continuem brandas, mas a recente depreciação da moeda, a subida dos preços internacionais dos combustíveis e alimentos e, principalmente, a eliminação do subsídio aos combustíveis poderão vir aumentar a inflação para cerca de 8% até ao fim de 2010. No médio prazo, a inflação deve situar-se na faixa de 5 a 6%.

De uma forma geral, a situação externa do país encontra-se em situação melhor do que o inicialmente esperado em face da crise mundial. As perspectivas para 2010 são optimistas, em face da retoma da actividade económica mundial e da previsão de recuperação dos mercados internacionais de crédito.

A despeito da deterioração da balança comercial e da queda dos fluxos de entrada

de capital privado, a balança de pagamentos de Moçambique beneficiou, temporariamente, da antecipação do apoio orçamental do Banco Mundial, e bem assim dos recursos do Fundo ao abrigo da ESF e da alocação de DES. Com isto, a expectativa é de que a cobertura das importações pelas reservas brutas fique próxima dos 5,5 meses até ao final de 2009. A consolidação do ambiente externo deverá aliviar as pressões sobre a conta corrente e as entradas de capital privado no próximo ano.

O crescimento em 2010 dependerá do relançamento da actividade económica mundial e da recuperação dos mercados internacionais de crédito, o que justifica uma projecção cautelosa de recuperação para 5,5%.

Para 2010 prevê-se que o crescimento da economia continue a ser im-

DADOS MACROECONÓMICOS	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Real	Real	Real	Proj.	Proj.	Proj.
PIB Real	8,70%	7,00%	6,80%	4,30%	5,00%	6,00%
Taxa de inflação, média do período	13,20%	8,20%	10,30%	6,10%	5,60%	5,00%
Taxa de inflação, fim do período	9,40%	10,30%	6,20%	5,80%	5,70%	5,40%
Saldo em conta corrente (antes de donativos), % PIB	-15,40%	-19,40%	-20,40%	-22,90%	-23,20%	-23,30%
Cobertura das reservas externas, meses de importação	4,40%	4,70%	4,40%	3,90%	3,60%	3,40%
Taxa de câmbio de referencia USD/MZN	26,0	24,0	25,5	29,2	-	-
Balança Comercial (Milhões de USD)		-680	-1150	-1786	-1248	-1321
Exportações, FOB, em Milhões de USD	2381	2412	2653	1876	2358	2661
Taxa de crescimento de exportações	36,40%	4,30%	10,20%	-24,70%	20,20%	11,70%
Importações, CIF, em Milhões de USD	2914	-3092	-3804	-3672	-3606	-3982
Taxa de crescimento de importações	18,10%	13,60%	17,10%	-2,50%	-2,60%	10,20%

Fonte: FMI, World Economic Outlook, October 2009

pulsionado pela implementação de um conjunto de projectos de reabilitação de infra-estruturas e pela expansão de sectores como a construção, recursos naturais, transportes e saneamento. Prevê-se, ainda, que o Governo, através do Ministério dos Recursos Minerais, comece a financiar a produção e distribuição de combustíveis e de gás como forma de expandir o sector da energia e atrair investimento estrangeiro.

Como resultado dos desenvolvimentos previstos em várias áreas da economia considera-se que a taxa de crescimento do PIB real se situe entre 6% e 7% em 2010.

Dentre os desenvolvimentos menos favoráveis para 2010 incluem-se a previsão de aumento dos preços médios internacionais de algumas mercadorias com impacto na balança de pagamentos de Moçambique:

- Açúcar e alumínio (do lado das exportações)
- Petróleo Brent (nas importações)

O Governo moçambicano reiterou o seu compromisso com a estratégia de médio prazo de políticas macroeconómicas prudentes e considera o aligeiramento das políticas como uma medida temporária. Nestes termos, o Governo tem planos para promover um aperto gradual das políticas em 2010, à medida que a actividade económica recupera o ímpeto de crescimento paralelamente à retoma da economia mundial e dos mercados internacionais de crédito. O orçamento para 2010 reflecte o princípio deste processo de reversão gradual da orientação expansionista da política fiscal, sobretudo através do abandono progressivo dos estabilizadores automáticos de actuação cíclica. A política monetária continuará branda em comparação com 2008, mas sofrerá um aperto cuidadosamente calibrado para fazer face às pressões sobre a inflação, preservando o espaço para o crédito ao sector privado.

Igualmente, dever-se-á prosseguir com a implementação da agenda de reformas estruturais visando reforçar as perspectivas de crescimento de Moçambi-

que no médio prazo. Todos os indicadores de referência estruturais foram cumpridos à excepção daquele relativo ao projecto-piloto da administração tributária. A agenda de reformas estruturais, no âmbito do programa, objectiva aumentar a eficácia da formulação e implementação da política macroeconómica, fortalecer o sector financeiro e ainda tornar o ambiente de negócios mais propício ao desenvolvimento do sector privado.

Em linha com as projecções do WEO, as perspectivas para o ambiente externo de Moçambique são mais favoráveis, acompanhando o fortalecimento das previsões de recuperação da economia mundial. Em 2010, as entradas de capital privado deverão beneficiar das expectativas de recuperação dos mercados de crédito internacional.

Taxas de juro

O crescimento dinâmico que a economia moçambicana tem registado obriga o Banco Central a redobrar os esforços no controlo dos excessos de liquidez. Nesta linha, para além da emissão de Bilhetes do Tesouro e da compra de moeda nacional, o Banco de Moçambique utiliza para este efeito uma Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e uma Facilidade Permanente de depósitos (FPD). Em 2009 as taxas de FPC e FPD sofreram duas alterações em Fevereiro e em Julho, tendo na primeira intervenção reduzido de 14,5% para 13,5% (FPC) e de 10,25% para 7% (FPD). Na segunda intervenção, o Banco de Moçambique reduziu mais 2 pontos percentuais na FPC, fixando-na em 11,5% enquanto a FPD desceu 0,5 pontos percentuais, para 3. Com estas medidas expansionistas, as autoridades pretendem promover o crédito à economia de forma, entre outros, a atenuar os efeitos negativos que a crise internacional teve sobre o acesso a recursos externos.

Com a redução das taxas de referência FPC e FPD, verificou-se em 2009 uma queda substancial das taxas de juro das permutas de liquidez entre os bancos

Permutas de liquidez no MMI

(Montantes em Milhões de Contos e Taxas de Juro médias)



Fonte: Banco de Moçambique

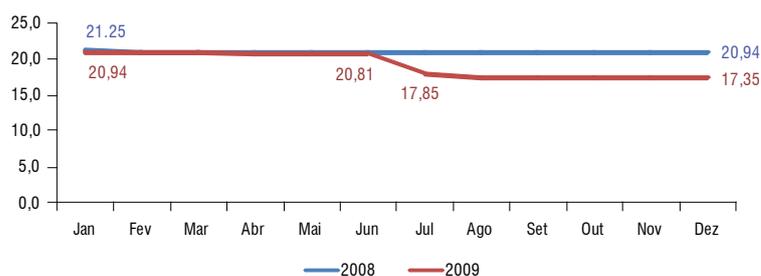
comerciais, as quais passaram do nível médio de 12,53% em finais de 2008 para 6,55% no fecho de 2009.

Em resultado da evolução das taxas de juro das facilidades do Banco de Moçambique, no 2º semestre verificou-se um crescimento substancial dos volumes de permutas de liquidez entre as instituições financeiras, tendo atingido uma média de MT 18,4 mil milhões de contos entre Setembro e Dezembro, contra uma média de MT 5,4 mil milhões de contos permutados nos primeiros 8 meses do ano.

Evolução cambial

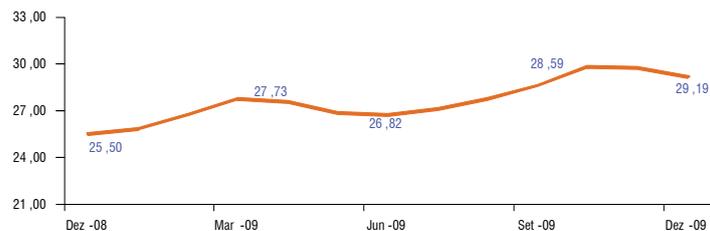
Face ao Dólar Americano, e mantendo um comportamento iniciado no final do ano anterior, o Metical registou uma tendência de desvalorização ao longo de 2009 não obstante ter observado uma ligeira apreciação ao longo do segundo trimestre. No final do ano, a taxa de câmbio de valorimetria situava-se em 29,19 contra 25,50 observados em Dezembro 2008. Esta evolução representa uma depreciação acumulada de 14,5% em todo o ano.

MAIBOR 12M



Fonte: Banco de Moçambique

Taxa de Câmbio USD/ MZN



Fonte: Banco de Moçambique

O Banco de Moçambique considera que a depreciação da taxa de câmbio do Metical face ao Dólar, associada à moderação da inflação permitiu colocar a taxa de Câmbio Efectiva Real num patamar compatível com o objectivo de promoção da Competitividade externa da economia moçambicana

Os indicadores de actividade económica têm estado a observar uma evolução positiva, tendo o *Indicador de expectativa de emprego* estado a registar uma tendência de ascensão – 105,1 pontos em Agosto vs 103,3 em Julho – o que reflecte, em parte, a recuperação nos sectores da construção e dos transportes. Destaca-se igualmente o *Indicador do clima económico* que registou 100,9 pontos em Agosto vs. 98,6 pontos em Julho, tendência que se mantém desde Junho e que reflecte a evolução da confiança dos empresários.

Sistema financeiro moçambicano

Nos anos mais recentes o mercado bancário moçambicano tem-se caracterizado pelo aumento da competitividade, ao mesmo tempo que regista profundas mudanças:

- Implementação de políticas bastante agressivas tanto na concessão de crédito como e sobretudo na captação de depósitos;
- Desenvolvimento de novos produtos financeiros, investimentos em infra-estruturas tecnológicas (modernização de ATM's e de POS's);
- Expansão da rede de agências para as zonas rurais (bancação da economia), motivado pelo potencial para o crescimento da actividade económica de algumas regiões e pela redução da taxa das reservas obrigatórias.

Entretanto, o sistema bancário continua altamente concentrado, mantendo-se como bancos de referência o Millennium BIM, o BCI, o Standard Bank e o Barclays Bank, os quais em conjunto detêm 89,0% do total de Depósitos, 89,6% do Crédito e

87,8% dos Activos do sistema (Novembro 2009):

Dentre os desenvolvimentos ao nível da legislação, destacam-se:

- A tomada de uma posição pelo Banco Central no que respeita às comissões cobradas pelos bancos comerciais aos Clientes, nomeadamente através da imposição de isenção de custos sobre um conjunto de serviços e da fixação de limites de preçário sobre outros.
- Os cortes registados nas taxas de Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e de Facilidade Permanente de Depósitos, tendo estas passado de 14,50% para 11,50% e de 10,25% para 3% respectivamente ao longo de 2009.

Crédito e Depósitos

O saldo do endividamento do sector privado junto do sistema bancário no final de Novembro de 2009, foi de 66.913 milhões de MT, o equivalente a um crescimento de 56% (47% excluindo-se o impacto da depreciação cambial nominal), contra 46% verificados em Dezembro do ano anterior. Esta evolução, reflecte parcialmente o crescente financiamento disponibilizado pelo sistema bancário ao sector privado, visando, entre outros, minimizar a insuficiência de financiamento externo, em consequência da crise financeira internacional. O crescimento substancial do crédito à economia reflecte também o aligeiramento das condições monetárias e alguns empréstimos avultados. Diante da contracção dos fluxos de capital estrangeiro, as empresas passaram a substituir os empréstimos estrangeiros pelo recurso ao crédito dos bancos nacionais. Sublinha-se a forte expansão do crédito em moeda estrangeira, que tem sido parcialmente financiada pelo endividamento externo dos próprios bancos e pelo uso de activos externos.

No início de Setembro, as autoridades assinaram um acordo quadrilateral relativo a uma linha de crédito no montante de 300 milhões de euros, que contribuirá para financiar os investimentos em infra-estruturas. As partes do acordo são os

Governos de Moçambique e de Portugal, a Caixa Geral de Depósitos de Portugal e o Banco Comercial de Investimentos. Nos termos do acordo, o BCI poderá captar empréstimos externos e repassar os recursos a uma entidade pública interna para financiar projectos de infra-estrutura rodoviária.

Embora o forte crescimento do crédito à economia se tenha verificado num contexto de expansão monetária, ele desencadeou uma forte concorrência pela obtenção de depósitos e um aperto na liquidez de alguns bancos, o que provocou um declínio nos rácios de liquidez. Até à altura, não há sinais de uma deterioração na qualidade do crédito, mas mesmo assim, o Banco de Moçambique redobrou a atenção a este sector. A procura por crédito interno provavelmente abrandará em 2010, à medida que os mercados internacionais de crédito se recuperem.

Com relação aos depósitos, verificou-se em 2009 um crescimento do volume em cerca de 3.116 milhões de meticais, dos quais cerca de 1,065 milhões de meticais (34%) são denominados em moeda externa. A injeção de liquidez pelo Estado e a expansão do crédito bancário interno ao sector privado proporcionaram um incremento nos depósitos em termos acumulados e homólogos de 26,4% e 34,5% para os depósitos à ordem e de 18,4% e 32,4% para depósitos a prazo.

No que respeita à segmentação, os depósitos de empresas registaram um crescimento de 1.884 milhões de meticais, dos quais 1.224 milhões de meticais (64,9%) denominados em moeda enquanto os depósitos de particulares junto do sistema bancário aumentaram em 1.056 milhões de meticais, sendo 682 milhões de meticais (64,5%) denominados em moeda nacional.

5. Estratégia e Negócio

Visão estratégica 2008-2012

A actividade do BCI em 2009 teve como principal elemento orientador a Visão Estratégica definida pelo Conselho de Administração e aprovada pelos Accionistas, para o quinquénio 2008-2012.

De acordo com essa Visão, o BCI deve procurar consolidar-se como um Banco estruturante do sistema financeiro moçambicano.

Foram definidos cinco princípios chave de desenvolvimento da actividade, a partir das principais tendências perspectivadas para a envolvente externa e do posicionamento do BCI no mercado:

1. Focalização e priorização do esforço comercial entre diferentes segmentos;
2. Simplicidade máxima na Oferta de Produto em cada segmento;
3. Clareza, uniformidade e *hardwiring* de processos e procedimentos de suporte ao negócio;
4. Agilidade, celeridade e qualidade nos “momentos da verdade”: estar presente quando o cliente necessita dos serviços do Seu Banco;
5. Gestão de topo de elevada qualidade e experiência, bem como uma organização de excelência ao nível do recrutamento, formação e retenção de talento.

Em 2009, no âmbito do processo de gestão estratégica levado a cabo pelo BCI foi assegurado o alinhamento de toda a organização em torno de 10 Projectos Transversais Estruturantes, que, na prática, perspectivam consubstanciar a operacionalização da estratégia.

A implementação do Plano Estratégico é assegurada pela definição e acompanhamento de programas anuais com linhas de acção e objectivos concretos através do Projecto Líder – instrumento principal para a dinamização e implementação do plano.

Para o efeito, a primeira fase de implementação do plano, iniciada no último quadrimestre de 2008, tem sido marcada, fundamentalmente, pelo lançamento das bases necessárias e indispensáveis para o desenvolvimento, implementação e consolidação de uma rede de retalho, funcionalmente adequada e geograficamente representativa, para a transformação do BCI num banco universal.

Nisto, ainda em 2008, foi alterada a imagem institucional e a estrutura organizacional do banco e identificados os processos críticos a serem melhorados. Durante o ano de 2009, foram realizadas um conjunto de acções, nas diferentes Iniciativas do Projecto Líder, com particular destaque para:

- A reformulação das políticas de recrutamento e retenção de pessoal;
- A reengenharia de alguns dos principais processos críticos do negócio;
- A negociação de Protocolos, com instituições públicas e privadas, assinatura e início da sua implementação;
- A definição de modelos de atenção diferenciados de atendimento para os Clientes da Rede e do *Corporate*;
- A abertura de novas Agências e Centros *Corporate*;
- O redesenho da oferta de produtos;
- O lançamento de Cartões de Crédito próprios, com particular destaque para o TAKO – cartão de crédito popular;
- A criação de uma estrutura dedicada e especializada para a comercialização do Leasing;
- O alinhamento do *Pricing*;
- A melhoria da eficiência e custos através da revisão e renegociação dos contratos de fornecimento de bens e serviços e a definição de políticas e introdução de medidas e práticas para a redução de custos; e
- O levantamento de requisitos e o início do desenvolvimento de um Sistema de Informação de Gestão;

A transformação subjacente à estratégia definida exige um ritmo de mudança acelerado, coloca desafios ao nível institucional e individual e exige um esforço e compromisso a todos os níveis. Porém, os resultados já alcançados constituem um estímulo e reforçam a nossa ambição e confiança no alcance dos objectivos traçados.

Comunicação

Comunicação Institucional

O ano de 2009 foi o ano de consolidação da nova imagem do BCI.

No início do ano, deu-se continuidade à campanha de comunicação institucional de divulgação da nova imagem e posicionamento do Banco, com uma forte presença nos principais media nacionais, em todas as Agências do BCI e em canais electrónicos - ATMs e site do BCI na Internet.

Ao longo do ano, foram utilizados diversos canais e acções de comunicação alternativos para a divulgação da nova imagem do BCI em Maputo e algumas capitais provinciais:

- Em Maputo, foi reforçada a presença da marca através da personalização de autocarros dos Transportes Públicos de Maputo (TPM) com a imagem do BCI e publicidade em outdoors electrónicos inovadores, tais como ecrãs animados;
- Em Quelimane, a divulgação da imagem do BCI consolidou-se pela distribuição de coletes reflectores aos taxistas (ciclistas) com a imagem do BCI, permitindo não só o reforço da visibilidade da marca nesta cidade, mas também a identificação formal deste serviço perante a comunidade;
- Em Nampula e na Beira, foram colocadas placas de endereçamento de ruas em locais estratégicos, tendo sido ainda reforçada a presença do BCI em outdoors nas principais artérias das cidades.

Apostando na cor forte, quente, moçambicana e viva, foi ainda promovida ao longo do ano a produção e distribuição de brin-

des institucionais, para complementar a “mancha” laranja nas cidades e das zonas rurais incluídas na expansão da rede, através de camisetas, bonés, sombrinhas, entre outros.

Nas paredes e vidros envolvendo as ATM encastradas, foi aplicada uma película com novo design e cores, assim como aplicada película directamente sobre as ATM não encastradas, o que conferiu cor e mais vida a estes espaços de atendimento automático do BCI.

Em 2009, o BCI, enquanto Patrocinador Oficial da Selecção Nacional de Futebol, promoveu a divulgação da imagem do Banco no Estádio da Machava, através da colocação de material de sinalização (lona de centro do campo, faixas, balões gigantes, entre outros) e procedeu ainda à distribuição de brindes inovadores nos dias que antecederam os jogos, com a mensagem “BCI. Fã dos Mambas” (pendurantes, bandeirinhas, cachecóis e pacotes de snacks personalizados). Paralelamente, foram ainda desenvolvidas campanhas de comunicação institucional centradas na mensagem “O meu Banco apoia a minha Selecção”, que estiveram presentes nos principais media nacionais, nas Agências do Banco, nos ecrãs de ATM e no site do BCI na Internet.

O BCI foi em 2009, e de acordo com o estudo “Melhores Marcas de Moçambique” publicado pela DDB e Intercampus/GFK, a marca nacional com o segundo maior índice de Notoriedade Total em Moçambique: 98,2%, o melhor resultado do sector bancário neste indicador.

Comunicação Comercial

Ao longo do ano foram desenvolvidas várias campanhas de comunicação que acompanharam o lançamento de produtos de poupança, de crédito e de cartões:

- Em Fevereiro, e acompanhando o lançamento do Depósito 18% BCI, foi promovida uma campanha de publicidade dirigida a Particulares, que esteve presente até ao final do mês de Março em televisão, rádio, imprensa escrita e

**Faça uma
aplicação
100% segura
com 0% de risco
e que dá 18%
de rendimento.**

Depósito 18% BCI. Adira até 4 de Abril ao depósito a prazo que lhe dá 18% de rendimento em 20 meses.



**Faça uma poupança no BCI
e não precisa de poupar em mais nada.**



nas Agências, ATM e site do BCI na Internet.

- Em Abril, foi lançada uma grande campanha de comunicação associada ao lançamento do Cartão TAKO, um novo cartão de crédito dirigido ao mass market, tendo como principal mensagem “Quem quer Tako, vai ao BCI”. A mensagem da campanha contribuiu para o posicionamento do BCI como um Banco competitivo em soluções de Crédito, assegurando simultaneamente grande notoriedade à marca. A campanha publicitária, para além de estar presente nos habituais meios de comunicação nacionais (televisão, imprensa e rádio), incluiu a produção e divulgação de um jingle amplamente utilizado em suportes electrónicos (internet e telemóveis).

**Quem quer
Tako, vem
ao BCI.**

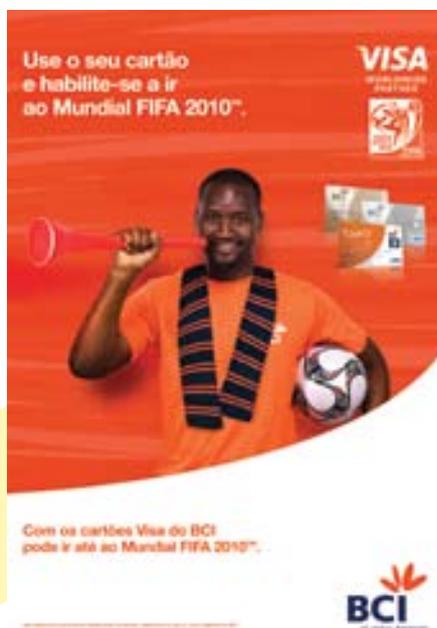


- Em Maio, foi promovida a dinamização comercial do serviço BCI SMS, tendo sido produzido material de comunicação para distribuição em pontos de venda e para as ATM e site do BCI.
- Em Agosto, foi lançada a Campanha de Soluções de Poupança, acompanhando a remodelação da nova Oferta de Poupança do BCI para Particulares e Empresas. A campanha publicitária assentou na mensagem “Faça uma poupança no BCI e não poupe em mais nada”, permitindo posicionar o BCI como o Banco de Poupança de todos os moçambicanos. Esta Campanha esteve presente nos principais media nacionais, nas Agências e canais electrónicos do BCI e ainda assegurou o reforço da presença do Banco em publicidade outdoor.
- Em Novembro, e para estimular a adesão aos cartões de crédito BCI Classic e BCI Gold, foi desenvolvida uma campanha promocional assente na oferta de uma assinatura semestral (de 3 edições) da nova revista automóvel Turbo Auto Magazine.
- Ainda em Novembro, foi também lançada a campanha de poupança de final do ano, associada ao Depósito Super Renda BCI, para Particulares. Esta campanha, presente em televisão, rádio, imprensa e nas Agências, ATM e site do BCI, permitiu dar continuidade ao reforço do posicionamento do BCI enquanto Banco de Poupança. Paralelamente, foi dinamizado o Super Depó-

09

sito BCI junto das Empresas, através do contacto directo via força de vendas.

- Em Dezembro, no sentido de incentivar a adesão e utilização dos cartões de débito e crédito do BCI e aproveitando as oportunidades de comunicação associadas ao CAN e ao Mundial 2010, foram promovidas as seguintes Campanhas:
 - A campanha Mambas 2010, que permitiu concretizar as acções de apoio à Selecção Nacional para a participação no CAN 2010 em Angola, associando a adesão e utilização do cartão BCI Visa Electron em POS (Pronto-a-usar e personalizado). A mensagem principal foi “Usa o teu cartão BCI Visa Electron e ajuda a levantar a nossa bandeira bem alto em Angola”, assegurando o envolvimento dos nossos Clientes nesta acção de apoio aos Mambas, com a oferta à Federação Moçambicana de Futebol de 5 Meticais por cada transacção em POS. Para além de publicidade, emocional e apelativa, presente em todos os meios de comunicação habituais (televisão, rádio e imprensa) foram ainda produzidos brindes “BCI. Fã dos Mambas”, para oferta aos Clientes e potenciais Clientes BCI, distribuídos em locais públicos onde em Janeiro serão visionados os jogos dos Mambas.



- A campanha Mundial 2010 visou estimular a utilização e adesão aos cartões de crédito Visa (BCI Gold, BCI Classic e Tako), em associação ao Mundial de Futebol FIFA 2010, na África do Sul. A mensagem, simples e directa “Use o cartão BCI Visa e habilite-se a ir ao Mundial” foi amplamente divulgada em televisão, rádio e imprensa, sendo acompanhada de uma acção promocional de sorteio de bilhetes, viagem e estadia para assistir a jogos ao vivo.

Comunicação de Segmentos

No âmbito do processo de implementação dos Novos Modelos de Atenção, foram desenvolvidos novos ambientes em Agência, linhas gráficas de comunicação, logomarcas e material de apoio à venda para cada um dos segmentos.

A criação de 3 logomarcas, BCI Exclusivo, BCI Negócios e BCI Corporate permitiu não só sinalizar todos os espaços destinados aos diferentes modelos de atenção, mas ainda incorporar essa mesma logomarca em todas as peças de comunicação associadas a cada segmento:

- **BCI Exclusivo:** a imagem dos novos espaços que albergam este tipo de atendimento perspectivou promover ambientes diferenciados no interior das Agências, permitindo não só distinguir o BCI Exclusivo do restante atendimento, mas também garantir um local de atendimento privilegiado aos clientes encarteirados. Ainda com o objectivo de diferenciar a comunicação presente nestes espaços e de divulgar a nova oferta de produtos e serviços para este Segmento, foi criada uma nova linha gráfica de comunicação sendo o design e formato adaptados a todo o ambiente do BCI Exclusivo.
- **BCI Negócios:** o atendimento às Pequenas Empresas e Empresários em Nome Individual passou a incluir a sinalização do atendimento BCI Negócios, assim como a produção de folhetos com a oferta de produtos e serviços e

a caracterização do atendimento deste modelo de atenção.

- **BCI Corporate:** as Grandes e Médias Empresas passaram a beneficiar de um atendimento dedicado e personalizado, disponibilizado nos Centros BCI Corporate. Estes Centros, já existentes em Nampula (2008) e agora também em Maputo (Polana, Pigalle e Maputo Shopping), apresentam uma imagem mais sóbria e elegante, recorrendo à utilização das cores azul e bege, à aplicação de fotografias a preto e branco e à instalação de mobiliário de design moderno.



Para além da comunicação e imagem associada aos novos modelos de atenção, foi ainda produzido material de apoio às diversas actividades comerciais promovidas ao longo do ano, tais como a dinamização comercial dos Protocolos assinados com diversas instituições, e ao lançamento de novos produtos, como as Soluções de Financiamento de Estudos de Pós-graduação e as Soluções de Financiamento para o empreendimento Matchiki Village.

Comunicação Interna

No sentido de sensibilizar todos os colaboradores do BCI para as questões e preocupações ambientais, foi dado o pontapé de saída do projecto de eco eficiência intitulado BCI Eco Ambiental. Nesta primeira fase, o projecto foi divulgado na Intranet do BCI, num espaço com identidade e imagem próprias, incluindo conselhos e informação de eco eficiência, sites externos para consulta e o programa das acções internas planeadas para os próximos anos.

Em 2009, foi ainda lançada uma ferramenta de consulta de informação comercial na Intranet: o Apoio à Venda. Este novo espaço inclui informação sobre os produtos e serviços, todo o detalhe acerca das campanhas de dinamização comercial e publicitárias em curso ou em histórico e um observatório do mercado.

Tecnologia

Com a implementação, a partir de 2009 de processos de reforço do alinhamento dos sistemas de informação com o negócio, o banco iniciou neste ano uma nova etapa no que se refere a sistemas de informação. O alinhamento traduz-se na criação de um *front-end* aplicacional de suporte aos balcões, mais simples de utilizar, o qual promove a eficiência dos processos operativos, aumenta a segurança e o controlo e permite uma redução drástica dos ciclos de desenvolvimento de novos produtos e serviços.

Todas estas vantagens traduzem-se, de forma directa para os clientes, na rapidez operacional, eliminação de impressos pré-preenchidos, maior quantidade e melhor qualidade de informação sobre produtos e serviços. Em 2009, foram ainda desencadeados estudos preparatórios e lançadas as bases para o desenvolvimento da arquitectura de suporte de um novo *front-end*, que será lançado em 2010.

Do ponto de vista de infra-estruturas operacionais, foram iniciados os projectos de reformulação a nível central dos sistemas de arquivo e processamento de dados (Da-

ta-Centers); foi também significativamente renovado o parque informático, e adoptada uma nova tecnologia de virtualização de servidores. Em adição, foram introduzidos sistemas de arquivo dedicado (storage). No

conjunto, estes desenvolvimentos permitem atingir os níveis de robustez e escalabilidade necessários para sustentar o crescimento verificado e previsto para o Banco ao longo dos próximos anos.

	Final de 2009
Capacidade Processamento Sistema Central (CPW ¹)	12.000
Transacções Financeiras Processadas	17.825.000
Computadores Pessoais por Colaborador	95%
Colaboradores com Acesso ao Correio Electrónico Interno	95%
Colaboradores com Acesso à Intranet	100%
Colaboradores com Acesso à Internet	95%

CPW – capacidade de processamento de transacções comerciais. Medida de referência da IBM.

6. Produtos e Canais Electrónicos

Introdução

Com o objectivo de melhorar o atendimento e dar uma nova dinâmica no serviço ao Cliente, o BCI iniciou a implementação de um novo modelo de atenção aos Clientes que consistiu em:

- Segmentação da base de Clientes, com a identificação de cinco segmentos, que se definem por características específicas e necessidades de serviços financeiros diferenciados;
- Atribuição de Gestores dedicados aos Clientes dos segmentos que requerem maior acompanhamento comercial do Banco e um atendimento personalizado. Estes gestores de relacionamento são o canal privilegiado do contacto destes Clientes com o Banco, oferecem aconselhamento e identificam as oportunidades de negócio com valor para as duas partes;
- Definição de um novo modelo de comunicação e de espaços de atendimento personalizado especializados para os segmentos BCI Exclusivo, BCI Negócios e BCI Universal (Abertura de Conta/Pedido de Financiamento) nas Agências, adequados a cada um dos segmentos.
- Abertura de uma Agência dedicada ao atendimento dos Clientes do segmento BCI Private, em Maputo.
- Abertura de centros especializados no atendimento às Grandes e Médias Empresas – Centros BCI Corporate – em Maputo, nomeadamente, Maputo Shopping, Pigalle e Polana e em Nam-pula.

Como forma de potenciar o crescimento do negócio direccionado para os segmentos estratégicos identificados pelo BCI, em 2009 o Banco levou a cabo as seguintes iniciativas:

- Formação dos Gestores de Clientes de retalho dedicados no atendimento às Pequenas e Médias Empresas, no

âmbito de uma parceria entre o BCI e o IFC, que visa melhorar e dinamizar a prestação de serviços financeiros a este segmento.

- Definição de uma Oferta de produtos e serviços especificamente orientada para os Clientes do segmento BCI Exclusivo.
- Lançamento de iniciativas de dinamização comercial com a colocação de Cartões de Crédito TAKO para o segmento BCI Universal, e de cartões BCI Classic e BCI Gold para os Segmentos BCI Private e BCI Exclusivo.

Oferta para Clientes protocolados e Funcionários Públicos

Com o objectivo de criar e fortalecer o envolvimento com grupos de Clientes com elevado potencial de bancarização o BCI, como parceiro das Empresas e Instituições do Estado, criou uma Oferta com condições preferenciais para os Funcionários Públicos, bem como para Colaboradores e Funcionários de Empresas e Instituições com Protocolos Financeiros e de Cooperação rubricados com o BCI.

A oferta é composta por um conjunto de produtos de crédito com taxas de juro preferenciais e descontos nas despesas e comissões de abertura, para além dos produtos da banca electrónica, como cartões de débito e de crédito e serviços de eBanking e BCI SMS.

Produtos e serviços

Neste domínio, em 2009, o BCI prosseguiu com o processo de reestruturação e modernização da sua Oferta de Produtos e serviços, com enfoque na simplificação dos procedimentos de adesão aos produtos e na diversificação da oferta, de modo a adequá-la cada vez melhor às necessidades dos Clientes.

Das iniciativas levadas a cabo, destacam-se as seguintes:

Lançamento da nova Oferta de Poupança

Com o objectivo de fomentar e vitalizar a poupança junto da população moçambicana, o BCI apresentou em Agosto uma nova Oferta de Poupança, composta por sete produtos que permitem rendibilizar as poupanças dentro de qualquer horizonte de investimento pretendido pelo Cliente, promover uma melhor gestão da liquidez a curto prazo e incentivar a utilização do serviço de eBanking do BCI.

Para maior conveniência dos nossos Clientes e para garantir a permanente liquidez da poupança, o BCI passou a oferecer para todos os depósitos com prazos superiores a 31 dias um Crédito Garantido com um limite de 80% do depósito, sempre acessível, o que constituiu uma inovação ao nível da abrangência desta possibilidade.

Campanhas de Poupança

A nova oferta de poupança foi lançada em Agosto, apoiada por uma campanha publicitária de tom institucional, promovendo os hábitos de poupança entre a população moçambicana, tendo sido complementada com o lançamento de três campanhas de captação de recursos ao longo do ano, focadas em produtos, que constituíram no seu conjunto um forte estímulo à aplicação de poupanças e contribuíram para o crescimento dos depósitos do BCI.

Na campanha do **Depósito 18% BCI**, realizada entre Fevereiro e Março e acom-

panhada por publicidade, o BCI lançou pela primeira vez no mercado nacional um depósito com o prazo de 20 meses com taxa fixa. Esta campanha foi muito bem recebida pelo mercado, o que permitiu atingir plenamente os objectivos definidos.

A campanha **MaxiRenda BCI**, concretizada em Junho e Julho, não teve o apoio de publicidade, centrando-se na dinamização comercial por parte dos Gestores de Clientes. Este estilo de campanha mostrou-se também bastante eficaz, promovendo o contacto directo do Gestor com os Clientes da sua carteira. A realização dos objectivos de captação foi concretizada.

No final do ano, foi lançada a 3ª campanha de produtos de poupança, com o **Depósito Super Renda BCI** a 13 meses, para Clientes Particulares, e **Super Depósito BCI** a 30 dias para Empresas. Estes produtos tiveram igualmente uma grande aceitação, ultrapassando largamente os objectivos definidos.

Plataforma de Poupança

Juntamente com a nova Oferta de Poupança, o BCI introduziu uma aplicação informática que simplifica e agiliza a subscrição e gestão desta oferta e outras da mesma natureza. Esta plataforma facilita a disponibilização aos Clientes de informação completa das condições dos produtos subscritos, promovendo desta forma o desenvolvimento de uma relação com os Clientes baseada na transparência.

Oferta de Poupança BCI: Produtos e finalidades

Produto

Conta Poupança BCI

Conta Rendimento BCI

Conta Poupança Crescente BCI

Depósito 31 – 365 Dias BCI

Depósito eBanking BCI

Depósito 7-21 Dias BCI

Depósito Renda Mensal

Ideal para quem quer:

Começar a poupar. A primeira conta poupança sem mínimo de abertura

Flexibilidade na poupança e elevada remuneração

Poupar regularmente. Com prazo de 91 dias e renovação automática. A partir da 2ª renovação é atribuído um bónus de 10% sobre a taxa de juro

Estabilidade na taxa de juro. As taxas de juros são determinadas em função do prazo e do montante aplicado

Gerir a poupança via eBanking. Depósito com taxas de juro muito atractivas

Rentabilizar o seu património a muito curto prazo. Aplicações a partir de 1.000.000 MZN

Aplicar a poupança a longo prazo com uma taxa muito atractiva e actualizada trimestralmente

Abertura de Conta simplificada

A abertura de uma conta bancária é um momento fundamental para a criação de uma relação duradoura entre o Cliente e o Banco. Para simplificar este processo, o BCI desenvolveu uma aplicação própria que permite reduzir significativamente o tempo associado à abertura de conta e integra a venda imediata de uma variedade de produtos associados à conta à ordem, tais como o Cartão de Débito, eBanking e Crédito Ordenado. Em 2009, esta aplicação esteve em regime de piloto numa Agência, tendo sido já alargado o seu âmbito a uma Região de Maputo, com vista a preparar devidamente o alargamento com o âmbito nacional.

Soluções de Financiamento para Estudos de Pós-graduação

Convictos de que a existência de suficientes quadros formados, quer em número, quer em qualidade, é fundamental para o desenvolvimento sócio-económico do País, o BCI alargou a sua oferta para estudantes universitários com um pacote de financiamento direccionado aos estudos de pós-graduação que, para além de permitir a antecipação do pagamento das propinas, disponibiliza um cartão de crédito BCI Classic para facilitar a compra de livros e materiais de estudo.

Soluções de Financiamento para o Condomínio Matchiki Village

Na qualidade de parceiro preferencial do Clube Costa do Sol de Banco financiador do projecto de ampliação e melhoramento das infra-estruturas desportivas do Clube e da construção do Condomínio Matchiki Village, o BCI definiu um conjunto de condições preferenciais de financiamento para os Clientes que desejem adquirir, ainda em planta, um imóvel em um empreendimento com uma localização privilegiada, junto à baía de Maputo, e uma elevada qualidade da arquitectura e de construção, quer seja em Crédito à Habitação BCI, quer seja em Leasing Imobiliário BCI.

Canais electrónicos

Em 2009, o BCI manteve a sua estratégia de crescimento e inovação, materializada num conjunto de acções desenvolvidas, nomeadamente, de lançamento de novos produtos, de criação de propostas de valor diferenciadas e de melhoria dos níveis de serviço prestados.

Do conjunto de acções desenvolvidas em 2009, destacam-se:

- Conclusão, com sucesso, do processo de migração dos cartões emitidos pela Caixa Geral de Depósitos para o BCI;
- Comercialização do cartão de crédito (Gold e Classic) com a integração de um modelo de *scoring*. Este processo permitiu reduzir significativamente o tempo de atribuição de um cartão de crédito;
- Lançamento do TAKO, cartão de crédito destinado ao segmento *mass market* permitindo o acesso ao crédito ao consumo, de uma forma simplificada, a clientes de menores rendimentos;

Dentro do contexto de cooperação inter-institucional o BCI disponibilizou a sua plataforma tecnológica, o seu conhecimento e experiência de forma a viabilizar o lançamento do primeiro cartão *co-branded* nacional para uma instituição financeira, os cartões de crédito VISA Mozabanco Gold e Classic;

- Por outro lado, e no sentido de aumentar a disponibilidade de produtos de crédito ao consumo, o BCI lançou o cartão de crédito de rede privada, em parceria com a empresa O Rei do Chinelo;
- No processo de consolidação da nova imagem do BCI foram disponibilizadas as novas imagens dos cartões de Débito (Visa Electron e Cartão Salário) e de Crédito (Gold e Classic);
- Foi ainda lançado o cartão de débito não personalizado denominado **Pronto a Usar**, que permite aos clientes que abram uma conta no BCI, terem imediatamente um cartão para movimentarem as suas contas à ordem.

- A qualidade dos sistemas de meios de pagamento electrónicos tem sido uma preocupação permanente do BCI. Nesse sentido, o BCI solicitou uma auditoria de seis meses da equipa da Qualidade de Serviço de Pagamentos (Payment Service Quality) da VISA. Com este trabalho pretende-se implementar um conjunto de alterações adequadas e recomendadas por aquela instituição, de acordo com as melhores práticas e benchmarks internacionais;
- No último trimestre de 2009, o Banco fez um esforço de introdução de melhorias às plataformas tecnológicas de suporte de comunicações e transaccional aos POS, com investimentos em sistemas e software que melhoraram o serviço prestado.

Meios de Pagamento

Cartões de Crédito

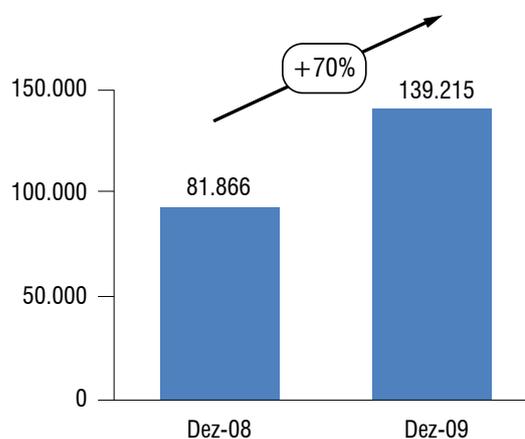
Com a introdução de novos procedimentos em simultâneo com o lançamento de novos produtos de cartões de crédito, o BCI registou em 2009 uma taxa de crescimento considerável. Totalizando uma adesão superior a 15 mil cartões de crédito, o volume de crédito total concedido situou-se acima de 415 milhões de Meticais. A adesão às campanhas de lançamento dos produtos BCI Gold, BCI Classic e Tako, e os novos circuitos de comercialização estão reflectidas no crescimento na venda em 1.021 %.

Cartões de Débito

Acompanhando o ritmo de crescimento do Banco e com a disponibilização de cartões de débito quer no processo de abertura de novas contas como na disponibilização de um cartão de débito “pronto a usar”, o BCI tem registado níveis elevadíssimos na colocação de cartões. No ano de 2009 houve um crescimento de mais de 70% face ao ano anterior totalizando, à data de 31 de Dezembro, mais de 139 mil cartões de débito. Este crescimento global esteve de acordo com a aposta no cartão Visa Elec-

tron que teve um crescimento de 182% e do cartão salário com um crescimento de 37%. Por outro lado, tem vindo a ser descontinuado o cartão Ponto 24 com a renovação, por colocação, pelo Visa Electron. Consequentemente o cartão de débito Ponto 24 decresceu 54% face ao período anterior.

Paralelamente, o número de transacções com os cartões de débito cresceu, face ao período anterior, 89% representando um aumento de 113% no valor financeiro transaccionado por este meio de pagamento para o mesmo período.



Canais

O investimento do BCI em canais não presenciais, de forma a aumentar e melhorar os serviços disponibilizados aos seus clientes particulares e empresas, assume especial relevância na orientação do Banco ao Cliente.

Para além da rede de balcões, os clientes do BCI tem à sua disposição um leque diversificado de canais de acesso aos serviços financeiros, desde os ATMs, passando pelos POS e até ao acesso pela Internet e por SMS. Os clientes podem fazer a gestão do seu património financeiro recorrendo a diversos canais em função da necessidade específica, localização e momento. Estes canais são já responsáveis por mais de 7 milhões de operações correspondendo a um aumento de 44% face ao ano de 2008.

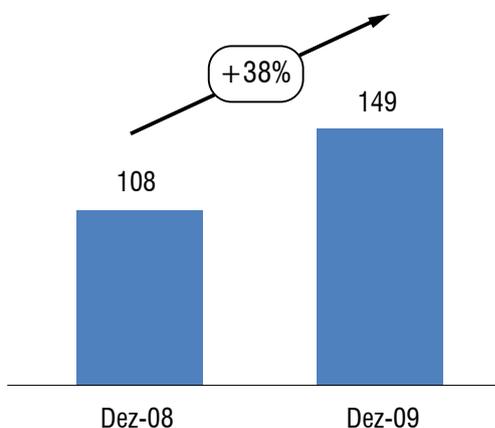
Os ATMs do BCI são o canal preferencial dos seus clientes. Do total de operações nos canais não presenciais, 82% destas são efectuadas em ATM.

ATM

O crescimento do parque de ATMs tem acompanhado o ritmo da expansão da rede de agências. Em 2009 este parque cresceu em 38% face ao período homólogo. O número de operações neste canal (levantamentos, consultas, transferências, pagamento de serviços e recargas de telefone) cresceu 46% face ao mesmo período do ano anterior. A operação de levantamento em ATM mantém ainda o maior peso no total das operações, representando 65% das operações em ATM, seguido das consultas que contribuem com 32% das operações efectuadas através deste equipamento.

Em termos de volume financeiro de levantamento em ATM, este teve um crescimento significativo, totalizando 6.250.185.900 MT, o que representou um crescimento de cerca de 62% face ao ano anterior.

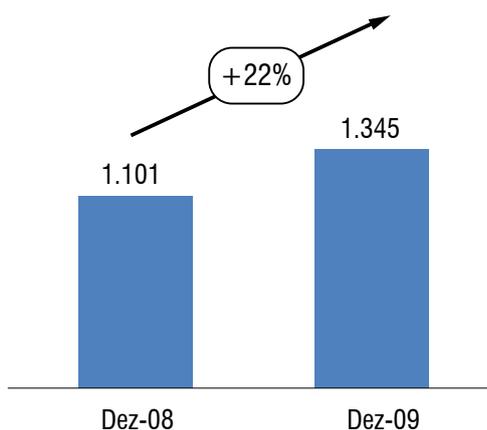
O canal de ATM tem constituído uma aposta contínua do BCI, como um dos canais não presenciais, em ordem a servir a sua base crescente de clientes. As operações bancárias como as transferências, pagamentos de serviços e ainda a recarga de telemóveis tiveram crescimentos bastante significativos de 69%, 10% e 49%, respectivamente.



POS

O parque de POS tem igualmente vindo a aumentar a um ritmo consistente, tendo crescido 22% em 2009. O número de transacções e do volume transaccionado em POS em 2009 teve um aumento de 53% e 58%, respectivamente, face a igual período de 2008. A taxa de assinatura de POS com rede VISA encontra-se acima dos 93%, podendo o BCI afirmar que toda a sua rede é essencialmente rede VISA. Excepcionam-se alguns comerciantes que, pela natureza do seu negócio, não tencionam ou não podem ter essa funcionalidade.

Com as melhorias introduzidas no último trimestre na sua plataforma de sistemas de suporte aos POS, o BCI teve resultados bastante satisfatórios. Como reflexo neste trimestre houve um crescimento de 90% do volume de transacções. No período de pico de Dezembro registou-se um aumento de 175% no volume de transacções em POS do BCI, comparativamente a Dezembro de 2008. Apesar deste crescimento o tempo médio de transacção do POS do BCI manteve-se constante, demonstrando que não houve assim qualquer degradação de serviço com o crescimento.



Internet Banking

A adesão ao internet banking do BCI registou taxas de crescimento consideráveis, quer nos Clientes Particulares quer nos Clientes Empresas. No caso dos particulares, o crescimento, no período homólogo, foi de 33% e as empresas tiveram, neste mesmo período, um crescimento de 148% na adesão a este canal.

Como reflexo deste crescimento e da habituação dos clientes à utilização do serviço, o volume de transacções no Internet Banking cresceu 57% em diferentes moedas, totalizando operações financeiras de valor superior a 2,3 mil milhões de meticais (crescimento de 46 % face a 2008).

	2005	2006	2007	2008	2009
Empresas					
Nº de Contratos Novos	73	261	428	861	1149
Variação Anual	-	258%	64%	101%	33%
Particulares					
Nº de Contratos Novos	495	791	2209	2807	6972
Variação Anual	-	60%	179%	27%	148%

7. Análise Financeira

Resultados e rentabilidade

Os Resultados Líquidos do BCI em 2009 totalizaram 716,46 milhões de Meticais, contra 516,22 milhões no ano anterior, tendo aumentado 39% apesar das condicionantes verificadas ao longo do exercício:

1. O estreitamento das margens de intermediação por via do aumento do custo do *funding*, que não foi compensado por um ajustamento dos spreads de crédito com a mesma amplitude, pressionaram a evolução dos proveitos;
2. O forte investimento na expansão da Rede de distribuição resultou num impacto, significativo esperado, na estrutura de custos;

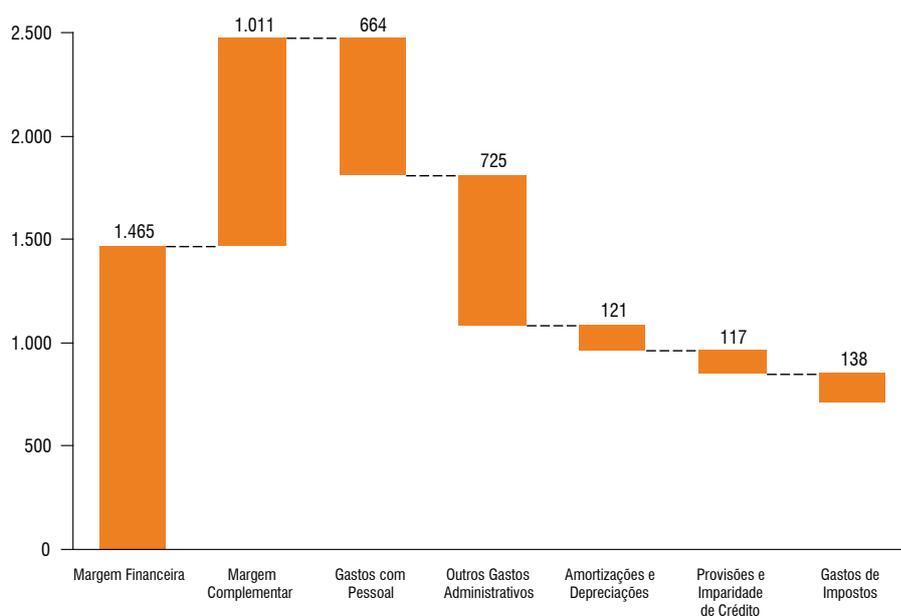
Rendimentos Operacionais

Margem financeira

A margem financeira no exercício corrente ascendeu a MT 1,46 mil milhões de meticais, o que constitui um aumento de 14% (+180,46 milhões de meticais) relativamente a 2008. A mesma foi pressionada pelo aumento do custo médio dos recursos. O BCI privilegiou a captação de recursos de Clientes, mantendo uma oferta de depósitos a prazo competitiva, que se traduziu no aumento do custo destes recursos.

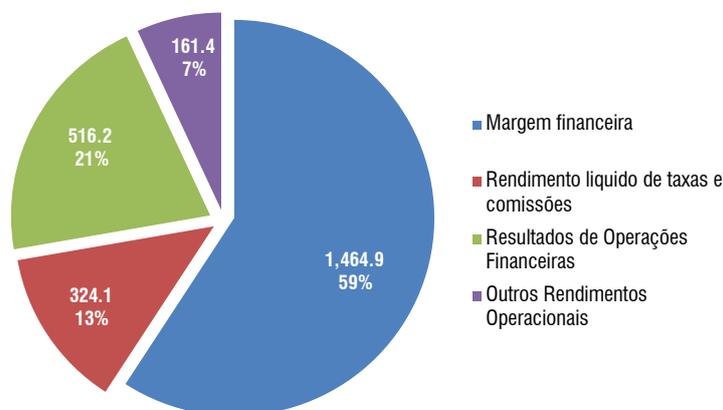
Por sua vez, o ajustamento dos spreads de crédito, de forma a reflectirem o mais elevado custo de financiamento dos bancos, tem sido um processo mais lento e gradual, do que resultou um estreita-

Valores em Milhões de Meticais



RL Dez09: 716,46 M MT

Rendimentos Operacionais (Valores em Milhões de MT)



mento da margem unitária entre crédito e recursos.

De modo a minimizar o impacto na margem financeira, os spreads no novo crédito concedido a Clientes evoluíram gradualmente em 2009, no sentido de reflectirem os custos de financiamento mais elevados incorridos pelo Banco. Porém, este ajustamento tem sido mais lento que o registado nos recursos, e só se intensificou no último semestre.

Para o comportamento da margem financeira contribuiu de modo relevante a redução dos rendimentos dos activos financeiros disponíveis para venda em 7% (MT 34,2 milhões), em consequência da redução das taxas dos títulos.

Comissões

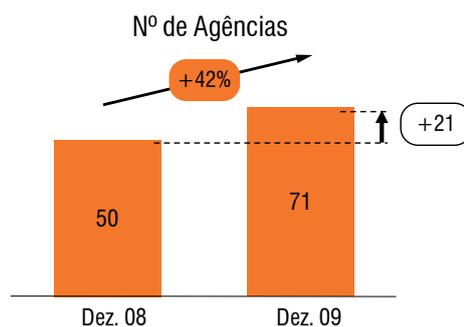
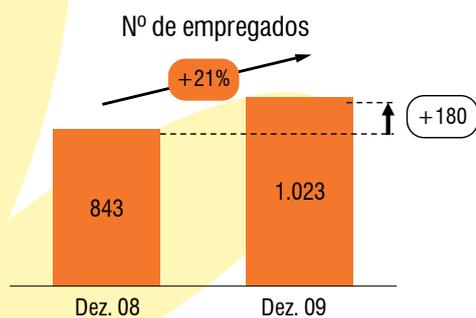
As comissões líquidas aumentaram 15,6% (MT 43,6 milhões), relativamente a 2008, atingindo um volume de 324,1 milhões de

Meticais, apesar da variação das comissões recebidas ter sido muito influenciada pela evolução negativa das comissões com a banca de investimento (menos 25%; - 13,7 milhões de Meticais - do que no ano transacto), derivada da redução dos valores envolvidos no sindicato de combustíveis.

Custos de estrutura

Os custos de estrutura – custos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros e amortizações – aumentaram 30,3% face a 2008. Esta evolução reflecte fundamentalmente o impacto dos aumentos em 42% e 21% da rede física de distribuição e do número de Colaboradores, respectivamente.

O indicador “custos de estrutura em percentagem do produto bancário” – *Cost to income* – situou-se em 60,97%, o que



confirmou as previsões de deterioração face ao rácio de 2008 (59,7%), apesar das medidas de contenção de custos aplicadas.

Custos com pessoal

Em relação a 2008, os custos com pessoal aumentaram 48% em 2009 (+213,8 milhões de meticais), em consequência da implementação de novas medidas de políticas de Recursos Humanos, nomeadamente a definição de novas carreiras profissionais e as consequentes requalificações funcionais daí derivadas bem como os ajustamentos salariais que promoveram a equidade externa e interna no sentido de garantir uma eficaz retenção e gestão dos talentos. Foi igualmente ajustada a estrutura funcional às novas necessidades decorrentes do projecto de expansão e dos novos modelos de atenção e, simultaneamente, foi promovida e mobilizada a participação de todos os colaboradores para o projecto e mudanças em curso.

As remunerações fixas e encargos sociais aumentaram 51% (+182,7 milhões de Meticais), o que reflecte o aumento do número médio de Colaboradores em 18% (+133 pessoas), decorrente sobretudo da expansão da rede de distribuição, e a actualização entre os 11% e os 15% da tabela salarial do Acordo Colectivo de Trabalho para 2009.

Refira-se ainda o aumento dos custos com pensões, em 536% (+20,3 milhões de meticais), resultante do aumento das remunerações.

Fornecimentos e serviços de terceiros

A atenção dada à gestão dos custos e a contenção de despesas permitiu que os custos crescessem apenas 17% (+107,7 milhões de meticais) em 2009, relativamente a 2008, apesar do acréscimo de custos associado ao funcionamento de uma rede física de distribuição mais ampla; com efeito, os custos relacionados com a dimensão da estrutura operacional – custos com instalações, segurança, co-

municações e informática, e outros – aumentaram 15%, ou seja, 25,9 milhões de meticais em termos absolutos.

Os custos de publicidade registaram um aumento de 72%, ou seja, 40,8 milhões de meticais, reflectindo o novo posicionamento do BCI no mercado.

Amortizações

As amortizações aumentaram 32%, para 120,91 milhões de meticais, em 2009 (mais 29,63 milhões do que em 2008). O aumento reflecte principalmente a expansão da rede de distribuição e o investimento contínuo em informática.

Imparidade

Apesar do aumento significativo da carteira de crédito, as imparidades de crédito, líquidas de recuperações, registaram uma redução de 24,31% (-29,56 milhões de meticais), o que reflecte o aumento do rigor na gestão do risco no crédito a Clientes. O rácio de crédito vencido situou-se em 1.07% no final de 2009 (1.32% em 2008) e o rácio crédito em incumprimento a mais de 90 dias situou-se em 1.02% (1,2% no final de 2008), o que reflecte a qualidade de crédito.

Evolução do balanço

Reflectindo a dinâmica comercial do BCI, o activo total líquido cresceu 46% para 34.722,7 milhões de Meticais, no final de 2009. O crédito a Clientes representava 68% do activo total no final do ano. Os recursos de Clientes (73%) e os empréstimos de Instituições de Crédito (15%) constituem as principais fontes de financiamento do activo.

Gestão de funding e liquidez em 2009

A gestão do funding e liquidez do Banco foi, ao longo de 2009, orientada no sentido de assegurar a diversificação das origens do funding, com especial enfoque na captação de depósitos de Clientes e ao aumento da maturidade dos recursos Captados.

Crédito e recursos

Crédito a Clientes

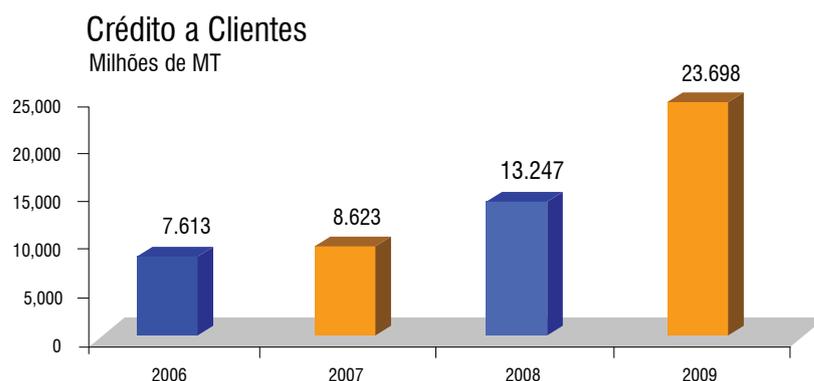
A carteira de crédito aumentou 79% em 2009. Esta cresceu a um ritmo significativamente superior ao registado no ano anterior, 54%, o que reflecte, sobretudo, o compromisso do BCI em ser um pilar do desenvolvimento da economia moçambicana, através da concessão de crédito à economia.

Este aumento da carteira do crédito foi feito de forma rigorosa, levando em consideração a qualidade da carteira, risco de liquidez e o custo de *funding*. Assim, o BCI intensificou, no segundo semestre, o ajustamento dos *spreads* no novo crédito

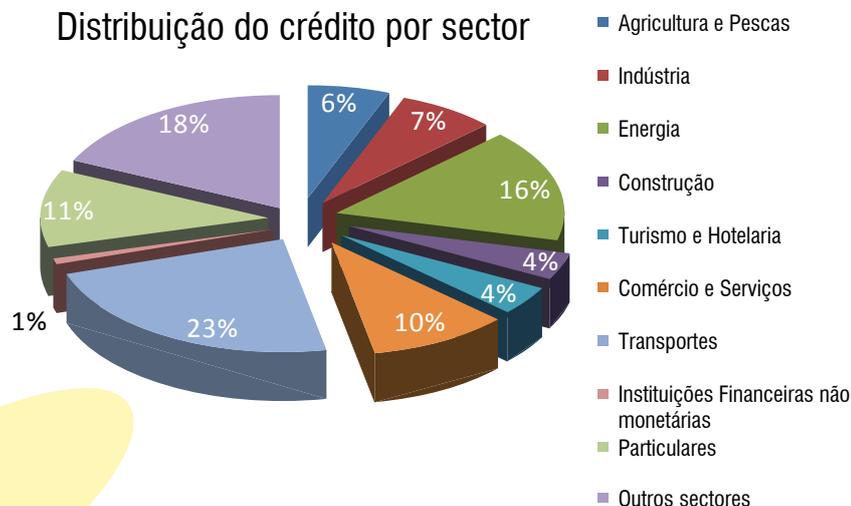
concedido a Clientes, de forma a reflectir o aumento dos custos de *funding*.

Por outro lado, a descida acentuada das taxas de mercado permitiu acomodar o aumento dos prémios de risco, pelo que o custo de financiamento tem, de uma forma geral, diminuído, apesar do aumento dos *spreads* praticados.

Conforme se pode observar no gráfico abaixo, no crédito a empresas, se destacam, os sectores de Transportes (23% do crédito total), Energia (16%), Comércio e Serviços (10%) e Indústria (7%). Em relação ao ano anterior, os sectores que mais perderam representatividade na estrutura de crédito do BCI foram o da Agricultura e Pescas (cujo peso reduziu de 8% em 2008 para 6% em 2009) e da Indústria (redução de 9% para 7%).



Distribuição do crédito por sector



Recursos captados de Clientes

Os recursos de Clientes com registo no balanço cresceram 34,9%, relativamente a 2008, impulsionados pela forte expansão dos depósitos a prazo, de 32,3% (+2,64 mil milhões de meticais).

Os recursos com registo fora do balanço aumentaram 63%, relativamente a 2008.

Recursos de Instituições de Crédito

No âmbito da preocupação em melhorar a gestão de liquidez da Instituição, reduzindo os gaps de maturidade existentes entre as operações activas e passivas, obtiveram-se apoios financeiros internacionais de Médio e Longo prazo no montante de USD 128,4 milhões. Estes apoios possibilitaram a concretização de diversas operações de crédito de médio e longo prazo concedidas a clientes exportadores.

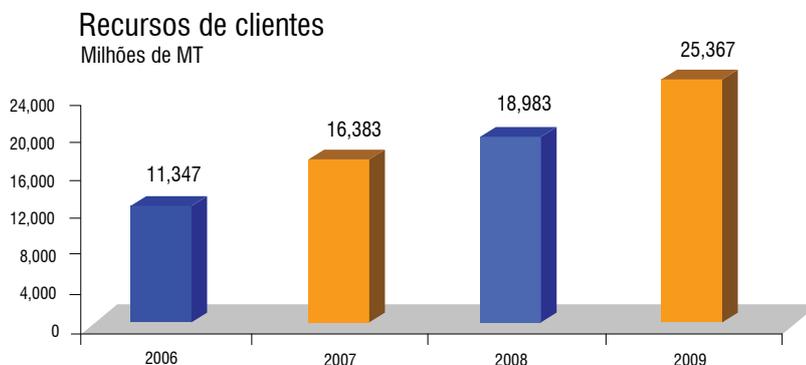
Carteira de títulos e participações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2009, o total das carteiras de activos disponíveis para venda e investimentos em associadas ascendia a 2,91 mil milhões de meticais, o que correspondia a 8% do activo total do BCI.

Cerca de 95% da carteira de activos disponíveis para venda corresponde a dívida pública (Bilhetes e Obrigações do Tesouro).

Fundos próprios

No final de 2009, os fundos próprios de base totalizavam 2,53 mil milhões de meticais, o que corresponde a um aumento de 596,22 milhões de meticais (+31%) relativamente a Dezembro de 2008. Os fundos próprios totais ascendiam a 3,2 mil Milhões de Meticais, mais 1,09 mil milhões de meticais (+49,5%) que em 2008.





Praia do Bazaruto

8. Gestão dos Riscos

Introdução

A gestão dos riscos, feita de forma centralizada, abrange a avaliação, a gestão e o controlo dos riscos de crédito, de mercado, de taxa de juro e de liquidez no balanço incorridos pelo BCI, consagrando o princípio da segregação de funções entre as áreas comerciais e a área de risco/financeira.

Risco de Crédito

O risco de crédito está associado às perdas e ao grau de incerteza quanto à capacidade de um cliente ou contraparte em cumprir as suas obrigações. Dada a natureza da actividade bancária, o risco de crédito reveste-se de uma importância especial, face à sua materialidade, não obstante a sua interligação com os restantes riscos.

O BCI mantém um processo contínuo de avaliação sobre a sua carteira de crédito com o objectivo de identificar a existência de evidências objectivas de imparidade. Um crédito está em imparidade quando exista evidência objectiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos de perda que ocorreram após o seu reconhecimento inicial deste activo, e quando esses eventos tenham impacto nos cash flows futuros, afectando, assim, a recuperabilidade desse crédito.

O modelo actual de Imparidade do banco assenta numa metodologia de cálculo baseada na análise individual e colectiva. A análise individual é feita para as exposições significativas e créditos em situação irregular há mais de 179 dias, de forma a verificar a capacidade dos mutuários em cumprir com o serviço de dívida contratado. Para o efeito, procede-se à análise dos mutuários em torno das seguintes vertentes:

- Avaliação da situação económico-financeira;

- Verificação da existência de operações com crédito e juros vencidos, no Grupo BCI e/ou no sistema financeiro;
- Adequação de garantias e de colaterais para mitigar o crédito concedido;
- Análise de informação histórica sobre o comportamento de bom pagamento dos clientes.

Para as exposições significativas e crédito em situação irregular há mais de 179 dias em que não são identificadas situações objectivas de imparidade, procede-se ao apuramento de uma provisão colectiva, em conformidade com os factores de risco determinados para créditos com características semelhantes.

As exposições que não são consideradas significativas, são agrupadas em segmentos com características de risco similares (v.g. segmento de crédito, tipo de colateral, histórico de comportamento de pagamento, etc.), sendo determinada uma provisão colectiva.

Durante o ano de 2009, continuou-se a investir na melhoria dos procedimentos internos e das ferramentas de identificação, avaliação, gestão e controlo do Risco de Crédito, para toda a vida das operações/contratos.

A decisão de crédito encontra-se distribuída por diferentes instâncias delegadas por toda a estrutura comercial que pode assumir determinados níveis de risco. Contudo, relativamente a exposições mais significativas, certos tipos de clientes e de operações, a avaliação do risco é objecto de análise por um conjunto de analistas que, em complemento às ferramentas disponíveis, elaboram uma opinião independente sobre o risco de crédito implícito. Esta análise é efectuada sempre que existam alterações significativas no relacionamento com o cliente ou se identificam factores, por vezes externos à situação do cliente, que recomendam uma reavaliação do mesmo.

No que se refere à Gestão e ao Controlo do Risco de Crédito é acompanhada, regularmente, a evolução da carteira, sendo efectuadas análises de concentração do crédito, nomeadamente por tipo de produto, maturidade, prazo residual, sector de actividade e região. Neste âmbito, são monitorizados, também, os níveis de cobertura do crédito por provisões, os clientes com maior nível de incumprimento e as taxas de incumprimento por produto, segmento, sector, moeda e região.

Complementarmente, analisam-se, também, numa base mensal, a evolução da exposição aos principais grupos económicos e os limites de concentração de risco.

Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de entradas e saídas de caixa, bem como os respectivos *gaps* de liquidez.

A política e a estratégia de gestão, relacionada com o risco de liquidez, são definidas pelo Comité de Activos e Passivos e são implementadas pela Sala de Mercados (DSM) e controladas pela Direcção de Gestão de Risco (DGR). A DSM mantém um

portfólio diversificado de activos, os quais podem ser facilmente liquidados caso ocorra uma interrupção de fluxos de caixa não prevista. Adicionalmente, o Banco possui depósitos junto do Banco de Moçambique, nos termos da legislação em vigor, para fazer face ao risco em referência.

Gestão de Capital

O BCI mantém uma gestão activa e capital que lhe permite cobrir os riscos inerentes à sua actividade. A gestão do capital do banco é feita em conformidade e através das regras e rácios prudenciais estabelecidos pelo Banco de Moçambique, estando actualmente a cumprir integralmente com os requisitos de capital impostos.

O principal objectivo da gestão de capital do BCI é assegurar o cumprimento dos requisitos e a manutenção dos rácios de capital saudáveis para garantir a continuidade do negócio e maximizar o valor dos accionistas.

Mediante alterações das condições económicas e características de risco da actividade do banco, a estrutura de capitais pode sofrer ajustamentos para melhor se adequar à nova situação. Nos últimos anos, e face a estabilidade das condições do mercado nacional, os objectivos, as políticas e os processos, referentes à gestão de capital, não sofreram quaisquer alterações dignas de realce.

9. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando a necessidade de sustentar a política de crescimento orgânico encetada no quadro da implementação do Plano Estratégico 2008-2011, bem como de reduzir a deterioração dos Fundos Próprios resultante da apreciação do USD face ao Metical, perspectiva-se o reforço dos fundos próprios e equiparados do BCI, através da retenção de 75% do Resultado Líquido do exercício de 2009, correspondente a 716.464.151 meticais.

Deste modo, a aplicação dos resultados líquidos dever-se á apresentar do seguinte modo:

- Reservas Livres (75%): 537.348.113 (Quinhentos e Trinta e Sete Milhões, Trezentos e Quarenta e Oito mil e Cento e Treze meticais)
- Dividendos aos Accionistas (25%): 179.116.038 (Cento e Setenta e Nove Milhões, Cento e Dezasseis Mil e Trinta e Oito meticais)



Bilene

10. Eventos Subsequentes

Aumento do Capital Social por Incorporação de Reservas

Em 03 de Março de 2010, a Assembleia Geral, reunida em sessão ordinária, aprovou o aumento do Capital Social do Banco de MZN 321.428.570,00 (Trezentos vinte e um milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, quinhentos e setenta meticais) para MZN 1.900.000.000,00 (Mil e novecentos milhões de meticais) através da incorporação de reservas.

Referências

Ao concluir a apresentação da actividade do Banco no exercício de 2009, o Conselho de Administração do BCI deseja expressar o seu reconhecimento a todos os que contribuíram para a consolidação deste projecto, em especial:

- Aos nossos Clientes;
- Aos nossos fornecedores;
- Às autoridades monetárias e financeiras, pela forma como acompanharam e cooperaram no desenvolvimento da actividade do BCI;
- À Mesa da Assembleia-Geral e ao Conselho Fiscal, pela colaboração manifestada ao longo do exercício;
- Aos nossos correspondentes em geral;
- Aos accionistas pelo voto de confiança e pelo apoio e colaboração prestada;
- Aos colaboradores em geral, pela atitude profissional e dedicação demonstradas no exercício das suas funções.

O Conselho de Administração

Celso Ismael Correia
(Presidente)

Francisco Bandeira
(Vice-Presidente)

António Domingues
(Vice-Presidente)

Ibraímo Ibraímo
(Vice-Presidente)

João Luís Fernandes Jorge
(Vogal)

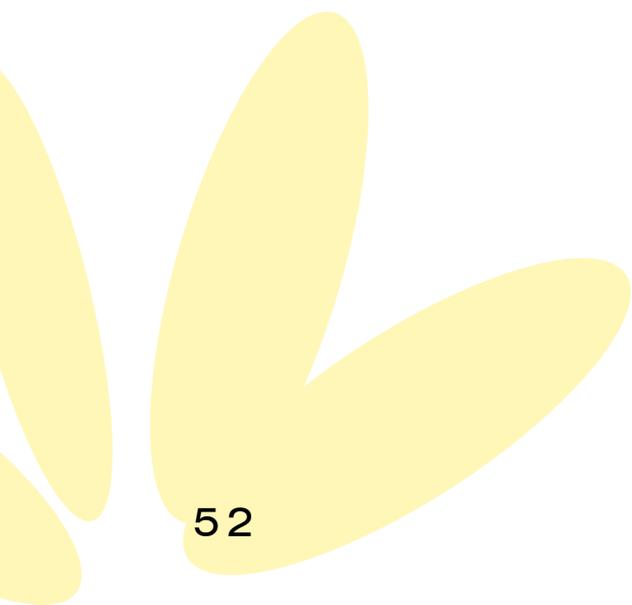
Duarte César Fonseca
(Vogal)

Eduardo França Magaia
(Vogal)

Eugénio Ramos
(Vogal)

Jorge Tomé
(Vogal)

Celeste Cardona
(Vogal)





Demonstrações
Financeiras em base
individual



Entrada para o Parque Nacional da Gorongosa

11. Demonstrações Financeiras Individuais

Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	31-Dez-09	31-Dez-08
ACTIVO			
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	3.1	3,285,782,195	2,577,946,310
Disponibilidades sobre instituições de crédito	3.2	756,841,673	337,159,725
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	3.3	147,124,679	257,264,966
Activos financeiros disponíveis para venda	3.4	2,764,886,536	3,278,039,554
Aplicações em instituições de crédito	3.5	2,012,203,243	2,648,005,431
Crédito a clientes	3.6	23,698,191,592	13,246,863,167
Investimentos	3.7	943,699	943,699
Activos não correntes detidos para venda	3.8	96,937,363	22,068,723
Propriedades de Investimentos	3.9	18,770,724	19,706,657
Outros activos tangíveis	3.10	1,320,493,832	1,017,836,407
Activos intangíveis	3.11	17,252,541	9,573,090
Activos por impostos diferidos	3.30	2,659,124	2,659,124
Activos por impostos correntes	3.30	172,226,729	66,432,000
Outros activos	3.12	428,367,204	345,400,367
TOTAL DO ACTIVO		34,722,681,134	23,829,899,220
PASSIVO			
Recursos de bancos centrais	3.13	106,230,122	-
Recursos de instituições de crédito	3.14	5,180,518,913	2,003,586,523
Recursos de clientes	3.15	25,366,699,903	18,982,643,945
Recursos consignados	3.16	57,458,849	65,062,506
Empréstimos Subordinados	3.17	747,095,045	259,830,065
Títulos de dívida	3.18	0	-
Passivos por impostos diferidos	3.30	22,748,508	22,748,508
Passivos por impostos correntes	3.30	137,650,743	107,790,793
Outros passivos	3.19	426,478,813	320,388,741
Provisões	3.20	145,181,442	131,447,015
TOTAL DO PASSIVO		32,190,062,338	21,893,498,096
FUNDOS PRÓPRIOS			
Capital social	3.21	321,428,570	321,428,570
Reservas	3.22	1,496,361,375	1,100,383,831
Acções próprias		(1,635,300)	(1,635,300)
Resultado do exercício		716,464,152	516,224,023
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS		2,532,618,797	1,936,401,124
TOTAL DO PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS		34,722,681,134	23,829,899,220

Demonstração abrangente de resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	31-Dez-09	31-Dez-08
Juros e rendimentos similares	3.23	2,601,973,939	2,077,962,195
Juros e encargos similares	3.23	(1,137,095,330)	(804,488,359)
Margem Financeira		1,464,878,609	1,273,473,836
Rendimento de taxas e comissões	3.24	396,201,726	338,814,438
Gastos com taxas e comissões	3.24	(72,128,253)	(47,435,254)
Resultados em operações financeiras	3.25	516,219,986	256,779,642
Outros rendimentos Operacionais	3.26	188,215,849	132,003,776
Outros Gastos Operacionais	3.26	(17,503,691)	(31,685,583)
Resultados operacionais		2,475,884,226	1,921,950,853
Gastos com pessoal	3.27	(663,542,833)	(449,764,423)
Outros gastos administrativos	3.28	(725,049,119)	(617,396,537)
Outros rendimentos	3.29	8,845,291	13,319,213
Imparidade de crédito	3.6	(92,040,455)	(121,599,650)
Imparidade de Outros activos	3.12	(4,081,235)	-
Amortizações	3.10/3.11	(120,912,325)	(91,278,435)
Provisões líquidas	3.20	(24,988,656)	(30,097,091)
Resultados antes de impostos		854,114,895	625,133,930
Gasto de imposto	3.30	(137,650,743)	(108,909,908)
Lucro do exercício		716,464,151	516,224,023
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto:			
Resultados de justo valor sobre activos financeiros disponíveis para venda	3.32	6,826,655	(747,946)
Resultados abrangentes do exercício (total)		723,290,806	515,476,077
Resultado por acção	3.31	22.40	16.12

Demonstração das alterações dos fundos próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

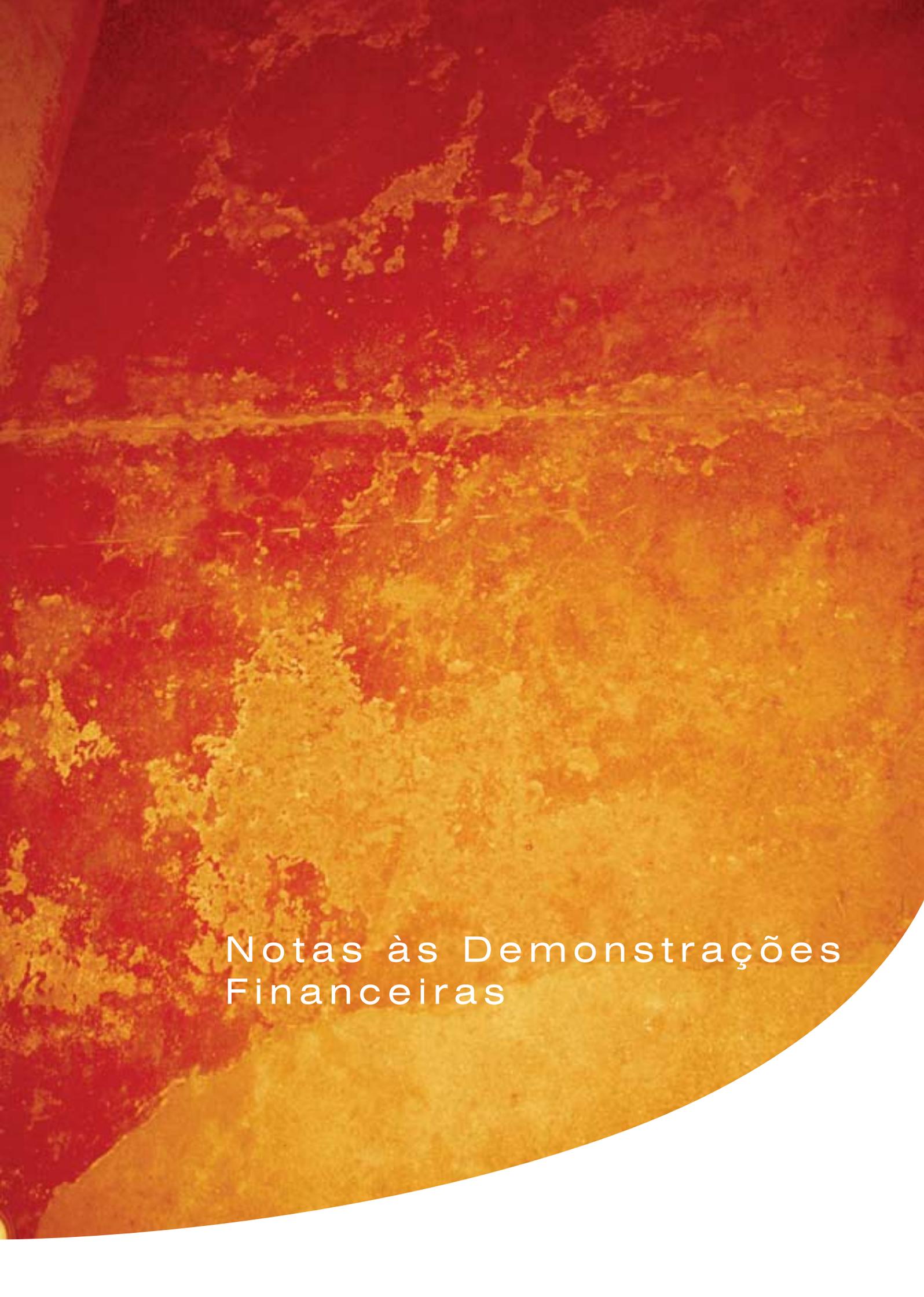
	Capital	Reserva Legal	Acções Próprias	Outras Reservas	Reservas de Justo valor	Resultados do exercício	Total
Saldo a 31 Dezembro 2007	321,428,570	210,193,668	(1,635,300)	637,905,833	-10,146,789	433,064,663	1,590,810,645
Resultado compreensivo do exercício							
Lucros	-	-	-	-	-	516,224,022	516,224,022
Outros resultados compreensivos							
Reservas de justo valor (disponível para venda)							
Perdas de Justo valor sobre activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(747,946)	-	(747,946)
Outras perdas	-	-	-	(475,814)	-	-	(475,814)
Resultado compreensivo (total)				(475,814)	(747,946)	516,224,022	515,000,262
Transacções com Accionistas registados em fundos próprios							
Contribuição e distribuição aos accionistas							
Dividendos aos accionistas	-	-	-	-	-	(169,409,784)	(169,409,784)
	-	-	-	-	-	(169,409,784)	(169,409,784)
Outras transacções							
Retenção de Lucro	-	64,959,699	-	198,695,179	-	(263,654,878)	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
		64,959,699		198,695,179		(263,654,878)	
Saldo a 31 Dezembro 2008	321,428,570	275,153,367	(1,635,300)	836,125,198	(10,894,735)	516,224,023	1,936,401,123
Resultado compreensivo do exercício							
Lucros	-	-	-	-	-	716,464,151	716,464,151
Outros resultados compreensivos							
Reservas de justo valor (disponível para venda)							
Ganhos de Justo valor sobre activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	6,826,655	-	6,826,655
Outros ganhos	-	-	-	1,982,872	-	-	1,982,872
Resultado compreensivo (total)	-	-	-	1,982,872	6,826,655	716,464,151	725,273,678
Transacções com Accionistas registados em fundos próprios							
Contribuição e distribuição aos accionistas							
Dividendos aos accionistas	-	-	-	-	-	(129,056,005)	(129,056,005)
Retenção de Lucro	-	77,433,603	-	309,734,414	-	(387,168,017)	-
Saldo a 31 Dezembro 2009	321,428,570	352,586,970	(1,635,300)	1,147,842,485	(4,068,080)	716,464,152	2,532,618,797

Demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	31-Dez-09	31-Dez-08
Actividades operacionais		
Juros, comissões e outros rendimentos recebidos	2,731,118,430	1,973,884,666
Juros, comissões e outros gastos pagos	(1,128,097,637)	(820,967,910)
Pagamento a empregados e fornecedores	(1,478,994,922)	(955,964,055)
Fluxo líquido proveniente de rendimentos e gastos	124,025,871	196,952,701
Diminuições (aumentos) em:		
Aplicações em instituições de crédito	746,679,864	1,592,346,278
Créditos a clientes	(10,524,170,091)	(4,626,485,607)
Fluxo líquido proveniente de activos operacionais	(9,777,490,226)	(3,034,139,329)
Aumentos (diminuições) em:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	3,141,237,455	1,666,127,075
Recursos de clientes	7,234,072,766	2,499,517,506
Fluxo líquido proveniente de passivos operacionais	10,375,310,221	4,165,644,581
Fluxo líquido das actividades operacionais	721,845,865	1,328,457,953
Actividades de investimento		
Aquisições de activos tangíveis e activos intangíveis	(390,358,836)	(335,828,632)
Aumentos (diminuições) de títulos	513,504,785	47,600,164
Juros recebidos	404,835,054	420,030,553
Outros activos	(171,271,380)	(1,004,988,063)
Fluxo líquido das actividades de investimento	356,709,623	(873,185,978)
Actividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	(129,056,005)	(169,409,784)
Outros passivos	(326,917,520)	74,788,650
Fluxo líquido das actividades de financiamento	(455,973,525)	(94,621,134)
Efeitos de alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	516,219,986	247,483,758
Aumento (diminuição) de caixa e seus equivalentes	1,138,801,949	608,134,599
Caixa e seus equivalentes no início do período	2,896,321,139	2,288,186,540
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4,035,123,088	2,896,321,139

Conciliação com os saldos constantes do balanço:

	Notas	31-Dez-09	31-Dez-08
Caixa e equivalentes		4,035,123,088	2,896,321,139
Cheques a cobrar sobre Instituições de Crédito no estrangeiro		7,177,177	7,552,248
Cheques a cobrar sobre Instituições de Crédito no país		323,603	11,232,648
Total		4,042,623,868	2,915,106,035
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	3.1	3,285,782,195	2,577,946,310
Disponibilidades sobre instituições de crédito	3.2	756,841,673	337,159,725



Notas às Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Nota introdutória

O BCI é uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, constituída em 17 de Janeiro de 1996 por tempo indeterminado. A actividade operacional iniciou-se a 19 de Abril de 1997. Nessa altura, a CGD detinha uma participação de 60% no capital repartindo-se os restantes 40% pela SCI – Sociedade de Controlo e Gestão de Participações (38,63%) e por pequenos accionistas (1,37%). Em Dezembro de 2003 o BCI fundiu-se com o Banco de Fomento (BF) através da integração de todos os activos do BF no BCI e da extinção do BF. Esta operação tornou possível a entrada de um novo grande accionista, o Grupo BPI, com 30% das acções. Em Novembro de 2007 registou-se a saída do Grupo SCI e a entrada do Grupo INSITEC com 18,12% das acções. A participação da CGD passou para 51%, a do Grupo BPI passou para 30% das acções. Os restantes 0,88% encontram-se dispersos por diversos pequenos accionistas. O BCI tem a sua Sede em Maputo e rege-se pelos seus estatutos e demais legislação aplicável ao sector.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de Janeiro de 2010.

2. Políticas contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

No seguimento do disposto no Aviso N.º 4 / GBM / 2007 de 30 de Março de 2007 do Banco de Moçambique, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”). As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpreta-

tions Committee (“IFRIC”) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio do custo histórico, modificada pela aplicação do justo valor para os activos e passivos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2009, o BCI adopta a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores reexpressos relativamente às novas divulgações exigidas, para o ano de 2008.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS exige a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos de aplicação das políticas contabilísticas, estando as principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas descritas na nota 2.2 (t).

As demonstrações financeiras anexas estão expressas em Meticais e são idênticas às que foram preparadas pelo Banco a partir dos seus registos contabilísticos e que irão ser submetidas à aprovação da Assembleia Geral de accionistas.

2.2. Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras individuais do Banco BCI.

(a) Novas normas e alterações relevantes para o BCI

As seguintes normas e alterações, que se tornaram efectivas em 2009, são relevantes para o BCI:

- Alteração à IFRS 7 - O IASB publicou a revisão em Março de 2009. Requer-

se que seja divulgada a classificação dos instrumentos financeiros utilizando a hierarquia do valor justo que reflete a importância dos dados utilizados para efetuar a mensuração, como demonstrado abaixo:

- a. Nível 1 - Preços cotados (sem ajuste) em mercados para activos e passivos idênticos;
- b. Nível 2 - Outros dados além daqueles cotados em mercado (nível 1) que podem contribuir para a definição do preço das obrigações e direitos de forma directa (por exemplo, preços em mercados activos) ou indirectamente (por exemplo, técnicas derivadas de valorização que utilizam dados de mercados activos); e
- c. Nível 3 - Dados para a atribuição de preço aos direitos e obrigações não existem em mercados.

A adopção da alteração obriga a divulgações adicionais mas não tem impacto na posição financeira nem nos resultados do banco.

- **IFRS 8** – Segmentos operacionais. A IFRS foi emitida em Novembro de 2006, devendo ser adoptada a partir de 1 de Janeiro de 2009. De acordo com os requerimento da norma, o reporte externo por segmentos deverá estar baseado no reporting interno apreciado pela Comissão Executiva. A aplicação da norma não tem qualquer impacto material sobre as contas do Banco.

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um conjunto de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Conforme apresentado na nota 33, o BCI controla a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

- Banca de Retalho;
- Corporate Banking;
- **IAS 1** - Alteração da apresentação das demonstrações financeiras

(b) Operações em moeda estrangeira (IAS 21)

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pelo BCI nas suas operações e demonstrações financeiras.

As operações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data da transacção. À data do balanço os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa média divulgada pelo Banco de Moçambique, sendo as diferenças cambiais não realizadas reconhecidas na demonstração de resultados no período a que dizem respeito. Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 as taxas de câmbio aplicadas são:

Moeda	31-Dez-2009	31-Dez-2008
USD	29,19	25,50
EUR	42,08	35,88
ZAR	3,96	2,72

Os activos não monetários em moeda estrangeira valorizados ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data em que a transacção ocorreu. Os activos não monetários em moeda estrangeira valorizados pelo justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data de determinação do justo valor.

(c) Empresas filiais e associadas (IAS 27 e IAS 28)

O BCI detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. Consideram-se empresas filiais aquelas entidades em que o Banco detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da empresa. Empresas associadas são aquelas entidades em que o BCI exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira mas não detém o controlo da empresa. Como regra geral, presume-

se que existe influência significativa quando a participação de capital é superior a 20% e inferior a 50%.

Nas demonstrações financeiras individuais do BCI, as empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo histórico.

Os dividendos de empresas filiais e associadas são reconhecidos nos resultados individuais do BCI na data em que são atribuídos ou recebidos.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, a perda por imparidade é reconhecida em resultados.

(d) Activos e passivos financeiros (IAS 32 e IAS 39)

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características.

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do BCI na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

O BCI avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em

resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

i. Activos financeiros pelo justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como sendo activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados no balanço pelo justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício.

ii. Investimentos detidos até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo de risco reduzido que o Banco tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes activos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, tomando em consideração qualquer desconto ou prémio de aquisição e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva, deduzido de reembolsos de capital efectuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efectiva.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, o qual permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período da operação finan-

ceira. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

O BCI avalia, individualmente, se existe evidência de imparidade para os activos financeiros detidos até à maturidade. Caso exista evidência objectiva de que foi incorrida uma perda por imparidade, o montante da perda é determinado pela diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros do activo. A quantia escriturada do activo é reduzida e a perda é reconhecida na demonstração de resultados.

Se, em períodos subsequentes, o montante da perda por imparidade reduzir em virtude de um evento após o reconhecimento da perda, quaisquer montantes anteriormente registados devem ser ajustados.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica é integralmente composta por títulos detidos pelo Banco.

iii. Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, e maturidade fixa, não cotados em mercados activos.

Os empréstimos e contas a receber abrangem os créditos concedidos pelo Banco a clientes e a instituições de crédito que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não haja intenção de venda.

No reconhecimento inicial os empréstimos e contas a receber são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em contas de resultado ao longo da vida das operações. Estas operações são sujeitas a testes de imparidade.

Imparidade

O BCI efectua regularmente análises de imparidade dos créditos e valores a receber. A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual para os créditos em que o montante de exposição é significativo, e numa base colectiva quanto aos activos homogéneos cujos saldos não sejam individualmente significativos

De acordo com a IAS 39, um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda após o reconhecimento inicial do activo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro considerado.

Segundo o estabelecido na IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade em activos financeiros:

- Incumprimento de cláusulas contratuais, como atrasos no pagamento dos juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabili-

dade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;

- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Análise individual

Para os activos relativamente aos quais existe evidência objectiva de imparidade numa base individual, o cálculo da imparidade é efectuado mutuário a mutuário, tendo como referência a informação que consta da análise de risco de crédito do Banco os quais consideram, entre outros, os seguintes factores:

- exposição global do Cliente e natureza das responsabilidades contraídas junto do Banco: operações financeiras ou não-financeiras (nomeadamente, responsabilidades de natureza comercial ou garantias de boa execução);
- análise de risco do Cliente determinada através do acompanhamento regular do Banco a qual incorpora, entre outras, as seguintes características:
 - situação económico-financeira do Cliente;
 - risco do sector de actividade em que opera;
 - qualidade de gestão do Cliente, medida pela experiência no relacionamento com o BCI e pela existência de incidentes;
 - qualidade da informação contabilística apresentada;
 - natureza e montante das garantias associadas às responsabilidades contraídas junto do Banco;
 - crédito em situação de incumprimento.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

De salientar que o valor expectável de recuperação do crédito reflecte os fluxos de caixa que poderão resultar da execução das garantias ou colaterais associados ao crédito concedido, deduzido dos custos inerentes ao respectivo processo de recuperação.

Os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade, foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade. Os activos avaliados individualmente e para os quais foi reconhecida uma perda por imparidade são excluídos das análises colectivas.

Análise colectiva

Os fluxos de caixa futuros de grupos de crédito sujeitos a análise colectiva de imparidade são estimados com base nos dados históricos disponíveis acerca de perdas para activos com características de risco de crédito semelhante.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em resultados.

iv. Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui nomeadamente:

- Títulos de rendimento variável não classificados como activos ao justo valor através de resultados;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial.

Os activos financeiros disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser estimado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da alteração no justo valor são reconhecidos directamente nos fundos próprios. No momento da alienação, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para resultados do período.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como rendimentos aquando do seu recebimento.

v. Depósitos e outros recursos

Após o reconhecimento inicial os depósitos e outros recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

O BCI deixa de reconhecer activos financeiros quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa associados ao activo tenham expirado;
- O Banco tenha transferido os direitos contratuais aos fluxos de caixa decorrentes do activo bem como tenha transferido substancialmente todos os riscos e vantagens do activo, ou o controlo do activo não tendo, no entanto, transferido todos os riscos e vantagens associados ao activo.

Um passivo financeiro deixa de ser reconhecido quando a respectiva obrigação for satisfeita, cancelada ou expirar. Quando o passivo é substituído por outro do mesmo mutuário em condições substancialmente distintas, ou as condições de um passivo existente são substancialmente modificadas, tal modificação ou troca é tratada como o reconhecimento de um novo passivo, e conseqüente não reconhecimento do passivo original, sendo a diferença entre os respectivos montantes reconhecida nos resultados do período.

Os títulos comprados com acordo de revenda não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, como um crédito, sendo periodificado o valor de juros.

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros.

Os activos e passivos financeiros apenas são compensados, e o seu valor líquido apresentado no balanço, quando o BCI

tem o direito de proceder à sua compensação e pretende liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo.

(e) Activos não correntes detidos para venda (IFRS 5)

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço seja essencialmente recuperado através da venda, e não de uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o seu justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações efectuadas pelas entidades especializadas.

Caso o valor registado em balanço seja inferior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica adequada.

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados pelo valor de arrematação, sendo o passivo regularizado quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, por contrapartida dos créditos vencidos.

(f) Propriedades de investimento (IAS 40)

As propriedades de investimento correspondem a imóveis detidos pelo BCI com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento ou da sua valorização.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

(g) Outros activos tangíveis (IAS 16)

Os activos tangíveis utilizados pelo BCI no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o BCI. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Imóveis	30 a 45
Obras em edifícios	25
Equipamento	7

O Banco efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. Alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

As despesas em edifícios alheios são depreciadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. O BCI procede à reversão das

perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

Conforme previsto na IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2006 (data de transição) foram registados pelo justo valor a essa data e usado o valor daí resultante como custo considerado.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período do seu desreconhecimento.

(h) Locações (IAS 17)

A determinação se um acordo contém uma locação é baseada na substância do acordo e requer uma avaliação sobre se o seu cumprimento está dependente da utilização de um bem específico e se o acordo dá o direito de uso desse bem.

BCI como locatário

A locação financeira, a qual transfere substancialmente para o Banco todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um activo, é capitalizada no momento inicial do contrato ao mais baixo entre o justo valor do activo e o valor actual dos pagamentos mínimos de locação, e incluído em activos tangíveis, registando a correspondente responsabilidade para com o locador em outros passivos.

Os activos tangíveis adquiridos através de operações de locação financeira são depreciados durante o prazo da locação ou da sua vida útil, o que for mais curto. As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são reconhecidos no resultado do período.

Os pagamentos associados a locações operacionais não são reconhecidos no ba-

lanço. Os pagamentos de uma locação operacional são reconhecidos como um gasto numa base de linha recta durante o prazo da locação e registados em gastos operacionais.

BCI como locador

As locações em que o Banco não transfere substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade do bem locado são classificadas como locações operacionais. O BCI possui nestas condições as suas propriedades de investimento as quais geram rendimento de rendas.

Os activos em regime de locação financeira encontram-se registados no balanço como “Crédito a clientes”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são reconhecidos no resultado do período.

(i) Activos intangíveis (IAS 38)

O BCI regista como activos intangíveis as despesas com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso próprio de aplicações informáticas (“software”). Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na IAS 38, os custos internos directos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como activos intangíveis.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são registadas numa base sistemática, ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual usualmente se situa nos 3 anos. O período de depreciação e o método de depreciação dos activos intangíveis com vida útil definida são revistos no final de cada período. Alterações na vida útil esperada são registadas como alterações de estimativa.

As despesas com manutenção de aplicações informáticas são contabilizadas como gasto no exercício em que são incorridas.

(j) Imparidade de activos não financeiros (IAS 36)

O Banco avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, o Banco estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, o Banco reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, o Banco estima a quantia recuperável do activo e reverte perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

(k) Reconhecimento de rendimentos e gastos (IAS 18)

O Crédito é reconhecido desde que seja provável que irão fluir benefícios económicos para o Banco e desde que o rendimento possa ser mensurado com fiabilidade. O reconhecimento de rendimentos obedece, ainda, aos seguintes critérios:

Juros, rendimentos e gastos equiparados

Para todos os instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado e juros relacionados com instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, os gastos e rendimentos de juros são registados à taxa de juro efectiva a qual representa a taxa que desconta os futuros pagamentos estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou período mais curto, se apropriado, para a quantia escriturada do activo ou passivo financeiro. O cálculo toma em consideração todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros e inclui comissões

ou custos adicionais directamente relacionados com o instrumento e que se consideram uma parte integrante da taxa de juro efectiva, não considerando perdas futuras.

Uma vez que o activo financeiro ou grupo de activos financeiros tenha sido reduzido como resultado de uma perda por imparidade, o rendimento do juro é daí em diante reconhecido usando a taxa de juro usada para descontar os fluxos de caixa futuros para efeitos de quantificação da perda por imparidade.

Rendimentos de taxas e comissões

O BCI obtém taxas e comissões de diversos serviços financeiros prestados aos seus clientes. Tais rendimentos podem ser divididos nas seguintes categorias:

Receitas obtidas por serviços prestados durante um determinado período de tempo

Os rendimentos obtidos por serviços prestados durante um determinado período de tempo, onde se incluem comissões, são especializados e reconhecidos no período correspondente. As comissões relacionadas com créditos são diferidas e reconhecidas como um ajustamento à taxa de juro efectiva do empréstimo.

Receitas obtidas por serviços de intermediação

As comissões resultantes da negociação ou participação na negociação de uma transacção com um terceiro são reconhecidas aquando da finalização da transacção.

Rendimentos de rendas

Os rendimentos de rendas de propriedades de investimento são reconhecidos numa base de linha recta durante o prazo do contrato sendo reconhecidos na demonstração de resultados em outros rendimentos operacionais.

(l) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados da demonstração de fluxos

de caixa, englobam os valores apresentados no balanço em caixa, contas correntes com bancos centrais e investimentos altamente líquidos.

(m) Impostos sobre os lucros (IAS 12)

O Banco, ao abrigo dos incentivos aduaneiros e fiscais previstos no Código dos Benefícios Fiscais em Moçambique (CBFM), aprovado pelo Decreto n.º 12/93, de 21 de Julho, beneficia até 31 de Dezembro de 2013 dos seguintes benefícios:

- Redução da taxa do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas em cinquenta por cento (50%);
- A possibilidade de dedução, no cálculo do IRPC, das despesas realizadas em programas de formação de trabalhadores moçambicanos até ao limite máximo de cinco por cento (5%) da matéria colectável; e
- Isenção de impostos sobre os fundos próprios ou empréstimos e respectivos juros, aplicados em investimentos realizados no âmbito do Projecto.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Imposto corrente

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e

a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de fundos próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de fundos próprios, não afectando o resultado do exercício.

(n) Provisões e passivos contingentes (IAS 37)

O BCI constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

(o) Garantias (IAS 37)

No decorrer da sua actividade o BCI concede garantias, cartas de crédito e avais. Tais garantias são registadas em contas fora do balanço e divulgadas como passivos contingentes.

(p) Benefícios dos empregados (IAS 19)

A responsabilidade com pensões de reforma relativa aos colaboradores do Ex-BF foi incorporada no passivo do BCI ao abrigo da escritura de fusão datada 4 de Dezembro de 2003.

O Ex-BF subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) de 30 de Dezembro de 1997, que vigora para o sector bancá-

rio, pelo que os seus empregados contratados localmente ou as suas famílias têm direito a prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência.

Estas prestações são em função do tempo de serviço dos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas com base nas tabelas salariais anexas ao ACT, as quais são revistas anualmente.

No entanto, uma vez que os trabalhadores estão inscritos no Sistema de Segurança Social, as responsabilidades do BCI consistem no pagamento de complementos.

O valor das responsabilidades por serviços passados é determinado anualmente, por actuários especializados, utilizando o método "Projected Unit Credit" e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 4.20).

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como rendimento ou gasto quando os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos acumulados ao final do ano anterior excedam 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados à mesma data. Os ganhos ou perdas actuariais que excedam o "corredor" são reconhecidos em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Na data da transição, o BCI adoptou a excepção prevista na IFRS 1 de não recalcular os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos.

(q) Acções Próprias (IAS 32)

As acções próprias do Banco são deduzidas nos fundos próprios não sendo reconhecidos nas demonstrações financeiras quaisquer ganhos ou perdas realizados aquando da sua venda.

(r) Dividendos de acções ordinárias (IAS 10)

Os dividendos de acções ordinárias são reconhecidos como um passivo e deduzidos aos fundos próprios quando são declarados e já não se encontram à disposição do Banco. Os dividendos do exercício aprovados após a data de balanço são divulgados como um evento após a data de balanço.

(s) Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado atribuível a accionistas do BCI pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis, de acordo com as circunstâncias e como uma base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelo BCI são analisadas como segue:

Imparidade de empréstimos e contas a receber

O BCI reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por impari-

dade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, o Banco efectua uma análise de imparidade colectiva da carteira de crédito para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

O BCI considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito.

Justo valor de instrumentos financeiros

Quando o justo valor dos activos e passivos financeiros reconhecidos no balanço não pode ser determinado com base na respectiva cotação num mercado activo, estes são determinados através da utilização de técnicas de avaliação que incluem a utilização de modelos matemáticos. Os “inputs” utilizados nos referidos modelos são baseados em informações disponíveis no mercado. Contudo, sempre que tal não seja praticável, são efectuados julgamentos na determinação dos justos valores dos instrumentos financeiros.

A tabela abaixo mostra os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor à data do balanço, pela hierarquia do justo valor:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Obrigações e Outros Títulos			
Bilhetes do Tesouro	-	2,547,702,259	-
Obrigações do Tesouro	217,184,278	-	-
Depósitos Estruturados	-	147,124,679	-
	217,184,278	2,694,826,938	-
Títulos de Dívida	204,973,958	-	-
	12,210,319	2,694,826,938	-

Em 31/12/2008, os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, pela hierarquia de justo valor apresentavam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Obrigações e Outros Títulos			
Bilhetes do Tesouro	-	2,977,391,802	-
Obrigações do Tesouro	249,647,752	-	-
Depósitos Estruturados	-	257,264,966	-
	249,647,752	3,234,656,768	-
Títulos de Dívida	-	-	-
	249,647,752	3,234,656,768	-

Benefícios dos empregados

Conforme apresentado na nota 3.19, as responsabilidades do BCI por benefícios pós-emprego concedidos aos seus empregados são determinadas anualmente com base em avaliações actuariais, levadas a cabo por peritos independentes. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e pensões, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do BCI e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Devido à natureza de longo prazo destes planos, tais estimativas estão sujeitas a uma incerteza significativa.

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo BCI com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do BCI sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

(t) Normas e Interpretações emitidas mas ainda não efectivas

No final de 2009 haviam sido emitidas pelo IASB as seguintes Normas Internacionais de Relato Financeiro cuja eficácia ocorrerá para períodos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009, não tendo sido até ao momento adoptadas pelo Banco.

IFRS 5 – Activos não correntes disponíveis para venda e operações descontinuadas

O escopo da IFRS 5 foi esclarecido de modo a tornar claro que apenas as divulgações especificadas na IFRS 5 são aplicáveis a activos não correntes disponíveis para venda (ou grupos de alienação) e para operações descontinuadas. As divulgações em outras IFRSs não são aplicáveis, a menos que essas outras IFRSs requeiram:

- Notas explicativas específicas a respeito do activo não corrente disponível para venda ou operações descontinuadas; ou
- Notas explicativas sobre mensuração de activos e passivos que foram incluídos no grupo de alienação, considerando que esses activos e passivos não estão dentro do escopo de mensuração das exigências da IFRS 5 por si mesmos e que as divulgações adi-

cionais exigidas por outras IFRSs ainda não foram realizadas em outra nota nas demonstrações financeiras.

Além disso, divulgações adicionais sobre activos não correntes disponíveis para venda (ou grupos de alienação) podem ser necessárias para que fiquem de acordo com as exigências gerais da IAS 1, particularmente os parágrafos 15 e 125 da norma.

Em 2009, esta norma não tem qualquer impacto para o BCI.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, parte 1: Classificação e Valorimetria

A IFRS 9, substitui partes da IAS 39 relacionadas com classificações e valorimetria de activos financeiros e a sua adopção será obrigatória a partir de 01 de Janeiro de 2013. Alguns elementos chave incluem:

- A obrigatoriedade de classificação dos activos financeiros em 2 grandes grupos de custeio: justo valor e custo amortizado. A decisão deverá ser tomada no reconhecimento inicial do activo, sendo a mesma dependente, por um lado, do modelo de negócio da entidade na gestão de instrumentos financeiros e, por outro, nas características do activo no concernente à libertação de cash flow.
- A valorização do activo financeiro ao custo amortizado somente se for um instrumento de dívida e se os objectivos do modelo de negócio da entidade forem a manutenção do activo para a obtenção de cash flows (contratados), representando estes apenas pagamentos de capital e de juros. Todos os restantes instrumentos de dívida devem ser valorizados ao justo valor através de lucros ou perdas.
- A contabilização de instrumentos de capital ao justo valor e de instrumentos de capital mantidos para negociação ao justo valor através de resultados. Para todos os restantes instrumentos deve ser efectuada uma escolha irreversível no reconhecimento inicial por forma a reconhecer ganhos ou perdas

de justo valor realizados ou não realizados através de outros resultados que não sejam os lucros ou perdas. A escolha poderá ser efectuada caso a caso e os dividendos devem ser apresentados em lucros ou perdas desde que representem retorno sobre o investimento.

IFRS 1 e IAS 27 – Custo de um investimento numa subsidiária ou associada conjuntamente controlada

Com a alteração da IFRS1 passa a ser permitido, na primeira adopção, o uso do custo amortizado ou o justo valor do activo ao abrigo do anterior regime, na valorização do custo inicial dos investimentos em entidades subsidiárias ou associadas para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras individuais. Em adição, a nova norma descontinua a definição do método de custeio usado no IAS 27 e requer que as entidades reconheçam os dividendos dos investimentos em subsidiárias ou associadas como proveitos nas demonstrações financeiras individuais do investidor. Esta norma passou a ser efectiva no dia 01 de Julho de 2009.

IFRS3 – Combinações de negócios

A IFRS 3 continua a aplicar o método de aquisição nas combinações de negócio, contudo, sofreu algumas alterações significativas. Alguns exemplos são a forma de registo dos pagamentos do valor do investimento na aquisição de um negócio e de todos os custos relacionados com a aquisição, os quais passam a ser reconhecidos como despesas do período. Esta norma, que entrou em vigor no dia 01 de Julho de 2009 não representa qualquer impacto para o BCI no presente exercício.

IAS 27 – Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

No âmbito da nova interpretação do IAS 27, os efeitos de todas as transacções

com entidades minoritárias devem ser registados em capitais próprios, desde que não ocorra qualquer alteração no controlo da sociedade e se as referidas transacções nunca irão resultar em goodwill ou ganhos/perdas. Entre outros, a norma define igualmente os mecanismos de contabilização quando há perda de controlo sobre a sociedade. As alterações previstas no IAS 27, cuja vigência iniciou em Julho 2009, não têm qualquer impacto para o BCI no presente exercício.

IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e valorimetria

A revisão efectuada nesta norma tem em vista orientar as sociedades na determinação do risco envolvido em operações com instrumentos financeiros. A mesma entrou em vigor em Julho de 2009 e não apresenta qualquer impacto para o BCI em 2009.

IFRIC 27 – Distribuição de activos a accionistas

A IAS 27, que entrou em vigor em 01 de Julho de 2009 instrui na valorimetria de dividendos, que não sejam na forma de caixa ou equivalentes, distribuídos a accionistas. De acordo com a mesma, uma responsabilidade com dividendos é reconhecida quando o dividendo tiver sido autorizado pela entidade competente, não mais dependendo da vontade da mesma. A responsabilidade deve ser reconhecida ao justo valor dos activos a distribuir, sendo a diferença entre o dividendo pago e o montante transitado referente ao valor líquido dos activos distribuídos reconhecido em resultados.

IFRIC 18 – Transferências de Activos

A IFRIC 18 clarifica a metodologia de contabilização de transferências de activos imobilizados, quando recebidos de clientes. A norma é igualmente aplicável para acordos em que uma entidade recebe valores na forma de cash de um cliente, quando tais montantes devam ser usados somente para construir ou adquirir um activo imobilizado.

3. Notas

3.1 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Caixa	1,195,833,020	747,569,056
Depósitos no Banco de Moçambique	2,089,949,175	1,830,377,254
	3,285,782,195	2,577,946,310

A rubrica de Caixa engloba os montantes de 719.838.149 e 475.994.871 Meticais, relativo a notas e moedas nacionais e estrangeiras, respectivamente, detidas pelo Banco em referência a 31 de Dezembro de 2009. O saldo correspondente às Notas e Moedas Nacionais inclui o montante de 340.261.200 e 121.311.800 Meticais, relativo a disponibilidades em ATM's à data de 31 de Dezembro de 2009 e 2008, respectivamente.

Os depósitos no Banco de Moçambique visam satisfazer as exigências legais de constituição de reservas obrigatórias. O regime em vigor à data de 31 de Dezembro de 2009, previsto no Aviso n.º 06/GBM/2009 do Banco de Moçambique, determina a manutenção de depósitos em moeda nacional junto do Banco Central, correspondentes a pelo menos 8% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado. Estes depósitos obrigatórios não são remunerados.

3.2 Disponibilidades sobre instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

O saldo da rubrica cheques a cobrar re-

	31-Dez-09	31-Dez-08
Depósitos à ordem e outras disponibilidades		
Em instituições de crédito no país	-	7,870
Em instituições de crédito no estrangeiro	749,340,894	318,366,959
Cheques a cobrar		
Em instituições de crédito no país	323,603	11,232,647
Em instituições de crédito no estrangeiro	7,177,176	7,552,249
	756,841,673	337,159,725

fere-se a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito sendo os valores apresentados cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

3.3 Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Depósitos estruturados	145,950,000	255,000,000
Ajustamento para justo valor	1,174,679	2,264,966
	147,124,679	257,264,966

O BCI subscreveu em 2005, junto do BNU Macau, um depósito estruturado, no valor de 5 milhões de dólares, com maturidade em Abril de 2010. Segundo os termos do contrato celebrado, o Banco apenas seria remunerado caso o indexante relevante se fixasse dentro da banda de flutuação acordada. O justo valor com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi determinado pela Direcção de Risco da CGD.

O justo valor do depósito estruturado foi determinado com base no modelo de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e taxas de juro adequadas ao tipo de instrumento financeiro, nomeadamente no que se refere à maturidade do activo.

3.4 Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Obrigações e Outros Títulos	2,764,886,536	3,227,039,554
De Emissores Públicos	2,635,420,200	3,117,114,202
De Outros Emissores	129,466,335	109,925,352
Participações Financeiras	-	51,000,000
	2,764,886,536	3,278,039,554

A rubrica Obrigações e Outros Títulos de emissores públicos é constituída maioritariamente por Bilhetes de Tesouro (MZN 2.547.702.259 e MZN 2.977.391.802 em Dezembro de 2009 e 2008, respectivamente). Apresentam maturidades compreendi-

das entre os 3 meses e 1 ano. Estes títulos, adquiridos através de leilões de obtenção de liquidez do Banco de Moçambique, vencem juros a taxas compreendidas entre 10.30% e 13.95%. Dado não existir um mercado activo para activos financeiros com características semelhantes, nomeadamente no que se refere à maturidade dos títulos em carteira, o justo valor dos Bilhetes do Tesouro foi calculado por recurso a um método de valorização baseado na informação disponível no mercado a cada data relevante. O gasto resultante da valorização da carteira de Bilhetes do Tesouro pelo justo valor foi reconhecido directamente em fundos próprios de acordo com a IAS 39.

A rubrica Obrigações e Outros títulos de Outros emissores é composta em 31-12-2009 por:

Obrigações Moçambique Celular – 2005

Em carteira existem 1,255,371 obrigações emitidas pela empresa Moçambique Celular, S.A.R.L em 15 de Dezembro de 2005, com um valor nominal de 10.40 Meticais, sendo a sua data de reembolso integral em 15 de Dezembro de 2010. A taxa de cupão é a taxa de juro média ponderada das 6 últimas emissões de Bilhetes do Tesouro de mais de 60 dias, acrescida de um spread de 3,75%.

Obrigações Moçambique Celular – 2008/II Série

O valor da carteira é de 12,603,338 meticais, correspondente a 137,425 obrigações emitidas pela empresa Moçambique Celular, S.A.R.L em 11 de Outubro de 2008, com um valor nominal de 88.80 Meticais, sendo a sua data de reembolso integral em 10 de Janeiro de 2013. A taxa de cupão é a taxa de juro média ponderada das 6 últimas emissões de Bilhetes do Tesouro de mais de 60 dias, acrescida de um spread de 3,75%.

Obrigações ASA – Aeroportos e Segurança Aérea, SA

O valor de 59,703,754 Meticais corresponde a 153,000 obrigações emitidas pela

empresa ASA – Aeroportos e Segurança Aérea, SA em Agosto de 2007, com um valor nominal de 6.54 Euros, sendo o reembolso em Agosto de 2012. A remuneração variável de cada cupão semestral é indexada à maior da TBA (Taxa Base Anual) ou Euribor a 6 meses, acrescida de um spread de 2,25% e o reembolso será efectuado pelo Valor Nominal.

Obrigações Fast Ferry

Em carteira existem 111,000 obrigações, com um valor nominal de 9.01 Euros cada e com data de reembolso em 24 de Julho de 2015, sendo o contravalor em meticais igual a 44,023,146. A taxa de juro nominal aplicável a cada um dos períodos de juros é fixa e igual a 9% anual.

3.5 Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Aplicações em instituições de crédito no país	10,588,181	448,141,073
Mercado monetário interbancário	-	392,000,000
Empréstimo - curto prazo	740,052	27,578,224
Empréstimo - médio e longo prazo	9,856,571	28,562,850
Receitas com rendimento diferido de operações activas	(8,442)	-
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	2,001,615,062	2,199,864,358
Aplicações a muito curto prazo	486,181,189	595,403,656
Depósitos	1,515,433,872	1,604,460,702
	2,012,203,243	2,648,005,431

3.6 Crédito a Clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-09			31-Dez-08		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
Empréstimos	6,357,563,114	10,971,662,170	17,329,225,284	3,720,223,752	4,953,931,518	8,674,155,270
Créditos em conta corrente	3,220,782,082	1,304,417,427	4,525,199,509	2,267,539,957	1,125,523,313	3,393,063,270
Locação financeira	884,263,170	267,432,095	1,151,695,265	472,559,292	310,002,328	782,561,620
Cartões de crédito	151,473,920	-	151,473,920	13,677,830	-	13,677,830
Desconto de letras e livranças	361,183,266	83,037,499	444,220,765	167,494,963	106,639,760	274,134,723
Desobertos bancários	544,618,860	212,670,765	757,289,625	167,122,079	562,914,241	730,036,320
	11,519,884,412	12,839,219,956	24,359,104,368	6,808,617,873	7,059,011,160	13,867,629,033
Imparidade do crédito			660,912,777			620,765,866
			23,698,191,592			13,246,863,167

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a estrutura sectorial da carteira de crédito do BCI é a seguinte:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Agricultura e Pescas	1,433,262,150	1,110,008,441
Indústria	1,794,958,585	1,247,240,796
Energia	3,830,526,076	2,027,428,616
Construção	992,610,784	319,566,396
Turismo e Hotelaria	933,239,060	689,943,599
Comércio e Serviços	2,498,652,272	1,295,692,548
Transportes	5,564,744,018	2,530,361,214
Instituições Financeiras não monetárias	191,097,583	87,635,144
Particulares	2,592,808,515	1,553,442,552
Outros sectores	4,527,205,325	3,006,309,727
	24,359,104,368	13,867,629,033

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a maturidade do crédito a clientes apresentava a seguinte estrutura:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Até Três Meses, incluindo os pagáveis à ordem	3,570,776,457	2,665,069,742
Superior a Três Meses e inferior a Um Ano	1,963,367,886	1,810,505,333
Superior a Um Ano e inferior a Cinco Anos	4,768,945,123	3,067,283,620
Superior a Cinco Anos	13,794,589,325	6,141,879,932
Sem Maturidade definida	261,425,577	182,890,406
	24,359,104,368	13,867,629,033

Os créditos apresentados sem maturidade definida referem-se aos créditos (capital e juros) vencidos.

A redução do valor recuperável dos empréstimos e contas a receber apresentou a seguinte evolução:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Saldo em 1 de Janeiro	620,765,866	600,489,301
Utilizações	(51,893,544)	(101,398,087)
Reforço líquido da imparidade no ano	92,040,455	121,599,650
Transferências	-	75,000
	660,912,777	620,765,864
Redução do valor recuperável individual	323,339,122	215,314,235
Redução do valor recuperável colectivo	337,573,655	405,451,630
	660,912,777	620,765,865

3.7 Investimentos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-09		31-Dez-08	
	Valor (MZN)	Participação (%)	Valor (MZN)	Participação (%)
Participadas e associadas				
INTERBANCOS	2,014,597	38.00%	2,014,597	39.96%
BCI ALD, Lda	40,000	25.00%	40,000	25.00%
IMOBICI, Lda	460,000	10.00%	460,000	10.00%
GCI-Soc. Gestora Fundos, SARL	233,699	9.00%	233,699	9.00%
BPI - Dealer	210,000	10.50%	210,000	10.50%
	2,958,296		2,958,296	
Imparidade acumulada	(2,014,597)		(2,014,597)	
	943,699		943,699	

A parte que compete ao BCI nos prejuízos acumulados da Interbancos, SARL foi limitada ao valor do investimento.

3.8 Activos não correntes detidos para venda

	31-Dez-09	31-Dez-08
Imóveis	96,937,363	22,068,723

O BCI regista nesta rubrica os imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito, com excepção daqueles que não reúnam as condições previstas na IFRS 5 sendo, nessas circunstâncias, reconhecidos na rubrica de outros activos tangíveis.

O BCI tem a intenção de alienar os activos apresentados na rubrica em referência e encontra-se empenhado na concretização das transacções. A não conclusão do processo de venda até ao final do exercício resulta de circunstâncias alheias ao BCI permanecendo o Banco comprometido com o plano de venda dos activos incluídos nesta categoria. Durante o ano de 2009 o Banco obteve imóveis, através de execução de garantias colaterais, com o valor de 81,643,488 de Meticais, estando o Banco actualmente a desenvolver o processo de venda dos activos ainda em seu poder.

3.9 Propriedades de Investimento

A rubrica de Propriedades de Investimento apresentou a seguinte evolução, valores

brutos e depreciações, nos períodos de 2009 e 2008:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Valor Bruto		
Início do período	24,009,176	24,009,176
Adições	-	-
Transferências	-	-
	24,009,176	24,009,176
Depreciações Acumuladas		
Início do período	4,302,519	3,797,220
Depreciação do período	320,124	505,299
Regularizações	615,809	-
Imparidade reconhecida no período	-	-
Imparidade revertida no período	-	-
	5,238,452	4,302,519
Quantia escriturada	18,770,724	19,706,657

As propriedades de investimento são valorizadas pelo modelo do custo sendo depreciadas numa base linear durante 42 anos, dado ser esse o período que o BCI considera que irá consumir os respectivos benefícios. A vida útil remanescente das propriedades de investimento foi revista com referência ao início de 2006, considerando o Banco que esta permanece adequada em 2009.

Os rendimentos de rendas de propriedades de investimento obtidos pelo BCI, decorrentes de locações operacionais, ascenderam a 5.348.070 Meticais (2008: 1.886.443 Meticais). No corrente exercício o Banco não incorreu em gastos operacionais directos com as propriedades de investimento detidas.

3.10 Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido nos outros activos tangíveis durante o exercício de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	Imóveis em uso	Equipamento	Outros activos tangíveis	Imobilizado em locação fin.	Activos em curso	Total
Custo						
1 de Janeiro de 2009	616,287,825	581,759,226	4,467,578	1,038,895	208,240,409	1,411,793,933
Aquisições	18,260,068	158,966,073	935,460	-	290,958,336	469,119,937
Alienações e abates	-	17,315,843	-	-	-	17,315,843
Regularizações	-	-	-	-	(46,653,893)	(46,653,893)
Transferências	106,743,129	-	-	-	(106,743,129)	-
31 de Dezembro de 2009	741,291,022	723,409,456	5,403,038	1,038,895	345,801,723	1,816,944,134
Depreciação Acumulada						
1 de Janeiro de 2009	90,192,824	302,328,000	397,806	1,038,895	-	393,957,525
Depreciação do exercício	23,044,073	94,657,419	-	-	-	117,701,492
Alienações e abates	-	(13,264,288)	-	-	-	(13,264,288)
Regularizações	(6,291,739)	4,745,118	(397,806)	-	-	(1,944,427)
Transferências	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2009	106,945,158	388,466,249	-	1,038,895	-	496,450,302
Valor Líquido						
1 de Janeiro de 2009	526,095,001	279,431,226	4,069,772	-	208,240,409	1,017,836,407
31 de Dezembro de 2009	634,345,864	334,943,207	5,403,038	-	345,801,723	1,320,493,832
Custo						
1 de Janeiro de 2008	578,238,095	481,629,472	3,571,662	1,038,895	64,778,133	1,129,256,257
Aquisições	2,500,607	82,953,333	895,916	-	239,692,741	326,042,597
Alienações e abates	-	(14,487,643)	-	-	-	(14,487,643)
Regularizações	-	3,357,491	-	-	32,374,769	(29,017,278)
Transferências	35,549,123	28,306,573	-	-	63,855,696	-
31 de Dezembro de 2008	616,287,825	581,759,226	4,467,578	1,038,895	208,240,409	1,411,793,932
Depreciação Acumulada						
1 de Janeiro de 2008	68,977,740	241,811,559	397,806	1,038,895	-	312,226,000
Depreciação do exercício	20,310,305	68,821,728	-	-	-	89,132,033
Alienações e abates	-	(7,904,137)	-	-	-	(7,904,137)
Regularizações	904,780	(401,150)	-	-	-	503,630
Transferências	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2008	90,192,824	302,328,000	397,806	1,038,895	-	393,957,525
Valor Líquido						
1 de Janeiro de 2008	509,260,355	239,817,913	3,173,856	-	64,778,133	817,030,257
31 de Dezembro de 2008	526,095,001	279,431,226	4,069,772	-	208,240,409	1,017,836,407

Os imóveis acima apresentados encontram-se localizados em terra arrendada pelo Governo de Moçambique. De acordo com a legislação moçambicana toda a terra é propriedade do Estado.

O BCI optou por adoptar a isenção prevista na IFRS 1 - Adopção pela primeira

vez das normas internacionais de relato financeiro e reavaliou alguns imóveis com referência a 1 de Janeiro de 2006, tendo usado o valor resultante da avaliação, conduzida por peritos independentes, como custo considerado.

3.11 Activos intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Custo		
Em 1 de Janeiro	32,514,259	24,047,957
Adições	6,590,452	8,466,302
Regularizações	-	-
Transferências	-	-
	39,104,711	32,514,259
Depreciação e Imparidade		
Em 1 de Janeiro	22,941,169	21,567,361
Gasto do período	2,890,709	2,146,402
Regularizações	-3,979,709	-772,594
Alienações	-	-
	21,852,169	22,941,169
Valor Líquido	17,252,542	9,573,090

Os activos intangíveis referem-se a diverso software adquirido pelo BCI.

3.12 Outros activos

A rubrica de outros activos apresenta a seguinte composição:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Devedores e outras Aplicações		
Contas caução	-	943,122
Adiantamento aos Accionistas	-	-
Impostos a recuperar	200,630	-
Devedores Diversos	106,474,689	75,583,984
Suprimentos	-	11,283,308
Outros Devedores	110,765	1,117,069
	106,786,084	88,927,483
Rendimentos a Receber		
Outros Rendimentos a Receber	5,898,248	6,520,131
	5,898,248	6,520,131
Despesas com Encargos Diferidos		
Rendas	47,722,366	42,132,932
Seguros	4,108	14,804
Outras Despesas com encargos diferidos	17,585,893	16,244,346
	65,312,367	58,392,082
Outras contas de regularização		
Contas de compensação	265,989,164	178,771,008
Outras contas Internas	4,553,145	30,687,508
	270,542,309	209,458,516
Imparidade	(20,171,804)	(17,897,845)
	428,367,204	345,400,366

A imparidade para outros activos em 2009 e 2008 apresentou a seguinte evolução:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Saldo em 1 de janeiro	17,897,845	17,897,845
Reposição /Reversões	-	-
Utilizações	-	-
Regularizações	(1,807,275)	-
Reforço da imparidade no ano	4,081,234	-
	20,171,804	17,897,845

3.13 Recursos de bancos Centrais

O saldo existente nos livros à data de 31 de Dezembro de 2009 corresponde ao valor tomado em overnight junto do Banco de Moçambique com recurso à Facilidade Permanente de Cedência.

3.14 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Recursos de instituições de crédito no País		
Depósitos	107,037,165	192,549,801
Outros recursos	121,026,721	25,004,167
	228,063,885	217,553,967
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	3,225,532,733	1,585,388,604
Outros recursos	229,955,678	200,607,420
Empréstimos	1,496,966,616	36,532
	4,952,455,028	1,786,032,556
	5,180,518,913	2,003,586,523

No intuito de melhorar a gestão da liquidez, nomeadamente em termos de gaps de maturidade das operações, o BCI contratou junto da Caixa Geral de Depósitos empréstimos de médio e longo prazo, garantindo deste modo o funding para operações activas de prazo semelhante.

3.15 Recursos de Clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-09			31-Dez-08		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
Depósitos à ordem	8,560,016,958	5,757,842,757	14,317,859,715	5,662,603,348	4,009,096,009	9,671,699,357
Depósitos com pré-aviso	123,700,911	84,599,401	208,300,312	96,104,127	85,056,512	181,160,639
Depósitos a prazo	5,580,910,747	5,027,426,319	10,608,337,066	5,707,228,140	3,354,581,352	9,061,809,492
Outros depósitos	156,069,603	-	156,069,603	12,251,521	-	12,251,521
Cheques e ordens a pagar	62,813,526	13,319,681	76,133,207	35,847,121	19,875,815	55,722,936
	14,483,511,745	10,883,188,158	25,366,699,903	11,514,034,257	7,468,609,688	8,982,643,945

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a maturidade das operações a prazo, excluindo as operações de venda com acordo de recompra, apresentava a seguinte estrutura:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Até três meses	6,007,396,008	6,140,651,602
Superior a três meses e inferior a meio ano	1,369,401,549	774,452,311
Superior a meio ano e inferior a um ano	2,384,234,232	2,013,767,744
Superior a um ano e inferior a cinco anos	1,001,202,699	270,790,670
Superior a cinco anos	54,402,890	43,307,805
	10,816,637,378	9,242,970,131

3.16 Recursos consignados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-09	31-Dez-08
USAID	35,193,057	41,285,297
PODE - Projecto para o Desenvolvimento Empresarial	2,735,313	4,764,979
Banco Europeu de Investimento	2,136,347	3,188,865
Fundo de Equilíbrio da Taxa de câmbio - FECT	142,031	234,488
Ministério da Indústria e Comércio	5,862,530	15,305,116
Outros	11,389,571	283,763
	57,458,849	65,062,507

3.17 Empréstimos subordinados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Empréstimos Subordinados		
Caixa Geral de Depósitos	184,844,037	163,596,708
Banco BPI, SA	108,780,791	96,233,357
IFC	248,496,258	-
	542,121,087	259,830,065

O reembolso do capital dos empréstimos concedidos pelos accionistas (CGD e BPI) efectuar-se-á em 30 de Julho de 2018. Os mesmos encontram-se remunerados à taxa Libor 3M acrescida do spread de 3%, vencendo-se juros trimestralmente.

3.18 Títulos de dívida

Em 2009 o BCI procedeu à emissão de Obrigações subordinadas, com um prazo de reembolso de 10 anos. A taxa de juro corresponde à taxa média ponderada, por maturidade e montantes, das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro, com prazo igual ou superior a 90 dias, apurada no segundo dia útil anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1% e arredondada para 1/16 de ponto percentual superior.

	31-Dez-09	31-Dez-08
Obrigações BCI 2009	200,000,000	-
Juros	4,973,958	-
	204,973,958	-

3.19 Outros passivos

A rubrica de outros passivos apresenta a seguinte composição:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Credores		
Fornecedores	7,519,673	71,053,061
Outros credores	2,877,202	37,408,341
Impostos retidos	37,976,995	24,725,411
	48,373,871	133,186,813
Responsabilidades com pensões		
Responsabilidades por serviços passados	53,291,145	24,702,855
	53,291,145	24,702,855
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal	91,738,971	81,493,218
Outros encargos a pagar	82,017,253	118,895,121
	173,756,224	200,388,338
Receitas com rendimentos diferidos		
Outras receitas com rendimentos diferidos	62,170,777	999,832
	62,170,777	999,832
Outras contas de regularização		
Contas de compensação	-	49,669,897
Outras contas internas	87,550,979	-92,282,080
Impostos a pagar	1,335,816	3,723,086
	88,886,795	-38,889,097
	426,478,813	320,388,741

As responsabilidades com pensões do BCI referem-se aos colaboradores do Ex-BF e foram incorporadas no passivo do Banco no decurso da escritura de fusão datada de 4 de Dezembro de 2003.

Ao abrigo do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) em vigor no sector bancário subscrito pelo Ex-BF, os colaboradores contratados localmente ou as suas famílias têm o direito a prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência.

Aos trabalhadores do BCI abrangidos pelo plano de pensões ser-lhes-á atribuído um complemento de pensão, calculado com base na aplicação do esquema de benefícios do ACT do Sector Bancário, deduzido das prestações que venham a receber do Instituto Nacional da Segurança Social.

As responsabilidades por serviços passados são calculadas em conformidade com o estabelecido na IAS 19.

Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define uma quantia do benefício de pensões que um empregado terá direito a receber aquando da data da sua reforma, dependendo de um ou mais factores como a idade, anos de serviço e salário.

As avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência foram conduzidas pela BPI Pensões.

O passivo associado à responsabilidade é determinado numa base actuarial através da utilização do método Projected Unit Credit ajustado pelos ganhos e perdas actuariais não reconhecidos. A responsabilidade é descontada utilizando uma taxa com referência aos rendimentos do mercado à data do balanço em obrigações de alta qualidade de sociedades. Os ganhos e perdas actuariais não são reconhecidos a não ser que os ganhos e perdas líquidos acumulados no final do período anterior excedam 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados. Nestas circunstâncias, é reconhecido nos resultados do período o excesso daí resultante durante o tempo médio de trabalho rema-

nescente dos empregados participantes no plano.

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões do Banco são:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV – 73/77	TV - 73/77
Taxa de rotação do pessoal	0%	0%
Pressupostos financeiros		
Diferença entre taxa de rendimento e taxa de crescimento dos salários no longo prazo	6%	6%
Diferença entre taxa de rendimento e taxa de crescimento das pensões no longo prazo	8%	8%

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os colaboradores afectos ao plano de benefícios definidos do BCI apresentam as seguintes características:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Número de trabalhadores	91	97
Idade média	38	38
Antiguidade média total no sector	11.9	10.9
Antiguidade média total no INSS	10.6	9.7
Idade média de reforma	57.4	57.1
Massa salarial pensionável total anual 2	34,218.0	43,963.0
Salário base médio anual	483.0	322.0
Massa salarial total anual 3	58,019.0	50,534.0
Salário total médio anual	638.0	521.0

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2009 e 2008 referente ao valor actual das responsabilidades por serviços passados foi o seguinte:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Responsabilidades no início do período	29,256,000	23,251,000
Custo dos serviços correntes	1,323,000	1,101,000
Custo dos juros	3,364,000	2,679,000
Perdas/(Ganhos) actuariais	19,348,145	2,225,000
Responsabilidades com serviços passados no final do período		
Perdas actuariais não reconhecidas	53,291,145	29,256,000
Benefícios a pagar aos empregados	48,738,145	24,703,000

Os valores reconhecidos na demonstração de resultados nos exercícios de 2009 e 2008 são:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Custos do serviço corrente	1,323,000	1,101,000
Custos dos juros	3,364,000	2,678,855
(Ganhos) e perdas actuariais		
Gastos do período	4,687,000	3,779,855

O BCI aplica o método do “corredor” no reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais. Contudo, de acordo com o definido na IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, um adoptante pela primeira vez pode optar por reconhecer todos os ganhos e perdas actuariais cumulativos à data de transição para as IFRS, opção exercida pelo Banco.

3.20 Provisões

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício de 2009 foi o seguinte:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Em 1 de Janeiro	131,447,016	107,626,215
Reforço	84,307,450	43,022,651
Reposições / Reversões	(59,318,794)	(12,925,560)
Utilizações	-	(68,255,918)
Ajustamentos das provisões do exercício	-	61,979,627
Regularizações	(11,254,230)	-
	145,181,442	131,447,015

As provisões referem-se a obrigações presentes do BCI e têm como objectivo fazer face a responsabilidades futuras para com os garantes BPI e CGD no âmbito das operações qualificadas, a serem liquidadas aquando da recuperação integral dos créditos garantidos. Adicionalmente, incluem-se nas provisões os montantes associados às perdas estimadas pelo BCI nas operações de garantias assumidas.

3.21 Capital

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o capital do BCI está representado por 32,142,857 acções ordinárias de valor nominal de dez Meticais cada e encontra-se integralmente realizado.

A actual estrutura accionista do BCI – Banco Comercial e de Investimentos, S.A., está definida do seguinte modo:

	Participação	
	N.º de acções	%
Accionista		
PARBANCA, SGPS SA	16,392,857	51.00
BPI	9,642,857	30.00
SCI	5,823,143	18.12
BCI (Acções Próprias)	163,530	0.51
SIM (IMPAR)	92,000	0.29
Outros	28,470	0.08
	32,142,857	100.00

3.22 Reservas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-2009	31-Dez-08
Reservas de justo valor	(4,068,080)	(12,969,923)
Impostos passivos (AFS)	2,075,188	2,075,188
	(1,992,892)	(10,894,735)
Reserva legal	352,586,971	275,153,367
Reservas de Reavaliação	118,363,476	105,896,025
Outras reservas	1,027,878,379	730,703,735
Impostos	(474,561)	(474,561)
	1,496,361,373	1,100,383,831

A reserva de justo valor inclui as alterações no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

Nos termos do art. 63º da Lei n.º 15/99 de 1 de Novembro, que regula o estabelecimento e o exercício da actividade das instituições de crédito e sociedades financeiras no país, uma fracção não inferior a 15% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deverá ser destinada à formação de uma reserva legal até ao limite do capital social. Por deliberação da Assembleia-Geral de Accionistas de 09 Fevereiro de 2009, relativa à distribuição dos resultados do exercício de 2008, foi aprovado o aumento da Reserva legal em 15%.

A distribuição de dividendos, no valor de 129.056.005 Meticais, equivalente a 25% do resultado líquido de 2008, resultou da deliberação da aplicação do resultado do exercício de 2008, aprovada pela Assembleia Geral em 09 de Fevereiro de 2009.

3.23 Margem financeira

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades	697,410	1,386,103
Juros de aplicações em instituições de crédito	107,226,156	161,197,077
Juros de crédito a clientes	2,031,593,368	1,418,683,827
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	450,251,162	478,609,371
Outros Juros e rendimentos similares	12,205,844	18,085,817
	2,601,973,939	2,077,962,195
Juros e encargos similares		
Juros de recursos de Bancos Centrais	3,010,992	3,297,759
Juros de recursos de outras instituições de crédito	92,800,864	13,668,990
Juros de depósitos a clientes	910,460,289	663,847,428
Juros de recursos consignados	2,025,312	984,179
Juros de passivos relacionados com activos não desreconhecidos	73,290,343	115,831,790
Outros juros e encargos similares	55,507,530	6,858,212
	1,137,095,330	804,488,359
	1,464,878,609	1,273,473,836

3.24 Rendimento líquido de taxas e comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Rendimentos de taxas e comissões		
Por garantias prestadas	85,272,780	79,814,817
Por serviços prestados	90,446,825	104,335,612
Por operações realizadas por conta de terceiros	1,366,352	1,254,492
Outros rendimentos de comissões	219,115,769	153,409,517
	396,201,726	338,814,438
Gastos com taxas e comissões		
Por serviços prestados por terceiros	(69,932,461)	(47,316,620)
Outros gastos com comissões	(2,195,792)	(118,634)
	(72,128,253)	(47,435,254)
	324,073,473	291,379,184

3.25 Resultados em operações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-09	Dez/08
Ganhos em operações financeiras		
Reavaliação da posição cambial	91,966,605,936	40,975,923,664
Ganhos em activos financeiros ao justo valor através dos resultados	363,340	9,295,884
Operações sobre disponibilidades	-	305,896
	91,966,969,276	40,985,525,445
Perdas em operações financeiras		
Reavaliação da posição cambial	91,434,754,778	40,728,745,803
Perdas em outros activos financeiros ao justo valor através dos resultados	1,697,516	-
Perdas em operações sobre disponibilidades	14,296,996	-
	91,450,749,290	40,728,745,803
Resultados líquidos em operações financeiras	516,219,986	256,779,642

3.26 Outros rendimentos operacionais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Outros rendimentos operacionais		
Prestação de serviços diversos	80,974,441	65,824,920
Reembolso de despesas	7,430,433	12,269,083
Outros rendimentos operacionais	99,810,975	53,909,772
	188,215,849	132,003,775
Outros gastos operacionais		
Diversos	17,503,691	31,685,583
	170,712,158	100,318,191

3.27 Gastos com pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Remuneração dos Órgãos de gestão e fiscalização	56,192,270	41,942,118
Remuneração dos empregados	532,491,565	374,646,325
Encargos Sociais Obrigatórios	18,551,577	12,658,940
Encargos Sociais facultativos	15,599,102	10,546,902
Responsabilidades com pensões	24,035,145	3,779,855
Indeminizações contratuais	3,131,312	1,650,517
Outros gastos com pessoal	13,541,862	4,539,766
	663,542,833	449,764,423

O crescimento da rubrica remunerações com empregados reflecte o aumento do número de colaboradores resultante da expansão da rede de agências, bem como o impacto da alteração da política de remunerações e incentivos.

O incremento das responsabilidades com pensões devem-se essencialmente aos aumentos salariais acima da taxa prevista.

3.28 Outros gastos administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Fornecimentos de terceiros	54,530,275	61,181,329
Água, energia e combustíveis	21,587,477	22,762,966
Material de consumo corrente	22,742,590	25,770,744
Outros fornecimentos de terceiros	10,200,208	12,647,619
Serviços de terceiros	652,680,159	547,740,958
Rendas e Alugueres	58,463,870	57,537,550
Comunicações e despesas de expedições	86,393,757	72,835,852
Deslocações, estadas e representações	39,011,756	28,373,608
Publicidade e edição de publicações	97,432,790	56,672,248
Conservação e reparação	50,780,296	45,660,377
Informática	42,926,783	25,888,425
Segurança e Vigilância	22,247,136	20,759,930
Transferência de fundos	33,093,798	30,095,564
Outros Serviços de Terceiros	222,329,972	209,917,404
Outros gastos administrativos	17,838,685	8,474,250
	725,049,119	617,396,537

Durante o exercício de 2009, os honorários dos auditores, relativos à auditoria das demonstrações financeiras do BCI e suas associadas, ascenderam a cerca de 2.847.889 Meticais.

3.29 Outros rendimentos

Nesta rubrica são registados os rendimentos com propriedades de investimentos, assim como reembolsos de despesas adiantadas por conta de empregados.

3.30 Impostos sobre os lucros

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o gasto com impostos sobre os lucros reconhecidos nos resultados podem ser resumidos como se segue:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Gasto de Imposto		
Imposto corrente	137,650,743	107,790,793
Imposto diferido	-	1,119,115
	137,650,743	108,909,908

O imposto corrente é calculado com base nas taxas de imposto legalmente em vigor em cada período.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal verificada nos

exercícios de 2009 e 2008, bem como a reconciliação entre o gasto / rendimento de imposto e o produto do resultado contabilístico pela taxa nominal de imposto podem ser analisadas como se segue:

	31-Dez-09		31-Dez-08	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de impostos	-	854,114,894	-	625,133,930
Imposto corrente com base na taxa nominal de imposto - 16%	16.0%	136,658,383	16.0%	100,021,428
Rendimento não sujeito a imposto	0.0%	-	1.3%	7,883,110
Despesas não dedutíveis	0.7%	6,192,298	-0.5%	-3,173,252
Benefícios fiscais	-0.3%	-2,385,282	0.0%	-
Imposto diferido	0.0%	-	0.2%	1,119,115
Outras despesas não dedutíveis	-0.3%	-2,814,656	0.0%	3,059,506
	16.1%	137,650,743	16.9%	108,909,908

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 os activos e passivos por correntes apresentaram os seguintes saldos:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Activos por impostos correntes	172,226,728	66,432,000
Passivos por impostos correntes	137,650,743	107,790,793

Os activos por impostos correntes são constituídos por pagamentos de IRPC por conta e por retenções na fonte sobre os juros dos Bilhetes do Tesouro.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o va-

lor contabilístico de um activo ou passivo e a sua base fiscal. Os prejuízos fiscais reportáveis bem como os créditos fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados durante o exercício de 2009 foi o seguinte:

	31-Dez-08	Por resultados		Por fundos próprios		31-Dez-09
		Gastos	Rendimentos	Aumentos	Diminuições	
Impostos diferidos activos						
Imobilizado incorpóreo	182,370	-	-	-	-	182,370
Activos financeiros disponíveis para venda	2,075,188	-	-	-	-	2,075,188
Derivados	-	-	-	-	-	-
Imparidade de activos detidos para venda	401,566	-	-	-	-	401,566
	2,659,124	-	-	-	-	2,659,124
Impostos diferidos passivos						
Reavaliação de imóveis como custo considerado	-22,386,113	-	-	-	-	-22,386,113
Derivados	-362,394	-	-	-	-	-362,394
	-22,748,508	-	-	-	-	-22,748,508
	-20,089,384	-	-	-	-	-20,089,384

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados durante o exercício de 2008 foi o seguinte:

	31-Dez-07	Por resultados		Por fundos próprios		31-Dez-08
		Gastos	Rendimentos	Aumentos	Diminuições	
Impostos diferidos activos						
Imobilizado incorpóreo	382,142	(199,772)	-	-	-	182,370
Activos financeiros disponíveis para venda	1,932,722	-	-	142,466	-	2,075,188
Derivados	1,124,947	(1,124,947)	-	-	-	-
Imparidade de activos detidos para venda	401,566	-	-	-	-	401,566
	3,841,377	(1,324,719)		142,466		2,659,124
Impostos diferidos passivos						
Reavaliação de imóveis como custo considerado	(21,911,552)	-	-	(474,561)	-	(22,386,113)
Derivados	-	(362,394)	-	-	-	(362,394)
Valor residual activos tangíveis	(567,998)	-	567,998	-	-	-
	(22,479,550)	(362,394)	567,998	(474,561)		-(22,748,507)
	(18,638,173)	(1,687,113)	567,998	(332,095)		-(20,089,383)

3.31 Resultado por acção

O resultado por acção é calculado da seguinte forma:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Resultado do exercício	716,464,151	516,224,023
Número médio de acções	31,979,327	31,979,327
Resultado por acção	22.40	16.14
Número total de acções	32,142,857	32,142,857
Número de acções próprias	163,530	163,530
Número médio de acções	31,979,327	31,979,327

3.32 Segmentos Operacionais

A actividade do BCI encontra-se focalizada em 2 segmentos operacionais de negó-

cio: Retailho e Empresas. Em 31/12/2009 e 31/12/2008 os resultados e o volume de negócio destes dois segmentos repartiam-se do seguinte modo:

Em 31 de Dezembro de 2009	Banca Retailho	Banca Empresas	Total BCI
Margem financeira	507,683,893	957,194,716	1,464,878,609
Rendimento líquido de taxas e comissões	173,937,096	150,136,377	324,073,473
Resultados de operações financeiras	139,828,259	376,391,727	516,219,986
Outros rendimentos líquidos operacionais	121,755,691	48,956,467	170,712,158
Total de Rendimentos Operacionais	943,204,939	1,532,679,288	2,475,884,227
Custos com pessoal	(337,595,968)	(325,946,866)	(663,542,833)
Outros gastos administrativos	(384,831,550)	(331,372,279)	(716,203,828)
Amortizações do exercício	(79,044,921)	(41,867,404)	(120,912,325)
Total de Custos Operacionais	(801,472,438)	(699,186,548)	(1,500,658,986)
Imparidade de crédito	(15,502,596)	(86,478,999)	(101,981,594)
Outras provisões	(9,564,376)	(9,564,376)	(19,128,752)
Resultados Antes de Impostos	116,665,529	737,449,365	854,114,894
Impostos	(18,802,033)	(118,848,709)	(137,650,743)
Lucro do Exercício	97,863,496	618,600,655	716,464,151
Balanço ⁽¹⁾	18,032,654,442	31,032,237,053	49,064,891,494
Crédito	3,207,392,000	20,490,799,592	23,698,191,592
Depósitos	14,825,262,442	10,541,437,461	25,366,699,903

(1) As contas do balanço por segmento operacional foram preparadas na base do critério usado para a elaboração dos relatórios regularmente apresentados à Comissão Executiva.

Em 31 de Dezembro de 2008	Banca Retailho	Banca Empresas	Total BCI
Margem financeira	441,348,621	832,125,215	1,273,473,836
Rendimento líquido de taxas e comissões	156,389,378	134,989,806	291,379,184
Resultados de operações financeiras	69,553,778	187,225,864	256,779,642
Outros rendimentos líquidos operacionais	71,549,156	28,769,036	100,318,192
Total de Rendimentos Operacionais	738,840,934	1,183,109,920	1,921,950,854
Custos com pessoal	(228,830,225)	(220,934,198)	(449,764,423)
Outros gastos administrativos	(324,583,594)	(279,493,730)	(604,077,323)
Amortizações do exercício	(59,672,136)	(31,606,299)	(91,278,435)
Total de Custos Operacionais	(613,085,954)	(532,034,227)	(1,145,120,181)
Imparidade de crédito	(18,484,808)	(103,114,842)	(121,599,650)
Outras provisões	(15,048,546)	(15,048,546)	(30,097,091)
Resultados Antes de Impostos	92,221,626	532,912,306	625,133,932
Impostos	(14,876,256)	(94,033,652)	(108,909,908)
Lucro do Exercício	77,345,370	438,878,654	516,224,024
Balanco ⁽¹⁾	13,831,398,788	18,398,108,324	32,229,507,112
Crédito	2,319,717,979	10,927,145,188	13,246,863,167
Depósitos	11,511,680,810	7,470,963,135	18,982,643,945

(1) As contas do balanço por segmento operacional foram preparadas na base do critério usado para a elaboração dos relatórios regularmente apresentados à Comissão Executiva.

A reconciliação do relato por segmentos nas rubricas de activos e passivos apresenta-se como segue:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Activos		
Total dos activos reportados nos segmentos	23,698,191,592	13,246,863,167
Valores não alocados	11,024,489,542	10,583,036,053
	34,722,681,134	23,829,899,220
Passivos		
Total dos passivos reportados nos segmentos	25,366,699,903	18,982,643,945
Valores não alocados	6,823,362,435	2,910,854,151
	32,190,062,338	21,893,498,096

3.33 Compromissos e passivos contingentes

Passivos contingentes

De forma a satisfazer as necessidades dos seus clientes, o BCI incorre em diversos compromissos e passivos contingentes. Apesar das obrigações associadas poderem não ser reconhecidas no balanço, elas possuem um risco de crédito inerente e portanto constituem uma parte do risco a que o Banco se encontra exposto.

Os passivos contingentes globais do Banco apresentam-se da seguinte forma:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Passivos contingentes		
Garantias Financeiras	1,354,633,724	1,455,717,586
Créditos documentários	1,664,522,382	1,330,101,187
	3,019,156,106	2,785,818,773

Os créditos documentários e garantias comprometem o Banco a efectuar pagamentos por conta dos seus clientes caso ocorra uma situação específica, geralmente relacionada com a importação ou exportação de bens. As garantias e os créditos documentários, pela sua natureza, encontram-se expostos a risco de crédito semelhante.

Compromissos associados a locações

Locações operacionais – Banco como locatário

O Banco realizou contratos de locação operacional de imóveis nos quais assume o papel de locatário. Os futuros pagamentos mínimos de locação referentes a locações operacionais em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 apresentam-se como se segue:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Até um ano	29,641,604	18,894,357
Entre um e cinco anos	74,757,133	38,354,270
Superior a cinco anos	61,337,000	28,026,765
	165,735,737	85,275,392

Locações operacionais – Banco como locador

O Banco realizou contratos de locação operacional de imóveis próprios nos quais assume o papel de locador. Todas as propriedades de investimento se encontram locadas no âmbito de locações operacionais. As rendas futuras de locação referentes a locações operacionais em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 apresentam-se como se segue:

	31-Dez-09	31-Dez-08
Até um ano	3,962,543	4,681,800
Entre um e cinco anos	-	-
Superior a cinco anos	-	-
	3,962,543	4,681,800

3.34 Partes Relacionadas

Nos termos da IAS 24, são relacionadas aquelas entidades nas quais o BCI exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e política financeira (Associadas e Subsidiárias) e as entidades que exercem influência significativa sobre a gestão do Banco (Pessoal Chave: Membros do Conselho de Administração, Directores - Coordenadores e Directores).

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante global dos activos, passivos, gastos e rendimentos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas e membros chave da Gerência têm a seguinte composição:

	Associadas	Pessoal Chave	Total
Activo			
Crédito	20,099,506	24,930,462	45,029,968
Outros Devedores	12,025,446	-	12,025,446
Outros	-	-	-
	32,124,952	24,930,462	57,055,414
Passivo			
Depósitos	14,564,060	47,337,359	61,901,419
Outros Credores	-	-	-
Outros	-	-	-
	14,564,060	47,337,359	61,901,419
Rendimentos			
Juros	1,845,958	999,260	2,845,218
Comissões e Despesas	347,148	36,132	383,280
	2,193,106	1,035,391	3,228,498
Custos			
Juros	51,477	931,740	983,217
Comissões e Despesas	-	-	-
	51,477	931,740	983,217
Gastos			
Garantias Recebidas	23,217,010	29,575,730	52,792,740
Garantias Prestadas	-	-	-
Compromissos com Terceiros	-	-	-
	23,217,010	29,575,730	52,792,740

O crédito concedido ao pessoal chave do banco está de acordo com as condições aprovadas para todos os colaboradores, tanto em termos de prazo com de taxas. As taxas encontram-se indexadas à Facilidade Permanente de Cedência do Banco de Moçambique (FPC) e são bonificadas em função do prazo e da finalidade do mútuo.

Em 31 de Dezembro de 2008, o montante global dos activos, passivos, gastos e rendimentos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas e membros chave da Gerência têm a seguinte composição:

	Associadas	Pessoal Chave	Total
Activo			
Crédito	13,069,126	21,176,374	34,245,500
Outros Devedores	-	-	-
Outros	-	-	-
	13,069,126	21,176,374	34,245,500
Passivo			
Depósitos	10,444,849	29,112,880	39,557,729
Outros Credores	-	-	-
Outros	-	-	-
	10,444,849	29,112,880	39,557,729
Proveitos			
Juros	3,290,361	1,328,195	4,618,556
Comissões e Despesas	-	26,610	26,610
	3,290,361	1,354,806	4,645,166
Custos			
Juros	-	755,615	755,615
Comissões e Despesas	53,168,200	-	53,168,200
	53,168,200	755,615	53,923,816
Extapatrimoniais			
Garantias Recebidas	12,200,000	25,729,330	37,929,330
Garantias Prestadas	-	-	-
Compromissos com Terceiros	-	-	-
	12,200,000	25,729,330	37,929,330

3.35 Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço e até à data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não ocorreram quaisquer acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis.

3.36 Gestão de Risco

(a) Introdução

O risco é inerente à actividade do Banco e é gerido através de um processo contínuo de identificação, mensuração e monitorização estando sujeito a limites e diversos controlos. O processo de gestão de risco é crítico na garantia da rentabilidade contínua do Banco estando cada colaborador consciente da exposição ao risco relacionada com as suas responsabilidades. O Banco encontra-se exposto ao risco de crédito, risco de liquidez e risco de merca-

do, encontrando-se ainda exposto a riscos operacionais.

O processo de controlo de risco não inclui riscos de negócio como seja a exposição a alterações do ambiente económico, tecnológicas ou industriais.

A gestão do risco é realizada no BCI de forma centralizada e abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez incorridos pela Instituição, consagrando o princípio da segregação de funções entre as áreas comerciais e a área de risco.

No âmbito do processo de gestão de activos e passivos (Asset-Liability Management, ALM), o BCI prosseguiu o objectivo de assegurar uma gestão prudente da situação de liquidez, de consumo de capital e de controlo dos riscos financeiros associados, debruçando-se em particular sobre os riscos de liquidez, de taxa de juro e de mercado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco do Banco incorrer numa perda pelo facto das contrapartes não cumprirem com as suas obrigações de crédito para com o Banco. O BCI gere e controla o risco de crédito fixando limites aos montantes de risco que está disposto a aceitar para contrapartes individuais e monitorizando a exposição em relação a esses limites.

O Banco tem definidos processos de revisão da qualidade dos créditos de forma a identificar atempadamente alterações na solvabilidade das contrapartes. O referido processo permite ao Banco avaliar as perdas potenciais em resultado dos riscos a que se encontra exposto e tomar acções.

A gestão do risco de crédito é da responsabilidade da Direcção de Risco, cuja actuação se desenvolve através: (i) da elaboração de pareceres sobre as operações individuais de maior valor e/ou daquelas cujos mutuários ou Grupos a que pertencam tenham uma exposição considerável com o Banco; e (ii) do controlo da evolução permanente da qualidade da carteira de crédito do Banco.

Os pareceres do risco incorporam na sua análise a evolução económico-financeira previsional, a capacidade previsional de reembolso e a percepção de factores susceptíveis de criar um risco agravado do projecto/negócio, nomeadamente:

- A qualidade da operação proposta, relativamente à sua finalidade, prazo e garantias;
- A capacidade e qualidade de gestão;
- A influência do meio envolvente e de mercado concorrencial, área geográfica e sector de actividade; e
- A exposição da operação/negócio ao risco da taxa de juro e cambial.

Na avaliação de risco de crédito de clientes pertencentes a Grupos Económicos é também tomada em consideração:

- A ponderação do risco de crédito das várias empresas do Grupo;
- A concentração da exposição do cliente ou Grupo no BCI e no sistema bancário; e
- A concentração de risco, na perspectiva regulamentar, do seu peso em relação aos fundos próprios.

O acompanhamento da evolução da carteira de crédito é efectuado semanalmente, através da sua decomposição, por qualidade, sector, área geográfica, produto, unidade de gestão e principais grupos económicos.

Mensalmente, é efectuado o cálculo da imparidade do crédito, com base na legislação (legais mínimas) e evolução do negócio e/ou da situação económico-financeiras dos mutuários (económicas), e também a análise da evolução das principais exposições.

Semanalmente, em Instâncias Delegadas de Crédito (Administrador e Directores), e Mensalmente, em Conselho de Crédito, são analisados os créditos que carecem de uma análise especial.

Os créditos vencidos há mais de 90 dias são encaminhados para o Gabinete de Recuperação de Crédito para o devido acompanhamento e medidas conducentes a sua recuperação.

O abate ao activo (write-offs), de créditos vencidos há mais de um ano, cujos

graus de recuperação sejam nulos e os mesmos se encontrem totalmente em imparidade, são efectuados semestralmente mediante proposta do Gabinete de Assuntos Jurídicos – Contencioso.

Riscos relacionados com crédito

O BCI coloca à disposição dos seus clientes garantias que poderão exigir que o Banco efectue pagamentos por sua conta. Tais pagamentos são recebidos dos clientes conforme definido nos termos das cartas de crédito. Os produtos em referência expõem o Banco a riscos semelhantes aos riscos dos empréstimos concedidos sendo estes mitigados através de processos semelhantes.

Exposição máxima ao risco de crédito sem tomar em consideração quaisquer garantias

O quadro abaixo apresentam a exposição máxima ao risco de crédito por produto e por sector de actividade. A exposição máxima é apresentada em valores brutos não tomando em consideração os possíveis efeitos de quaisquer garantias colaterais.

A exposição máxima, por activo financeiro, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é a seguinte:

Garantias colaterais

O tipo e valor das garantias colaterais exigidas dependem da avaliação do risco de crédito da contraparte. O Banco implementou critérios relativos à aceitação dos diversos tipos de garantias e parâmetros de avaliação.

Os principais tipos de garantias obtidas são:

- Depósitos-caução e depósitos a prazo,
- Hipotecas sobre bens móveis e imóveis (habitação e instalações comerciais e/ou industriais)
- Garantias bancárias de outras instituições financeiras

O Banco pode obter ainda garantias de empresas-mãe relativamente a créditos a conceder às suas subsidiárias.

É política do Banco alienar os bens recebidos em dação em cumprimento de forma a reduzir o montante do crédito em dívida. De uma forma geral, o BCI não ocupa os imóveis recebidos para utilização no decurso da sua actividade.

Durante o exercício de 2009 o Banco executou garantias, na sua maioria hipotecárias (imóveis), para cobertura de créditos vencidos, tendo resgatado o valor total de 98,3 milhões de metcais.

	31-Dez-09	31-Dez-08
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	3,285,782,195	2,577,946,310
Disponibilidades s/ Instituições de Crédito	756,841,673	337,159,725
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	147,124,679	257,264,966
Activos financeiros disponíveis para venda	2,764,886,536	3,278,039,554
Aplicações em Instituições de crédito	2,012,203,243	2,648,005,431
Créditos a clientes	23,698,191,592	13,246,863,167
Sub-total	32,665,029,918	22,345,279,153
Garantias prestadas	-	2,972,785,611
	32,665,029,918	25,318,064,764

Qualidade do crédito por classe de activo

A qualidade de crédito dos activos financeiros é gerida pelo Banco através da utilização de avaliações internas de risco. A tabela abaixo apresenta a qualidade do crédito por classe de activo, em 31 de Dezembro de 2009:

Produto	Não vencido nem em imparidade		Não vencido e em imparidade	Vencido	Total
	Risco Médio	Risco Baixo			
Descobertos	1,915,884,318	3,204,382,836	8,944,600	106,477,354	5,235,689,108
Investimento	2,152,995,868	12,265,670,989	393,224,652	108,625,564	14,920,517,073
Consumo e Habitação	2,082,865,492	122,157,535	76,297,476	18,207,259	2,299,527,762
Outros	1,368,652,647	450,112,638	52,586,187	32,018,955	1,903,370,426
Total	7,520,398,324	16,042,323,998	531,052,915	265,329,132	24,359,104,369

A tabela abaixo apresenta a qualidade do crédito por classe de activo, em 31 de Dezembro de 2008:

Produto	Não vencido nem em imparidade		Não vencido e em imparidade	Vencido	Total
	Risco Médio	Risco Baixo			
Descobertos	1,676,247,379	2,298,819,472	47,728,837	71,204,924	4,094,000,612
Investimento	1,582,841,043	4,834,168,982	364,908,435	79,941,585	6,861,860,045
Consumo e Habitação	1,409,133,305	279,705,787	46,623,116	7,983,837	1,743,446,046
Outros	828,169,886	186,027,158	127,037,989	27,087,297	1,168,322,329
Total	5,496,391,614	7,598,721,399	586,298,376	186,217,644	13,867,629,033

Antiguidade dos créditos vencidos mas não em imparidade

A antiguidade dos créditos vencidos em 31 de Dezembro de 2009 mas não em imparidade resume-se como se segue:

Produto	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Overdraft	8,712	-	-	-	8,712
Investimento	1,488,865	57,854,151	-	-	59,343,016
Consumo e Habitação	39,232	-	-	-	39,232
Outros	-	-	-	-	-
Total	1,536,809	57,854,151	-	-	59,390,960

A antiguidade dos créditos vencidos em 31 de Dezembro de 2008 mas não em imparidade resume-se como se segue:

Produto	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Overdraft	4	-	-	-	4
Investimento	5,259,375	-	-	-	5,259,375
Consumo e Habitação	-	-	-	-	-
Outros	972,530	-	118,074	-	1,090,604
Total	6,231,910	-	118,074	-	6,349,984

Avaliação de imparidade

As principais considerações da avaliação da imparidade do crédito a clientes estão associadas à avaliação de se as prestações se encontram vencidas ou se são conhecidas quaisquer dificuldades nos fluxos de caixa das contrapartes ou incumprimento dos termos originais do contrato. O Banco avalia a imparidade em duas áreas: avaliação individual e avaliação colectiva.

Avaliação individual

O Banco determina a imparidade adequada a cada crédito individualmente significativo numa base individual. Para a avaliação individual o Banco toma em consideração diversos factores como sejam eventuais planos de negócio da contraparte, a sua capacidade de melhoria do desempenho económico após ter surgido a dificuldade económica, a existência de outras fontes de suporte financeiro e o valor realizável de garantias colaterais recebidas. As perdas por imparidade são reavaliadas a cada data de relato do Banco excepto se forem identificadas circunstâncias que requeiram especial atenção.

Na avaliação da imparidade individual foram tomadas em consideração garantias colaterais no valor de 91,3 milhões de Meticais e 264,5 milhões de Meticais para o exercício de 2009 e 2008, respectivamente.

Imparidade colectiva

O BCI efectua a avaliação da imparidade colectiva para todos os créditos que não sejam individualmente significativos bem como para créditos significativos para os quais não existe prova objectiva de imparidade individual. O Banco avalia a imparidade colectiva a cada data de relato financeiro.

A imparidade colectiva toma em consideração a imparidade que é provável

existir no portfólio ainda que não tenha sido ainda identificada qualquer evidência objectiva de imparidade na avaliação individual. A imparidade colectiva é posteriormente avaliada pela gestão de forma a assegurar que se encontra em linha com a política global do Banco.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco potencial que o Banco poderá estar exposto se não tiver capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes se vencem. A mitigação do risco é feita com recurso a gestão dos activos com base na sua liquidez e o controlo periódico dos fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.

A política e a estratégia de gestão, relacionada com o risco de liquidez, são definidas pela Comissão Executiva, a curto prazo, no Comité de Activos e Passivos, são implementadas pela Direcção da Sala de Mercados e controladas pela Direcção de Gestão de Risco.

O BCI tenta manter um portfólio diversificado de activos que possam ser facilmente liquidados caso ocorra uma interrupção de fluxos de caixa não prevista. Adicionalmente, o Banco possui depósitos junto do Banco de Moçambique de acordo com a legislação moçambicana de forma a fazer face ao risco em referência. A liquidez é avaliada e gerida tendo por base diversos rácios financeiros.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de entradas e saídas de caixa, bem como os respectivos gaps de liquidez.

Sumário dos itens do balanço por prazos de maturidade, em 31/12/2009:

	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem período fixo	Valor contabilístico
Caixa e disp. em bancos centrais	315,298,783	440,140,952	720,751,226	682,209,001	1,127,382,234	-	3,285,782,195
Disponibilidades sobre ICs	743,563,592	-	-	-	-	13,278,081	756,841,673
Act. fin. justo valor através resultados	-	-	147,124,679	-	-	-	147,124,679
Activos fin. disponíveis para venda	469,835,319	705,147,545	1,417,199,475	58,888,791	113,815,407	-	2,764,886,536
Aplicações em instituições de crédito	612,856,785	-	1,392,430,698	4,080,844	2,834,916	-	2,012,203,243
Crédito a clientes	1,488,692,483	2,081,403,748	5,547,166,145	8,279,603,042	6,301,326,174	-	23,698,191,592
Act. Fin. detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-
Act. não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	96,937,363	96,937,363
Propriedades de Investimento	-	-	-	-	-	18,770,724	18,770,724
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	1,320,493,832	1,320,493,832
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	17,252,541	17,252,541
Inv. em filiais, assoc. e empr.conjunto	-	-	-	-	-	943,699	943,699
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	172,226,729	172,226,729
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	2,659,124	2,659,124
Outros activos	-	-	-	-	-	428,367,204	428,367,204
Total do Activo . . .	3,630,246,962	3,226,692,245	9,224,672,222	9,024,781,677	7,545,358,730	2,070,929,297	34,722,681,134
Recursos de bancos centrais	106,230,122	-	-	-	-	-	106,230,122
Recursos de outras ICs	1,218,112,517	210,278,141	4,531,242	-	3,747,464,162	132,852	5,180,518,913
Recursos de clientes	3,162,318,398	3,524,401,450	5,213,551,418	5,024,812,352	8,441,616,285	-	25,366,699,903
Recursos consignados	22,677,658	-	-	32,045,491	2,735,700	-	57,458,849
Empréstimos Subordinados	-	-	-	-	542,121,087	-	542,121,087
Títulos de Dívida	-	-	-	-	204,973,958	-	204,973,958
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	161,735,067	161,735,067
Outros passivos	(4,417,601)	(6,176,434)	(16,460,864)	(24,569,197)	(18,698,785)	495,465,879	425,142,998
Provisões	-	-	-	-	-	145,181,442	145,181,442
Total do Passivo . . .	4,504,921,094	3,728,503,157	5,201,621,795	5,032,288,645	13,462,333,494	802,515,240	32,190,062,339
Capital social	-	-	-	-	-	321,428,570	321,428,570
Reserva legal	-	-	-	-	-	352,586,971	352,586,971
Outras reservas	-	-	-	-	-	1,029,479,006	1,029,479,006
Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	114,295,397	114,295,397
Acções próprias	-	-	-	-	-	(1,635,300)	(1,635,300)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	716,464,151	716,464,151
Total dos Fundos Próprios . . .						2,532,618,795	2,532,618,795
Total do Passivo e dos Fundos Próprios	4,504,921,094	3,728,503,157	5,201,621,795	5,032,288,645	13,462,333,494	3,335,134,035	34,722,681,134
GAP de Liquidez em MZN . . .	(874,674,132)	(501,810,912)	4,023,050,427	3,992,493,032	(5,916,974,764)	(1,264,204,738)	
GAP de Liquidez Acumulado. . .	(874,674,132)	(1,376,485,044)	2,646,565,383	6,639,058,414	722,083,651		

Sumário dos itens do balanço por prazos de maturidade, em 31/12/2008:

	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	Superior a 3 anos	Sem período fixo	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.577.946.310	-	-	-	-	-	2.577.946.310
Disponibilidades sobre instituições de crédito	337.159.725	-	-	-	-	-	337.159.725
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	-	128.358.390	128.906.576	-	-	257.264.965
Activos financeiros disponíveis para venda	-	158.834.822	2.818.767.406	-	-	50.789.574	3.028.391.802
Aplicações em instituições de crédito	1.335.203.035	424.476.619	876.423.999	8.061.246	3.840.532	-	2.648.005.431
Crédito a clientes	876.704.139	1.828.961.945	2.665.706.587	3.066.950.189	4.718.921.968	89.618.338	13.246.863.167
Activos financeiros detidos até à maturidade	549.700	6.757.398	76.889.512	42.125.869	123.325.274	-	249.647.752
Investimentos	-	-	-	-	-	943.699	943.699
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	22.068.723	22.068.723
Propriedades de Investimento	-	-	-	-	-	19.706.657	19.706.657
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	1.017.836.407	1.017.836.407
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	9.573.090	9.573.090
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	2.659.125	2.659.125
Outros activos	-	-	-	-	-	411.832.368	411.832.368
Total do Activo	5.127.562.909	2.419.030.784	6.566.145.893	3.246.043.879	4.846.087.775	1.625.027.980	23.829.899.220
Passivo							
Recursos de outras instituições de crédito	1.960.487.755	14.716.333	28.382.436	-	-	-	2.003.586.524
Recursos de clientes	3.162.012.082	2.238.073.579	2.571.640.661	10.679.713	280.593.584	10.719.644.325	18.982.643.944
Recursos consignados	31.474.002	-	-	29.303.067	4.764.980	(479.543)	65.062.506
Outros Passivos Subordinados	-	-	-	-	-	259.830.065	259.830.065
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	22.748.508	22.748.508
Outros passivos	-	-	-	-	-	428.179.533	428.179.533
Provisões	-	-	-	-	-	131.447.015	131.447.015
Total do Passivo	5.153.973.839	2.252.789.913	2.600.023.097	39.982.780	285.358.563	11.561.369.902	21.893.498.094
Capital social	-	-	-	-	-	321.428.570	321.428.570
Reserva legal	-	-	-	-	-	1.100.383.831	1.100.383.831
Acções próprias	-	-	-	-	-	(1.635.300)	(1.635.300)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	516.224.023	516.224.023
Total dos Fundos Próprios	-	-	-	-	-	1.936.401.124	1.936.401.124
Total do passivo e dos fundos próprios	5.153.973.839	2.252.789.913	2.600.023.097	39.982.780	285.358.563	13.497.771.026	23.829.899.218
Diferencial de Liquidez	(26.410.930)	166.240.872	3.966.122.796	3.206.061.099	4.560.729.212	(11.872.743.046)	

(d) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco associado ao facto do do justo valor ou os fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros virem a flutuar em consequências das alterações em variáveis de mercado como a taxa de juro e taxa de câmbio.

Risco taxa de juro

Este risco ocorre sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, o banco contrata operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

A política e a estratégia de gestão, relacionada com o risco de liquidez, são definidas pela Comissão Executiva, a curto prazo, quinzenalmente no Comité de Activos e Passivos, são implementadas pela

Direcção da Sala de Mercados e controladas pela Direcção de Gestão de Risco.

Para a medição deste risco, a metodologia adoptada assenta basicamente na agregação dos activos e passivos sensíveis em intervalos fixos de tempo, de acordo com as respectivas datas de revisão de taxas de juro (repricing dates). Para esses intervalos, são calculados os fluxos de caixa activos e passivos, bem como os correspondentes gaps de risco de taxa de juro.

Em conformidade com as regras do grupo, em 2008 a análise do comportamento do risco de taxa de juro comportará, também, o cálculo mensal da duração dos activos e passivos sensíveis, bem como o respectivo gap de duração, o qual mede o nível de mismatch entre o tempo médio em que os influxos de caixa são gerados e os exfluxos de caixa são exigidos.

Sumário dos itens do balanço sensíveis à alteração da taxa de juro, em 31/12/2009

	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem período fixo	Valor contabilístico
Caixa e disp. em bancos centrais	329,678,303	616,785,792	689,574,858	575,835,101	1,073,908,140	-	3,285,782,195
Disponibilidades sobre ICs	248,665,197	-	-	-	494,898,395	13,278,081	756,841,673
Act. fin. justo valor através resultados	-	-	147,124,679	-	-	-	147,124,679
Activos fin. disponíveis para venda	469,835,319	705,147,545	1,417,199,475	58,888,791	113,815,407	-	2,764,886,536
Aplicações em instituições de crédito	613,588,605	-	1,392,176,983	3,798,724	2,638,931	-	2,012,203,243
Crédito a clientes	6,935,667,663	9,045,734,624	1,569,107,370	73,808,681	6,073,873,253	-	23,698,191,592
Act. não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	96,937,363	96,937,363
Propriedades de Investimento	-	-	-	-	-	18,770,724	18,770,724
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	1,320,493,832	1,320,493,832
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	17,252,541	17,252,541
Inv. em filiais, assoc. e empr.conjunto	-	-	-	-	-	943,699	943,699
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	172,226,729	172,226,729
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	2,659,124	2,659,124
Outros activos	-	-	-	-	-	428,367,204	428,367,204
Total do Activo . . .	8,597,435,087	10,367,667,962	5,215,183,363	712,331,298	7,759,134,127	2,070,929,297	34,722,681,134
Recursos de bancos centrais	106,230,122	-	-	-	-	-	106,230,122
Recursos de outras ICs	1,940,853,101	2,886,840,827	4,531,242	-	348,160,892	132,852	5,180,518,913
Recursos de clientes	3,247,324,795	4,637,335,680	5,025,427,905	4,318,743,977	8,137,867,545	-	25,366,699,903
Recursos consignados	22,677,658	-	-	32,045,491	2,735,700	-	57,458,849
Empréstimos Subordinados	-	-	-	542,121,087	-	-	542,121,087
Títulos de Dívida	-	-	-	204,973,958	-	-	204,973,958
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	161,735,067	161,735,067
Outros passivos	-	-	-	-	-	425,142,998	425,142,998
Provisões	-	-	-	-	145,181,442	-	145,181,442
Total do Passivo . . .	5,317,085,676	7,524,176,506	5,029,959,147	5,097,884,513	8,633,945,580	587,010,917	32,190,062,339
Capital social	-	-	-	-	-	321,428,570	321,428,570
Reserva legal	-	-	-	-	-	352,586,971	352,586,971
Outras reservas	-	-	-	-	-	1,029,479,006	1,029,479,006
Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	-	114,295,397	114,295,397
Ações próprias	-	-	-	-	-	(1,635,300)	(1,635,300)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	716,464,151	716,464,151
Total dos Fundos Próprios . . .	-	-	-	-	-	2,532,618,795	2,532,618,795
Total do Passivo e dos Fundos Próprios	5,317,085,676	7,524,176,506	5,029,959,147	5,097,884,513	8,633,945,580	3,119,629,712	34,722,681,134
GAP dos itens do balanço sensíveis à taxa de juro . . .	3,280,349,412	2,843,491,455	185,224,216	(4,385,553,216)	(874,811,453)	(1,048,700,415)	-
GAP da taxa de juro acumulado . . .	3,280,349,412	6,123,840,867	6,309,065,083	1,923,511,867	1,048,700,415	-	-

Sumário dos itens do balanço sensíveis à alteração da taxa de juro, em 31/12/2008

	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	Superior a 3 anos	Sem rendimento de	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-	2,577,946,310	2,577,946,310
Disponibilidades sobre instituições de crédito	298,214,337	-	-	-	-	38,945,388	337,159,725
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	-	128,358,390	128,906,576	-	-	257,264,965
Activos financeiros disponíveis para venda	-	158,834,822	2,818,767,406	-	-	50,789,574	3,028,391,802
Aplicações em instituições de crédito	1,335,203,035	424,476,619	876,423,999	8,061,246	3,840,532	-	2,648,005,431
Crédito a Clientes	2,699,326,791	7,861,162,347	829,951,462	1,692,151	-	1,854,730,416	13,246,863,167
Activos financeiros detidos até à maturidade	549,700	6,757,398	76,889,512	42,125,869	123,325,274	-	249,647,752
Investimentos	-	-	-	-	-	943,699	943,699
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	22,068,723	22,068,723
Propriedades de Investimento	-	-	-	-	-	19,706,657	19,706,657
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	1,017,836,407	1,017,836,407
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	9,573,090	9,573,090
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	2,659,125	2,659,125
Outros activos	-	-	-	-	-	411,832,368	411,832,368
Total do Activo	4,333,293,863	8,451,231,186	4,730,390,769	180,785,842	127,165,806	6,007,031,755	23,829,899,220
Passivo							
Recursos de outras instituições de crédito	56,763,283	14,500,000	27,752,533	-	-	1,904,570,709	2,003,586,524
Recursos de Clientes	1,898,370,810	1,329,246,697	377,826,647	-	-	15,377,199,790	18,982,643,944
Recursos consignados	364,183	4,764,979	3,188,865	-	-	56,744,481	65,062,507
Outros Passivos Subordinados	-	-	-	-	-	259,830,065	259,830,065
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	22,748,508	22,748,508
Outros passivos	-	-	-	-	-	428,179,533	428,179,533
Provisões	-	-	-	-	-	131,447,015	131,447,015
Total do Passivo	1,955,498,276	1,348,511,676	408,768,045	-	-	18,180,720,100	21,893,498,096
Capital social	-	-	-	-	-	321,428,570	321,428,570
Reservas	-	-	-	-	-	1,100,383,831	1,100,383,831
Ações próprias	-	-	-	-	-	(1,635,300)	(1,635,300)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	516,224,023	516,224,023
Total dos Fundos Próprios	-	-	-	-	-	1,936,401,124	1,936,401,124
Total do passivo e dos fundos próprios	1,955,498,276	1,348,511,676	408,768,045	-	-	20,117,121,224	23,829,899,220
Sensibilidade do Balanço	2,377,795,587	7,102,719,510	4,321,622,724	180,785,842	127,165,806	(14,110,089,469)	

Risco cambial

O risco cambial decorre da existência de gaps entre o valor dos activos e passivos detidos em determinada moeda.

A política e a estratégia de gestão, relacionada com o risco de liquidez, são definidas pela Comissão Executiva, a curto prazo, quinzenalmente no Comité de Activos e Passivos, são implementadas pela

Direcção da Sala de Mercados e controladas pela Direcção de Gestão de Risco.

As posições cambiais são controladas, diariamente, com base nos limites definidos pelo Comité de Activos e Passivos e de acordo com os rácios e Limites Prudenciais fixados pelo Banco de Moçambique.

Em 31/12/2009 a exposição do BCI ao risco moeda apresenta-se da seguinte forma:

Descrição	MZN	USD	EUR	ZAR	GBP	Outras Moedas	Valor Contabilístico
Caixa e disp. em bancos centrais	2,549,219,536	641,264,351	39,228,517	56,069,791	-	-	3,285,782,195
Disponibilidades sobre ICs	184,717	727,016,327	12,842,465	3,520,084	12,612,451	665,630	756,841,673
Act. fin. justo valor através resultados	-	147,124,679	-	-	-	-	147,124,679
Activos fin. disponíveis para venda	2,661,159,637	-	103,726,900	-	-	-	2,764,886,536
Aplicações em instituições de crédito	10,585,735	1,546,785,112	235,686,636	219,145,760	-	-	2,012,203,243
Crédito a clientes	10,820,650,901	12,055,107,342	515,582,929	306,850,420	-	-	23,698,191,592
Act. não correntes detidos para venda	96,937,363	-	-	-	-	-	96,937,363
Propriedades de Investimento	24,009,175	-	-	-	-	-	24,009,175
Outros activos tangíveis	1,315,255,381	-	-	-	-	-	1,315,255,381
Activos intangíveis	17,252,541	-	-	-	-	-	17,252,541
Inv. em filiais, assoc. e empr.conjunto	943,699	-	-	-	-	-	943,699
Activos por impostos correntes	172,226,729	-	-	-	-	-	172,226,729
Activos por impostos diferidos	2,659,124	-	-	-	-	-	2,659,124
Outros activos	428,367,204	-	-	-	-	-	428,367,204
Total do Activo . . .	18,099,451,742	15,117,297,811	907,067,445	585,586,055	12,612,451	665,630	34,722,681,134
Recursos de bancos centrais	106,230,122	-	-	-	-	-	106,230,122
Recursos de outras ICs	214,071,757	4,818,945,989	97,750,914	49,617,475	-	132,779	5,180,518,913
Recursos de clientes	14,483,615,620	9,505,134,928	799,362,198	576,079,588	2,507,569	-	25,366,699,903
Recursos consignados	55,985,989	1,472,473	387	-	-	-	57,458,849
Outros Passivos Subordinados	-	542,121,087	-	-	-	-	542,121,087
Títulos de dívida	204,973,958	-	-	-	-	-	204,973,958
Passivos por impostos diferidos	161,735,067	-	-	-	-	-	161,735,067
Outros passivos	425,142,997	-	-	-	-	-	425,142,997
Provisões	145,181,442	-	-	-	-	-	145,181,442
Total do Passivo . . .	15,796,936,952	14,867,674,478	897,113,499	625,697,063	2,507,569	132,779	32,190,062,338
Capital social	321,428,570	-	-	-	-	-	321,428,570
Reserva legal	352,586,971	-	-	-	-	-	352,586,971
Outras reservas	1,029,479,007	-	-	-	-	-	1,029,479,007
Reservas de Reavaliação	114,295,397	-	-	-	-	-	114,295,397
Acções próprias	(1,635,300)	-	-	-	-	-	(1,635,300)
Resultado do exercício	716,464,152	-	-	-	-	-	716,464,152
Total dos Fundos Próprios . . .	2,532,618,797	-	-	-	-	-	2,532,618,797
Total do passivo e dos fundos próprios	18,329,555,749	14,867,674,478	897,113,499	625,697,063	2,507,569	132,779	34,722,681,134
Exposição líquida	2,302,514,790	249,623,333	9,953,947	(40,111,008)	10,104,882	532,851	-

Em 31/12/2008 a exposição do BCI ao risco moeda apresenta-se da seguinte forma:

	MZN	USD	EUR	GBP	ZAR	Outras Moedas	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2,149,520,222	328,397,006	52,777,244	-	47,251,838	-	2,577,946,310
Disponibilidades sobre instituições de crédito	11,229,807	272,350,491	17,991,157	12,480,531	9,063,878	14,043,861	337,159,725
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	257,264,966	-	-	-	-	257,264,966
Activos financeiros disponíveis para venda	2,977,391,802	51,000,000	-	-	-	-	3,028,391,802
Aplicações em instituições de crédito	448,138,936	1,222,458,190	805,749,414	-	171,658,891	-	2,648,005,431
Crédito a clientes	6,162,070,778	6,511,539,976	342,847,644	-	230,404,769	-	13,246,863,167
Activos financeiros detidos até à maturidade	195,503,879	-	54,143,873	-	-	-	249,647,752
Investimentos	943,699	-	-	-	-	-	943,699
Activos não correntes detidos para venda	22,068,723	-	-	-	-	-	22,068,723
Propriedades de Investimento	19,706,657	-	-	-	-	-	19,706,657
Outros activos tangíveis	1,017,836,407	-	-	-	-	-	1,017,836,407
Activos intangíveis	9,573,090	-	-	-	-	-	9,573,090
Activos por impostos diferidos	2,659,124	-	-	-	-	-	2,659,124
Outros activos	283,769,164	116,521,347	11,541,856	-	-	-	411,832,367
Total do Activo . . .	13,300,412,288	8,759,531,975	1,285,051,187	12,480,531	458,379,377	14,043,861	23,829,899,220
Passivo							
Recursos de outras instituições de crédito	138,179,851	1,761,222,899	97,833,089	-	5,286,482	1,064,203	2,003,586,524
Recursos de clientes	10,767,718,959	6,639,293,717	1,093,831,846	361,884	456,404,062	-	18,957,610,468
Recursos consignados	62,376,176	2,686,000	330	-	-	-	65,062,506
Outros Passivos Subordinados	-	259,830,065	-	-	-	-	259,830,065
Passivos por impostos diferidos	22,748,507	-	-	-	-	-	22,748,507
Outros passivos	191,788,925	153,134,157	93,386,253	12,719,851	2,114,943	68,880	453,213,010
Provisões	131,447,016	-	-	-	-	-	131,447,016
Total do Passivo . . .	11,314,259,435	8,816,166,838	1,285,051,518	13,081,735	463,805,487	1,133,083	21,893,498,096
Capital social	321,428,570	-	-	-	-	-	321,428,570
Reservas	1,100,383,831	-	-	-	-	-	1,100,383,831
Acções próprias	-1,635,300	-	-	-	-	-	-1,635,300
Resultado do exercício	516,224,023	-	-	-	-	-	516,224,023
Total dos Fundos Próprios	1,936,401,124	-	-	-	-	-	1,936,401,124
Total do passivo e dos fundos próprios	13,250,660,559	8,816,166,838	1,285,051,518	13,081,735	463,805,487	1,133,083	23,829,899,220
Exposição Líquida	49,751,729	-56,634,863	-331	-601,204	-5,426,111	12,910,778	-

(e) Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco considera que um adequado ambiente de controlo, monitorizando e respondendo a riscos potenciais, é possível mitigar alguns dos riscos operacionais com que se depara frequentemente. Os controlos incluem uma segregação de funções adequada, procedimentos de autorização e reconciliação, processos de formação e avaliação dos colaboradores, incluindo a existência de um departamento de auditoria interna.

3.37 Capital

O BCI mantém uma gestão activa que lhe permite cobrir os riscos inerentes da actividade. A conformidade do capital do BCI é monitorizada, entre outras medidas, atra-

vés das regras e rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique. Durante o último ano o BCI cumpriu integralmente com os requisitos de capital impostos.

Gestão de capital

Os principais objectivos da gestão de capital do BCI é assegurar que o Banco cumpre com os requisitos de capital impostos e que mantém rácios de capital saudáveis de forma a assegurar o negócio e maximizar o valor dos accionistas.

O Banco gere a sua estrutura de capitais e efectua ajustamentos de acordo com as alterações das condições económicas e características de risco das suas actividades. De forma a manter ou ajustar a sua estrutura de capitais, o Banco pode ajustar o montante dos dividendos colocados à disposição dos accionistas. Não ocorreram alterações nos objectivos, políticas e processos nos últimos anos.

Os capitais próprios ascenderam, no final de 2009, a 2,5 mil milhões de meticais, tendo sido reforçados em 596,2 milhões de meticais (+30,7%) durante o ano.

	31-Dez-09	31-Dez-08
Capital Social	321,428,570	321,428,570
Acções Próprias	(1,635,300)	(1,635,300)
	319,793,270	319,793,270
Reservas de Justo valor	(4,068,080)	(10,894,735)
Outras Reservas	1,398,307,616	1,017,966,254
Resultados Transitados	(12,173,558)	(12,583,711)
	1,382,065,978	994,487,808
Resultados não distribuídos	114,295,397	105,896,025
Resultados do Exercício	716,464,151	516,224,023
	2,532,618,796	1,936,401,126
Rácio de Solvabilidade	13.55%	11.54%

O rácio de solvabilidade, com a melhoria comparativa de 13.2% relativamente ao ano anterior, manteve-se acima dos 8% recomendados pelo Banco de Moçambique, facto que comprova a solidez financeira do BCI.

Para esta melhoria destaque vai para a capacidade de geração interna de fundos próprios decorrente dos lucros da actividade do banco e do aumento considerável das reservas.

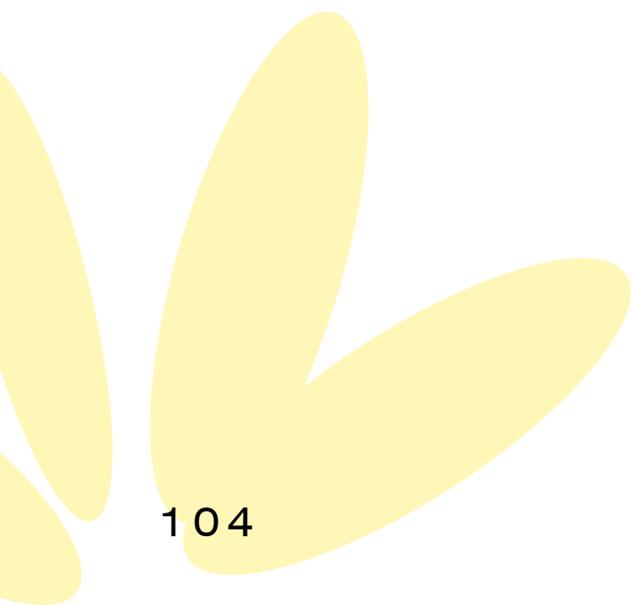
	31-Dez-09	31-Dez-08
Fundos próprios de base		
Capital realizado	319,793,270	319,793,270
Reservas e resultados retidos	1,382,065,978	994,487,806
Activos Intangíveis	(17,252,541)	(9,573,090)
Tier I Capital total	1,684,606,707	1,304,707,986
Empréstimos subordinados	747,046,036	259,830,065
Outros	114,295,397	105,896,025
Tier II Capital total	861,341,433	365,726,090
Dedução aos fundos próprios totais		
Fundos próprios elegíveis	2,545,948,140	1,670,434,076
Activos ponderados pelo risco		
No balanço	16,520,354,693	12,560,706,205
Fora do balanço	1,790,498,000	2,024,221,000
Rácio de adequação de fundos próprios de base (Tier I)	9.2%	8.9%
Rácio de adequação de fundos próprios de base (Tier II)	4.7%	2.5%

3.38 Classificação contabilística e justo valor de activos e passivos financeiros

Em 31/12/2009 e 31/12/2008 a classificação contabilística e o justo valor dos activos e passivos financeiros apresentam-se como segue:

	Designado ao justo valor	Empréstimos e contas a receber	Detidos para negociação	Disponíveis para venda	Outros passivos ao custo amortizado	Valor contabilístico
31 de Dezembro 2008						
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	2,577,946,310	2,577,946,310
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	-	-	337,159,725	337,159,725
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	305,157,316	-	-	-	-	305,157,316
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	2,648,005,431	2,648,005,431
Crédito a clientes	-	-	-	-	-	-
Pelo justo valor	-	-	-	-	-	-
Pelo custo amortizado	-	13,246,863,167	-	-	-	13,246,863,167
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Pelo justo valor	-	-	-	3,028,391,802	-	3,028,391,802
Pelo custo amortizado	-	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Pelo justo valor	-	-	-	-	-	-
Pelo custo amortizado	-	-	-	-	22,068,723	22,068,723
	305,157,316	13,246,863,167	-	3,028,391,802	5,225,951,741	21,806,364,026
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	-
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	-	2,003,586,524	2,003,586,524
Recursos de clientes	-	-	-	-	18,928,643,945	18,928,643,945
Recursos consignados	-	-	-	-	65,062,506	65,062,506
Empréstimos Subordinados	-	-	-	-	259,830,065	259,830,065
Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	21,257,123,040	21,257,123,040
	Designado ao justo valor	Empréstimos e contas a receber	Detidos para negociação	Disponíveis para venda	Outros passivos ao custo amortizado	Valor contabilístico
31 de Dezembro 2009						
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	3,285,782,195	3,285,782,195
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	-	-	756,841,673	756,841,673
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	145,950,000	-	-	-	-	145,950,000
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	2,012,203,243	2,012,203,243
Crédito a clientes	-	-	-	-	-	-
Pelo justo valor	-	-	-	-	-	-
Pelo custo amortizado	-	23,698,191,592	-	-	-	23,698,191,592
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Pelo justo valor	-	-	-	2,768,954,616	-	2,768,954,616
Pelo custo amortizado	-	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Pelo justo valor	-	-	-	-	-	-
Pelo custo amortizado	-	-	-	-	96,937,363	96,937,363
	145,950,000	23,698,191,592	-	2,768,954,616	5,297,985,438	31,911,081,646
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	106,230,122	106,230,122
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	-	5,180,518,913	5,180,518,913
Recursos de clientes	-	-	-	-	25,366,699,903	25,366,699,903
Recursos consignados	-	-	-	-	57,458,849	57,458,849
Empréstimos subordinados	-	-	-	-	542,121,087	542,121,087
Títulos de dívida	-	-	-	-	204,973,958	204,973,958
	-	-	-	-	31,458,002,832	31,458,002,832

A Administração assume que o Justo Valor dos instrumentos financeiros se aproxima ao valor pelo qual estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.





Demonstrações
Financeiras em base
consolidada



Ilha do Bazaruto

12. Demonstrações Financeiras em base consolidada

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	31-Dez-09	31-Dez-08
ACTIVO			
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais	3.1	3,285,782,195	2,577,946,310
Disponibilidades sobre instituições de crédito	3.2	756,841,673	337,159,725
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	3.3	147,124,679	257,264,966
Activos financeiros disponíveis para venda	3.4	2,764,886,536	3,278,039,554
Aplicações em instituições de crédito	3.5	2,012,203,243	2,648,005,431
Crédito a clientes	3.6	23,698,191,592	13,246,863,167
Investimentos	3.7	903,699	903,699
Activos não correntes detidos para venda	3.8	96,937,363	22,068,723
Propriedades de Investimentos	3.9	18,770,724	19,706,657
Outros activos tangíveis	3.10	1,320,493,832	1,017,836,407
Activos intangíveis	3.11	17,252,541	9,573,090
Activos por impostos diferidos	3.32	2,659,124	2,659,124
Activos por impostos correntes		172,226,729	66,432,000
Outros activos	3.12	428,367,204	345,400,367
TOTAL DO ACTIVO		34,722,641,134	23,829,859,220
PASSIVO			
Recursos de bancos centrais	3.13	106,230,122	-
Recursos de instituições de crédito	3.14	5,180,518,913	2,003,586,523
Recursos de clientes	3.15	25,366,699,903	18,982,643,945
Recursos consignados	3.16	57,458,849	65,062,506
Emprestimos Subordinados	3.17	542,121,087	259,830,065
Títulos de dívida	3.18	204,973,958	-
Passivos por impostos diferidos		161,735,067	22,748,508
Outros passivos	3.19	425,142,997	428,179,534
Provisões	3.20	145,181,442	131,447,015
TOTAL DO PASSIVO		32,190,062,338	21,893,498,096
FUNDOS PRÓPRIOS			
Capital social	3.21	321,428,570	321,428,570
Reservas	3.22	1,496,321,375	1,100,343,831
Acções próprias		(1,635,300)	(1,635,300)
Resultado do exercício		716,464,151	516,224,023
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS		2,532,578,796	1,936,361,124
TOTAL DO PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS		34,722,641,133	23,829,859,220

Demonstração consolidada compreensiva de resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Notas	31-Dez-09	31-Dez-08
Juros e rendimentos similares	3.23	2,601,973,939	2,077,962,195
Juros e encargos similares	3.23	(1,137,095,330)	(804,488,359)
Margem Financeira		1,464,878,609	1,273,473,836
Rendimento de taxas e comissões	3.24	396,201,726	338,814,438
Gastos com taxas e comissões	3.24	(72,128,253)	(47,435,254)
Resultados em operações financeiras	3.25	516,219,986	256,779,642
Outros rendimentos Operacionais	3.26	188,215,849	132,003,776
Outros Gastos Operacionais	3.26	(17,503,691)	(31,685,583)
Resultados operacionais		2,475,884,226	1,921,950,853
Gastos com pessoal	3.27	(663,542,833)	(449,764,423)
Outros gastos administrativos	3.28	(725,049,119)	(617,396,537)
Outros rendimentos	3.29	8,845,291	13,319,213
Imparidade de crédito	3.6	(92,040,455)	(121,599,650)
Imparidade de Outros activos	3.12	(4,081,235)	-
Amortizações	3.10 / 3.11	(120,912,325)	(91,278,435)
Provisões líquidas	3.20	(24,988,656)	(30,097,091)
Resultados antes de impostos		854,114,895	625,133,930
Gasto de imposto	3.30	(137,650,743)	(108,909,908)
Lucro do exercício		716,464,151	516,224,023
Outros resultados compreensivos, líquidos de imposto			
Resultados de justo valor sobre activos financeiros disponíveis para venda	3.32	6,826,655	(747,946)
Resultados compreensivos do exercício (total)		723,290,806	515,476,077
Resultado por acção	3.31	22.40	16.12

Demonstração consolidada das alterações dos fundos próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Capital	Reserva Legal	Acções Próprias	Outras Reservas de Reservas	Justo valor	Resultados do exercício	Total
Saldo a 31 Dezembro 2007	321,428,570	210,193,668	(1,635,300)	637,865,836	-10,146,789	433,064,663	1,590,770,648
Resultado compreensivo do exercício							
Lucros	-	-	-	-	-	516,224,022	516,224,022
Outros resultados compreensivos							
Reservas de justo valor (disponível para venda)							
Perdas de Justo valor sobre activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(747,946)	-	(747,946)
Outras perdas	-	-	-	(475,814)	-	-	(475,814)
Resultado compreensivo (total)				(475,814)	(747,946)	516,224,022	515,000,262
Transacções com Accionistas registados em fundos próprios							
Contribuição e distribuição aos accionistas							
Dividendos aos accionistas	-	-	-	-	-	(169,409,784)	(169,409,784)
	-	-	-	-	-	(169,409,784)	(169,409,784)
Outras transacções							
Retenção de Lucro	-	64,959,699	-	198,695,179	-	(263,654,878)	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
		64,959,699		198,695,179		(263,654,878)	
Saldo a 31 Dezembro 2008	321,428,570	275,153,367	(1,635,300)	836,125,198	(10,894,735)	516,224,023	1,936,401,123
Resultado compreensivo do exercício							
Lucros	-	-	-	-	-	716,464,151	716,464,151
Outros resultados compreensivos							
Reservas de justo valor (disponível para venda)							
Ganhos de Justo valor sobre activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	6,826,655	-	6,826,655
Outros ganhos	-	-	-	1,982,872	-	-	1,982,869
Resultado compreensivo (total)	-	-	-	1,982,872	6,826,655	716,464,151	725,273,675
Transacções com Accionistas registados em fundos próprios							
Contribuição e distribuição aos accionistas							
Dividendos aos accionistas	-	-	-	-	-	(129,056,005)	(129,056,005)
Retenção de Lucro	-	77,433,603	-	309,734,414	-	(387,168,017)	-
Saldo a 31 Dezembro 2009	321,428,570	352,586,970	(1,635,300)	1,147,842,485	(4,068,080)	716,464,152	2,532,618,797

Demonstração de fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	31-Dez-09	31-Dez-08
Actividades operacionais		
Juros, comissões e outros rendimentos recebidos	2,731,118,430	1,973,884,666
Juros, comissões e outros gastos pagos	(1,128,097,637)	(820,967,910)
Pagamento a empregados e fornecedores	(1,478,994,922)	(955,964,055)
Fluxo líquido proveniente de rendimentos e gastos	124,025,871	196,952,701
Diminuições (aumentos) em:		
Aplicações em instituições de crédito	746,679,864	1,592,346,278
Créditos a clientes	(10,524,170,091)	(4,626,485,607)
Fluxo líquido proveniente de activos operacionais	(9,777,490,226)	(3,034,139,329)
Aumentos (diminuições) em:		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	3,141,237,455	1,666,127,075
Recursos de clientes	7,234,072,766	2,499,517,506
Fluxo líquido proveniente de passivos operacionais	10,375,310,221	4,165,644,581
Fluxo líquido das actividades operacionais	721,845,865	1,328,457,953
Actividades de investimento		
Aquisições de activos tangíveis e activos intangíveis	(390,358,836)	(335,828,632)
Aumentos (diminuições) de títulos	513,504,785	47,600,164
Juros recebidos	404,835,054	420,030,553
Outros activos	(171,271,380)	(1,004,988,063)
Fluxo líquido das actividades de investimento	356,709,623	(873,185,978)
Actividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	(129,056,005)	(169,409,784)
Outros passivos	(326,917,520)	74,788,650
Fluxo líquido das actividades de financiamento	(455,973,525)	(94,621,134)
Efeitos de alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	516,219,986	247,483,758
Aumento (diminuição) de caixa e seus equivalentes	1,138,801,949	608,134,599
Caixa e seus equivalentes no início do período	2,896,321,139	2,288,186,540
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4,035,123,088	2,896,321,139

Conciliação com os saldos constantes do balanço:

	Notas	31-Dez-09	31-Dez-08
Caixa e equivalentes		4,035,123,088	2,896,321,139
Cheques a cobrar sobre Instituições de Crédito no estrangeiro		7,177,177	7,552,248
Cheques a cobrar sobre Instituições de Crédito no país		323,603	11,232,648
Total		4,042,623,868	2,915,106,035
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	3.1	3,285,782,195	2,577,946,310
Disponibilidades sobre instituições de crédito	3.2	756,841,673	337,159,725

13. Relatório dos Auditores Independentes

Aos Accionistas do BCI – Banco Comercial e de Investimentos, S.A.

Auditámos as demonstrações financeiras do BCI – Banco Comercial e de Investimentos, S.A. que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2009, a demonstração de resultados, a demonstração das alterações dos fundos próprios, a demonstração dos fluxos de caixa para o ano findo nesta data, e as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e correcta apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. Esta responsabilidade inclui: desenho, implementação e manutenção dos controlos internos mais relevantes para a preparação e correcta apresentação das demonstrações financeiras que garantam que as mesmas estejam livres de fraudes ou erros, aplicação de políticas contabilísticas apropriadas, e preparação de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis dadas as circunstâncias.

Responsabilidade dos auditores

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Tais normas requerem o cumprimento de padrões de conduta ética no planea-

mento e execução da auditoria, de modo a obter uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras não apresentam erros materiais.

Uma auditoria requer a execução de procedimentos para obter evidência suficiente de auditoria sobre o montante e divulgações nas demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de erros materiais nas demonstrações financeiras, para assegurar que as mesmas estejam livres de erros materiais. Para execução desses procedimentos, o auditor considera os controlos internos relevantes na preparação e na correcta apresentação das demonstrações financeiras com o objectivo de definir os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com o propósito de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controlos internos do banco. Uma auditoria também inclui uma avaliação das políticas contabilísticas utilizadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pela administração, bem como, da avaliação da apresentação das demonstrações financeiras como um todo.

Nós acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para nos fornecer bases para a nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do BCI – Banco Comercial e de Investimentos, S.A. para o ano findo em 31 de Dezembro de 2009, o desempenho financeiro, e a demonstração dos fluxos de caixa para o ano findo nesta data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

14. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas:

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração do Banco Comercial e de Investimentos, S.A. (BCI ou Banco) relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Relatório

No decurso do exercício acompanhámos com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento das normas aplicáveis, através da informação mensal contabilística, financeira e de gestão, tendo obtido da administração e dos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.

Verificámos ainda a eficácia do sistema de controlo interno, integrando o sistema de gestão de riscos, de “compliance” e de auditoria interna, de que resultou o parecer de 25 de Junho de 2009.

O Conselho Fiscal apreciou também o Relatório dos Auditores Externos KPMG – Auditores e Consultores S.A., sobre as Demonstrações Financeiras do BCI referentes a 31 de Dezembro de 2009.

No âmbito das nossas funções verificamos que:

- a) o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, das Alterações dos Fundos

Próprios e dos Fluxos de Caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, permitem uma adequada compreensão da situação económica e financeira do BCI e traduzem de forma verdadeira a situação patrimonial e os resultados do exercício;

- b) as políticas contabilísticas e os critérios adoptados estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis;
- c) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução da actividade e da situação do Banco evidenciando os aspectos mais significativos;
- d) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições aplicáveis;
- e) a elevação do capital social para 1.900 milhões de meticais enquadra-se no plano estratégico do Banco e reforça a imagem de solidez financeira da instituição.

Parecer

Nestes termos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2009, apresentadas pelo Conselho de Administração; pondere a proposta de aplicação do resultado líquido submetida pelo Conselho de Administração e a elevação do capital social para 1.900 milhões de meticais.

Por último, o Conselho Fiscal agradece ao Conselho de Administração e aos colaboradores do Banco com quem contactou a boa colaboração que lhe foi prestada no exercício da sua função fiscalizadora.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2010
O Conselho Fiscal